

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Clara Scaldelai do Nascimento

**O Processo de Identidade de Mulheres Frente a Vulnerabilidade  
Social e as Políticas Públicas do SUAS**

São Paulo – SP  
2021



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

**Clara Scaldelai do Nascimento**

**O Processo de Identidade de Mulheres Frente a Vulnerabilidade Social e as  
Políticas Públicas do SUAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação da Profa. Dra. Cecília Pescatore Alves.

São Paulo – SP  
2021

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_\_

e-mail \_\_\_\_\_

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -Ficha  
Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

N244

Scaldelai do Nascimento, Clara

O Processo de Identidade de Mulheres Frente a Vulnerabilidade Social e as Políticas Públicas do SUAS / Clara Scaldelai do Nascimento. -- São Paulo: [s.n.], 2021.

162p. ; cm.

Orientador: Cecília Pescatore Alves.

Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia: Psicologia Social.

1. Identidade. 2. Mulheres. 3. Assistência Social. 4. SUAS. I. Pescatore Alves, Cecília . II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social. III. Título.

CDD

**Clara Scaldelai do Nascimento**

**O Processo de Identidade de Mulheres Frente a Vulnerabilidade Social e as Políticas Públicas do SUAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

**RECONHECIMENTO DE APOIO AO PROJETO DE PESQUISA  
(CAPES)**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88887.372396/2019-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 88887.372396/2019-00

Número de Processo 88887.372396/2019-00

Período: 01/08/2019 a 31/03/2020

**RECONHECIMENTO DE APOIO AO PROJETO DE PESQUISA  
(CNPQ)**

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPQ).

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Número de Processo 133459/2020-9

## AGRADECIMENTOS

Não há outro modo de começar essa seção sem enunciar: essa foi uma dissertação desenvolvida durante a pandemia da COVID-19. Ela foi concebida e planejada em um período no qual não existia nem o fantasma dessa conjuntura, mas precisou ser desenrolada, repensada e replanejada durante o agravamento de todo um cenário político, econômico, social e comunitário que invariavelmente atravessou esse trabalho como um todo.

Falar de Assistência Social foi realmente um grande desafio. Pensar sobre o desmonte, as formas de boicote e toda sabotagem que essas políticas sofrem sobretudo na atualidade, tem um impacto nos meus papéis de pesquisadora, estudante e trabalhadora da assistência.

Nessa trajetória, durante o exame de qualificação dessa dissertação, a ilustre banca pela qual pude compartilhar esse trabalho, me disse “Toda ação dentro da Política de Assistência Social é uma ação socioeducativa”. E diante da proposta desse trabalho acho que preciso afirmar que essa dissertação como um todo foi uma grande ação socioeducativa na qual precisei me confrontar com as contradições próprias de qualquer identidade, mas vitais para as identidades que buscam se aproximar dos fragmentos de emancipação.

Acho que hoje posso afirmar que saio desse caminho de mestrado mais próxima dos meus fragmentos de emancipatórios.

E o primeiro responsável por isso é invariavelmente o NEPIM (Núcleo de Estudos Identidade Metamorfose) da PUCSP que me acolheu com tanto carinho numa quarta-feira gelada em 2018. Obrigada por todas as reflexões, debates e construções coletivas que aconteceram nesse espaço. E também muito obrigada por todas as caronas até o metrô, todas as esfias de final de semestre e os cafés entre aulas. O afeto de fato é revolucionário e o NEPIM é o maior exemplo de revolução que tive o prazer de encontrar na minha vida.

Dentre essas pessoas gostaria de agradecer especialmente a orientadora professora dra. Cecília Alves Pescatore, que entre o peso da relevância de todos esses títulos sempre foi a Ciça que levou todo o processo de orientação com muito cuidado e preocupação, acreditando no potencial desse trabalho. Também dedicar um espaço especial ao professor Juracy Armando Mariano de Almeida, responsável por uma das contribuições mais preciosas para minha formação no Mestrado em Psicologia Social. A todos os colegas que compartilham da experiência nesse espaço de afeto e transformação que é o NEPIM, saibam que esse é um trabalho coletivo que tem a colaboração de cada um de vocês.

Fazer parte da PUCSP é um sonho antigo e que foi sustentado a muitas mãos na minha vida. Aos meus pais, Néia e Domingos, eu ofereço todo minha gratidão e amor por terem me visto nesse lugar e me oferecido todo e qualquer suporte pra que eu chegasse até aqui. Sem o amor de vocês eu não seria quem sou hoje. A minha irmã Carol eu agradeço por todas as incontáveis horas em que me ouviu falando de todas as discussões e experiências do mestrado com um sorriso do tamanho do mundo no rosto. Você nunca esteve longe, nem quando conversávamos em uma quarta-feira à noite na plataforma do metrô com um continente de distância entre nós. E serei grata com cada página que compõe esse trabalho e todo meu coração ao meu companheiro de vida Gustavo, que sempre me viu do tamanho dos meus sonhos. Obrigada por discordar de mim sobre o meu potencial, você estava certo, ele era maior do que eu pensava.

Também gostaria de agradecer a cada colega e amigo que compartilhou minhas experiências de trabalho na Assistência Social em todos esses anos. Em especial, a querida amiga Letícia Masuet que teve uma importância ímpar na construção conjunta desse modelo político de reconhecimento. Muito do que aprendi nas pausas do chá e café compõe as partes mais importantes dessa dissertação.

A toda família e amigos que fizeram a mais maravilhosa rede de apoio, amor e carinho: sou quem sou por todos vocês e cada parte dessa pesquisa é dedicada a vocês.

É necessário reconhecer que essa dissertação é produzida de um lugar de privilégio social e afetivo e espero poder retribuir parte de todos esses ganhos com as contribuições para a consolidação de uma teoria que preza pela liberdade e pela luta contra opressão, bem como com o avanço de uma política composta por estruturas e pessoas que acreditam que as coisas podem ser modificadas, mais justas e mais dignas para todos.

Por fim, não vejo forma mais significativa de encerrar essa seção sem agradecer a Rosa, que emprestou um pouco de si para que esse trabalho fosse possível. Espero ter conseguido fazer esse trabalho ficar a sua altura e espero que possamos chegar juntas naquele objetivo construído em nossas conversas de fazer essas ideias chegarem ao máximo de mulheres possíveis e contribuir com a vida delas. Essa dissertação é com certeza um resultado de todas as nossas metamorfoses e desabrochares.

“Tem mais presença em mim o que me falta”

(Manoel de Barros)

## RESUMO

As relações entre gênero, vulnerabilidade social e pobreza tem sido apontadas como um dos principais pontos de atenção na agenda para a construção de relações sociais mais equânimes (ONU, 2018). Atualmente mais de 80 milhões de brasileiros procuram acesso a algum tipo de programa, projeto ou serviço socioassistencial que compõe a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo que as mulheres são mais da metade destas pessoas (MDS; SENARC, 2014). Estes dados refletem um panorama estrutural complexo que influencia a construção de subjetividades e coletividades nas relações entre as classes dominantes e subalternas. Partindo da articulação entre a teoria de Identidade de Ciampa (1987), as teorias feministas de Butler (1990), Beauvoir (2009), Braidotti (2002) e Davis (2018) e as teorias sobre as políticas sociais e classes subalternas de Yazbek (2003), este trabalho busca compreender como se dá processo de identidade de mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social atendidas por Políticas de Assistência Social brasileiras e como estas dimensões se constroem dialeticamente em um contexto violento de exploração. Esses movimentos serão observados a partir do relato de história de vida de uma usuária do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sob a qual são identificados os processos de metamorfose das identidades e manifestação das personagens segundo proposto por Ciampa (1987). As considerações desse trabalho contemplam reflexões sobre o papel do Estado na definição de políticas de identidade emancipatórias ou alienantes e como essas políticas estão vinculadas com a manutenção das desigualdades sociais.

### **Palavras-chave**

Identidade; Mulheres; Assistência Social; SUAS; PNAS.

## **ABSTRACT**

The relationship between gender and the condition of social vulnerability and poverty has been identified as one of the main points of attention on the agenda for building more equitable social relationships (ONU, 2018). Currently, more than 80 million Brazilians are looking for access to some type of social assistance program, project or service that makes up the National Social Assistance Policy (PNAS), with more than half of these people being women (MDS; SENARC, 2014). This data reflect a complex structural panorama that influences the construction of subjectivities and collectivities in the relations between the dominant and subordinate classes. Starting from the articulation between Ciampa's (1987) theory of Identity, the feminist theories of Butler (1990), Beauvoir (2009), Braidotti (2002) and Davis (2018) and Yasbeck's (1993) theories about social policies and subordinate classes, this work seeks to understand how the identity process of women who live in a context of social vulnerability occurs and are served by Brazilian Social Assistance Policies and how these dimensions are built dialectically in a violent context of exploitation. These movements will be observed based on the life history of former users of the Unified Social Assistance System (SUAS), under which the processes of metamorphosis of identities and manifestation of characters are identified, as proposed by Ciampa (1987). The considerations of this work contemplate reflections on the role of the State in the definition of emancipatory or alienating identity policies and how these policies are linked to the maintenance of social inequalities.

### **Key-words**

Identity; Women; Social Assistance; SUAS; PNAS.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2. O SINTÁGMA IDENTIDADE-METAMORFOSE-EMANCIPAÇÃO</b> .....	18
2.1. A personagem como manifestação da Identidade.....	26
<b>3. O GÊNERO FEMININO E A CONDIÇÃO DE POBREZA</b> .....	31
3.1. O que nos torna mulheres .....	31
3.2. A pobreza das Mulheres é diferente da dos Homens .....	38
<b>4. A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADES NESTE CONTEXTO</b> .....	46
4.1. Caminhos e histórias de uma política .....	47
4.2. O SUAS atual, familismo e como o desmonte afeta as mulheres.....	52
4.3. Assistência Social e Políticas de Identidade .....	64
<b>5. METODOLOGIA</b> .....	77
<b>6. ANÁLISE</b> .....	86
6.1. A Rosa-semente e o potencial de vida .....	87
6.2. Rosa-erva-daninha e política pública da sobrevivência.....	102
6.3. Rosa-flor e o desabrochar da identidade política.....	113
6.4. O SUAS como ferramenta de reconhecimento e a identidade que se constrói em jardim .....	129
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	139
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	147
<b>ANEXOS</b> .....	157
ANEXO 1 – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	158
ANEXO 2 – Parecer Consubstanciado do CEP .....	159

## 1. INTRODUÇÃO

Falar sobre a Política de Assistência Social no Brasil é também buscar um olhar atento para forma como nosso país se construiu e os mecanismos de colonização que estão presentes em nossa cultura. Essa é uma tarefa complexa, mas extremamente necessária para pensar os caminhos da constituição política e da implementação de mudanças efetivas no cenário de desigualdade social brasileira.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é uma conquista civil da nossa população e contempla discussões extremamente importantes além de buscar espaço de visibilidade para questões pertinentes à grande maioria dos brasileiros.

Em 2019 atingimos o maior índice de extrema pobreza no país nos últimos 7 anos. Mais de 54 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha da pobreza que, segundo os critérios da do Banco Mundial, consiste em renda diária per capita de US\$5,5. Por sua vez, ainda se observava que cerca de 13,7 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha de extrema pobreza, na qual a renda per capita diária equivale a US\$1.9 (BRASIL, 2020).

Estes dados quantitativos específicos divulgados anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tomam como base apenas a renda declarada pela população e se valem de outros índices importantes que ajudam na compreensão do cenário de desigualdade do país.

Grosso modo, é seguro afirmar que quase um quarto da população encontra-se sob condições objetivas de pobreza. Segundo a Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (BRASIL, 2020), mais de 80 milhões de pessoas estão inscritas no Cadastro Único (CAD-Único) para programas sociais do governo federal.

Este número reflete a quantidade de pessoas em solo nacional que tentam acessar benefícios, programas e projetos sociais por todo o Brasil, muitos dos quais estão direta ou indiretamente ligados à PNAS.

Isso em vista, as estatísticas recentes (BRASIL, 2014) mostram que mais da metade dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são mulheres que, em sua maioria, são chefes de família ou responsáveis únicas pela unidade familiar.

Esse traço é uma das heranças da estrutura misógina que marca a sociedade brasileira. Responsabilizar (e muitas vezes culpabilizar) mulheres pelo bem-estar e segurança familiar sem

necessariamente compreender como esse processo está ligado à hierarquização de gênero (BARBOSA, 2019).

A construção dos papéis sociais de gênero acontece a partir da perpetuação de uma forma de poder que se baseia na exploração em massa de mulheres, sendo que aquelas sob o recorte socioeconômico e de raça são as mais prejudicadas por estes padrões (DAVIS, 2018).

Como um movimento comum ao capitalismo predatório, a existência passa a ser vista como *commodity* e dessa forma define um lugar à mulher na sociedade que a coloca como inferiorizada, e muitas vezes desumanizada, a fim de garantir a perpetuação de uma mão-de-obra que se barateia pela precarização e pelas condições sub humanas de existência (BUTLER, 1990)

As mulheres periféricas e pobres tem muitas vezes sua existência ditada por este parâmetro e as possibilidades de ser e estar no mundo se apresentam de forma muito mais restrita a estas pessoas (BARBOSA, 2019).

Isso em vista, entende-se como essa parte da população acaba precisando recorrer com maior frequência aos serviços de assistência social, fazendo com que exista um lugar bastante característico que mulheres assumem perante os serviços, programas e benefícios oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social.

É por isso que analisar e refletir sobre as intersecções entre Política de Assistência Social e gênero é um ponto fundamental para também se pensar nos mecanismos de exploração e de perpetuação da desigualdade social no contexto brasileiro.

Pensar estes aspectos sob a perspectiva da identidade é um modo de encontrar maneiras contra hegemônicas de existir neste sistema, identificar formas importantes de resistência e possibilidades de construção de caminhos direcionados a formas mais emancipadas de relação<sup>1</sup>.

O diálogo que Ciampa (1987) adota entre as questões de Identidade e a dimensão política do ser humano criam uma teoria de Identidade alinhada com a proposta da Psicologia Social Crítica de pensar na realidade a partir da perspectiva de um ser humano ativo, que produz e é produzido pela história. Como colocado por Silvia Lane (1987, p. 10), a teoria de Identidade de Ciampa é política porque, a partir da análise, “somos levados a questionar que espaços, que possibilidades nós nos permitimos – a nós e aos outros – de, sendo nós mesmos, nos transformarmos, nos recriarmos”.

---

<sup>1</sup> O conceito de emancipação aqui faz referência à dimensão do sintagma proposto na teoria da Identidade Antônio da Costa Ciampa e diz respeito à formas de relações sociais que prezem pela autonomia de indivíduos e coletividades, a construção de relações sociais mais justas e a concepção de uma *práxis* transformadora da realidade nesta direção (ALMEIDA, 2017). Mais sobre este conceito será explorado ao longo do trabalho.

Dessa forma, refletir sobre como a identidade de mulheres é transpassada por políticas como a PNAS é importante para analisar como as condições estruturais e institucionais tem impactado a vida das cidadãs, quais são as possibilidades que estas políticas oferecem as suas usuárias de efetivamente melhorar a condição subjetiva e objetiva de suas vidas e como as diferentes instâncias de poder institucional, cultural, econômico e político se conversam no processo de socialização de meninas e mulheres brasileiras em condição de vulnerabilidade social.

E aqui cabe realizar uma distinção importante de termos. No contexto da Política de Assistência Social brasileira utiliza-se a expressão “situação de vulnerabilidade social” para designar a situação de pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (BRASIL, 2004). Esta política circunscreve a vulnerabilidade social em um escopo situacional pois prevê mecanismos que possibilitam o acesso a oportunidades na sociedade que viabilize a ascensão à estratos sociais mais altos, contudo, como explicado por Guareschi, Reis, Huning e Bertuzzi (2007), a vulnerabilidade social precisa ser lida sob a ótica de uma condição social que ultrapassa as questões de pobreza e de populações carentiadas.

As autoras colocam que a vulnerabilidade social é uma organização política e simbólica que perpetua uma determinada ordem de exploração que leva em conta fatores como raça, gênero, orientação sexual, ascendência e outras instâncias que se relacionam dentro desta lógica de produção capitalista, sendo que as próprias políticas destinadas à reversão destes quadros muitas vezes trabalham em favor dessas forças (GUARESCHI; REIS; HUNING; BERTUZZI, 2007).

Portanto, os conceitos do presente trabalho serão desenvolvidos tendo em vista o entendimento da vulnerabilidade social enquanto uma condição estrutural, contudo, por vezes o termo “situação de vulnerabilidade social” pode ser utilizado principalmente quando for remetido às normativas, decretos e estruturações da PNAS que parte da concepção situacional justamente por prever formas e mecanismos de poder superar a vulnerabilidade e o risco social.

Assim, esse trabalho se pautou no objetivo principal de compreender o processo de identidade de mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social e são atendidas por Políticas de Assistência Social brasileiras. Este objetivo se desdobra por sua vez em outros dois pontos que são os de avaliar os possíveis atravessamentos da Política Nacional de Assistência Social no processo de identidade de mulheres que vivem em condição de vulnerabilidade social e o de observar a relação que usuárias da Assistência Social estabelecem com o Sistema Único de Assistência Social e suas percepções sobre a Política de Assistência Social.

Para desenvolver essa discussão, este trabalho se inicia com três capítulos teóricos.

O primeiro deles traz um panorama mais ampliado sobre o Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação desenvolvido pela teoria de Identidade de Ciampa. Este capítulo pauta-se, principalmente, na exploração da dimensão política de sujeito que o autor constrói baseando-se na vertente da Psicologia Social Crítica e do materialismo-histórico dialético, a fim de discutir o modo como se constituem as Políticas de Identidade e como estas permeiam a vivência cotidiana da sociedade. Também tomamos espaço para apresentar brevemente o conceito de personagem que Ciampa desenvolve. Fundamentado no estudo de *Stanislavski*, o autor utiliza a personagem como expressão da identidade no desempenho das atividades humanas. É pelas personagens que se faz possível identificar os movimentos dos processos identitários.

A partir do desenvolvimento destes conceitos se construiu o segundo capítulo, no qual são exploradas algumas das teorias de gênero desenvolvidas por Simone de Beauvoir, Judith Butler, Angela Davis e Rosi Braidotti para pensar nas especificidades da construção da identidade feminina e suas relações com o papel social da mulher que é designado pelo capitalismo. Essa reflexão enseja a contextualização da condição de vulnerabilidade social e as formas como essas condições acabam muito mais presentes na vivência de mulheres que de homens e como estas mulheres acabam encontrando mais dificuldades para mudar ou melhorar sua condição de vida. Aqui também explanamos como as mulheres acabam sendo o maior alvo e/ou o maior público dentre os usuários do SUAS.

Por fim, no terceiro e último capítulo teórico proposto, produziu-se uma breve contextualização histórica do SUAS e da PNAS, a fim de tentar compreender como a Política de Assistência Social se desenvolveu no país e o local que atualmente ocupa na luta contra a desigualdade social. Neste capítulo também retomamos uma importante discussão que são as formas de como os direitos sociais consolidados em políticas podem ser apropriadas por uma ordem sistêmica que passa a se valer de seus recursos para fortalecer o poder das classes hegemônicas a partir da exploração das classes subalternizadas. Encerramos o capítulo com uma contextualização atual a respeito do SUAS e qual o papel da mulher e da família nesse sistema.

Estes três capítulos tem a importante função de construir o quadro argumentativo que possibilitará então refletir sobre a identidade de mulheres usuárias das Políticas de Assistência Social brasileiras.

Para tanto foi utilizada a metodologia adotada por Ciampa (1987) das narrativas de história de vida. Nela um sujeito é convidado a relatar livremente sobre sua história de vida na

qual percebe-se as metamorfoses importantes ao movimento de construção de identidade bem como a integração destes aspectos com as condições materiais e históricas do sujeito.

Isso em vista, foram entrevistadas duas participantes que já fizeram uso de pelo menos dois serviços, programas e projetos do SUAS por período superior há dois anos e que hoje encontram relativa autonomia destes recursos.

A história de vida destas duas participantes trouxe elementos diferentes para trabalhar a relação das usuárias com o SUAS e a PNAS e se e como os recursos previstos na política acabam influenciando nos movimentos de identidade destas usuárias.

Dentre as entrevistas realizadas, identificamos o surgimento de um sujeito emblemático, ao qual Griebler (2015) coloca como sendo um recurso metodológico dentro do estudo de identidade que considera que a construção do sujeito se dá dentro de um processo social que se expressa por sua narrativa. Assim, para desenvolvimento da análise da presente dissertação, partiu-se da narrativa de uma das participantes, que foi denominada Rosa para preservação do sigilo.

Diante de uma análise quantitativa, esta amostra não apresenta uma possibilidade consistente de dados que possam ser generalizados e por sua vez representarem a maior parte das vivências das mulheres na Assistência Social. Entretanto, a utilização da metodologia de história de vida traz uma peculiaridade que Lane (1987) descreve como a presença da singularidade na totalidade. Alves (2017) também ressalta para o fato de que o processo dialético de formação do ser humano depende de troca constante entre as dimensões micro e macro sociais, o que faz com que, aquilo tido como universal, se expresse na particularidade das vivências.

Assim, nenhuma história pessoal é isolada de um tempo, uma história e um contexto que ao mesmo tempo extrapola e também depende deste contexto particular.

Retomando a abordagem da Psicologia Social Crítica, existe uma postura que contesta justamente a divisão ilusória entre a subjetividade e objetividade e em seu lugar se adota uma postura atenta aos processo dialéticos que geram a experiência social como um todo. Isso devolve a potência a um sujeito da Psicologia que antes era reativo e passivo às condições externas (LANE, 1984).

É por isso que esta nova abordagem abre espaço para a percepção, visibilidade e centralidade de aspectos que possam ajudar na construção de formas de se colocar no mundo que escapem (em menor ou maior escala) do padrão violento de relação que o sistema vigente impõe incessantemente à vida de todos aqueles inconformes com a norma.

Mais sobre esta metodologia, as condições da pesquisa e o perfil das participantes será apresentada no quarto capítulo deste trabalho.

A apresentação da história de vida de Rosa será apresentada no capítulo subsequente, no qual também será desenvolvida uma análise a respeito das metamorfoses que embasam os processos de identidade da narradora e como esse é transpassado pela relação com as políticas públicas de proteção social e o Estado.

Em um contexto social como o que se observa no Brasil, discutir as relações entre as políticas públicas e a constituição de sujeitos e coletividades é primordial para pensarmos não apenas na efetividade de tais políticas, mas também reavivar uma análise crítica a respeito dos parâmetros utilizados desde sua concepção até sua execução.

Compreender também qual o impacto a curto, médio e longo prazo que essas estratégias podem ter na vida concreta de cidadãos e cidadãs brasileiras conduz nosso olhar para o campo das possibilidades de melhora, das conquistas advindas das lutas e das formas de se criar resistência em um mundo marcado pela política negacionista e invisibilizante e de tantas crueldades.

É urgente o resgate da dimensão humana da política para preencher os discursos com significados mais palpáveis e correlatos com a realidade de todos aqueles implicados no aparato estatal de garantia de direitos. Só assim os indivíduos e suas coletividades poderão fortalecer suas potências e provocar mudanças positivas na realidade vivida, sendo o adensamento de conhecimento sobre a teoria e a práxis, um caminho sem volta na qual exprimimos o nosso compromisso com essas mudanças.

Este trabalho pretende lançar olhar para tais questões e contribuir com o fortalecimento destas discussões no meio acadêmico e prático da Psicologia Social Crítica e da teoria de Identidade que hoje é notória no cenário da Psicologia na América Latina.

Ainda que breves, estas explicações buscam levantar as perguntas adequadas para respostas que talvez já estejam sendo construídas no dia-a-dia de muitas brasileiras.

## 2. O SINTÁGMA IDENTIDADE-METAMORFOSE-EMANCIPAÇÃO

As discussões a respeito da Identidade e os processos que a envolvem ocupam atualmente um lugar fundamental para a Estruturação da Psicologia Social enquanto matéria de estudo da realidade que considera as interrelações entre subjetividades e sociedade.

O tema tem incorporado discussões importantes na área e tem sido apontado que a Identidade não apenas se apresenta como um fator dentro dos fenômenos sociais, mas pode se configurar em um olhar epistemológico que colabore para a compreensão da dinâmica social e dos processos que envolvem a socialização e as diferentes trocas entre sujeitos e o mundo. Os autores Lima, Ciampa (2017) e Lima (2010), ao citarem Almeida (2005), sustentam essa concepção ao declararem que a identidade é um fenômeno constitutivamente social e, por isso, é possível transcender as barreiras que separam as identidades “sociais” e “pessoais” quando estas são compreendidas no decorrer do processo de socialização do ser humano.

Nesta perspectiva, Ciampa (1987) traz uma leitura a respeito da Identidade que contrapõe a primeira ideia que se desenvolvia na Psicologia. O autor questiona a noção estática de identidade como um fator que define sujeitos em um caráter limitante e que, conseqüentemente, desconsidera o aspecto material da vida e a forma dinâmica do processo de constituição da subjetividade.

Para o referido autor a Identidade é definida como Metamorfose humana em busca de Emancipação, estabelecendo a tríplice Identidade-Metamorfose-Emancipação como sintagma primordial pelo qual a realidade pode ser lida e compreendida em diferentes aspectos (LIMA; CIAMPA, 2017).

Partindo do princípio dialético e das bases do materialismo histórico, esta teoria da identidade começa a ser criada dentro do escopo da Psicologia Social Crítica, que buscava uma leitura de ser humano dotado de uma história e dentro de uma conjuntura social. Esta abordagem se consolida nos anos 70 em questionamento à forma como a ciência psicológica era desenvolvida até então, tendo como uma de suas principais teóricas a professora e filósofa Silvia Lane (LANE, 1984).

Silvia Lane propôs que a Psicologia se posicionasse como ciência transgressora dos padrões hegemônicos, como ferramenta que pudesse auxiliar no desenvolvimento de autonomia e da capacidade crítica de leitura da realidade que colaborasse com a consolidação de mudanças

sociais efetivas e com a construção de formas de relação menos opressoras. (GONÇALVES; BOCK, 2018).

Este pensamento foi (e ainda é) considerado revolucionário, principalmente diante de um cenário no qual a Psicologia era tida como uma ciência capacitista que oferecia recursos de adequação do sujeito a contextos exploratórios e formas de avaliar suas capacidades produtivas e de adaptação, principalmente em situações envolvendo as questões econômicas e de mercado (SOUZA FILHO; SANTOS, 2017).

Contextualizar o sujeito em sua história e admitir a impossibilidade da observação imparcial dos fatos, trouxe para a Psicologia a dimensão política do saber científico. Esse novo olhar desenvolve uma ontologia que parte da Psicologia Sócio-histórica e permite dispor de um olhar crítico a respeito das condições em que são moldadas as subjetividades diante das normativas sociais, as hierarquias de poder e os interesses envolvidos na luta de classes (GONÇALVES; BOCK, 2018).

A Identidade aqui tratada vai ao encontro destes princípios e parte do pressuposto de que a construção identitária e o reconhecimento de si enquanto indivíduo e sujeito ocorre durante o processo de socialização, quando há o reconhecimento recíproco daqueles que compõe objetivamente os grupos sociais (HABERMAS, 1983; CIAMPA, 1984).

A abordagem considera que ser humano e sociedade estão em constante interlocução e que a relação com o ambiente não se limita à interação com a realidade objetiva, pois depende dos significados criados no contexto cultural e das mediações feitas por outros sujeitos que compartilham desta realidade (BERGER; LUCKMANN, 2003).

Habermas (1983) também parte de base semelhante ao demonstrar que a Identidade do Eu não se limita ao seu sentido descritivo, pois se constitui através da organização simbólica que remete simultaneamente à uma dimensão universal dos processos formativos globais da sociedade e uma construção autônoma do Eu. Assim, este autor reforça a ideia de que a Identidade implica em uma aquisição simbólica adquirida durante o processo de socialização.

Ao tratar destes processos Berger e Luckmann (2003) fazem um enfoque importante na relevância destas aquisições simbólicas para a formação correlacionada de sujeito e sociedade. Segundo essa premissa, diz-se que o sujeito não nasce humano, mas com uma predisposição a se tornar humano que depende de sua interação com o mundo.

Isto posto, essa teoria leva em conta que os símbolos são os mediadores entre o sujeito e o mundo e permitem, através da interação, que este constitua significados diante de suas vivências. Dessa forma, esse ser passa a se colocar como individualidade socialmente construída.

Ciampa também se remete a Sartre ao adotar a postura que aproxima a subjetividade da objetividade, evidenciando que estes dois processos são interdependentes (apenas reconheço o que sou quando identifico o que não sou) (LIMA; CIAMPA, 2017) e volta a citar tanto Habermas (1983) quanto Berger e Luckmann (2003) ao demonstrar que a individualização acontece mediante o reconhecimento do outro e do meio sistêmico em que este conjunto está situado.

Berger e Luckmann (2003) ainda sistematizam esse pensamento e o dividem, para fins didáticos nas fases de socialização primária e secundária. De forma geral eles especificam que inicialmente o sujeito reconhece seus outros significativos, pessoas que assumem um lugar privilegiado na percepção do sujeito e começam a atuar como mediadores da realidade e introduzem este ser no mundo social. Estes outros significativos fornecem sentidos à realidade, que passa a ser interiorizada pelo sujeito.

Neste processo de desenvolvimento, o indivíduo é predito pelos grupos sociais que contextualizam sua existência em uma história e cultura. O sujeito então interioriza esses conceitos compartilhados e conforme amplia suas formas de se relacionar com o mundo, atribui novos sentidos aos significados internalizados, metamorfoseando-se a cada novo encontro e experiência (HABERMAS, 1983).

Ciampa valendo-se dos aportes de Habermas expõe a dinâmica dialética entre sujeito e sociedade, colocando a Identidade como um resultado da atividade humana nas relações com o mundo. A subjetividade então seria parte de uma construção social material localizada em um processo histórico, ideia que desconstrói a noção de uma consciência essencialista e naturalizada (SOUZA FILHO; SANTOS, 2017).

Lima (2010) expõe que a constituição singular do sujeito se dá no confronto da negação de todas as determinantes, o que por sua vez possibilita uma reconstrução constante do Eu com base nas diferenças. A articulação e o confronto com as diferenças é o meio pelo qual o animal humano pode se individualizar na sociedade e, em um processo dialético de reconhecimento das igualdades, construir paulatinamente a subjetividade que o caracteriza como ser social.

Ciampa se apoia, assim, no conceito de atividade consolidado na obra de Silvia Lane (1984) que é apresentada como o encadeamento de ações que levam ao contato entre sujeitos.

Este princípio demonstra uma progressão epistemológica no olhar da Identidade e assume que a formação da pessoa se dá dentro de um contexto social e não por predeterminações estanques e/ou imutáveis, que geralmente estão associadas à tradições mais essencialistas de pensamento. Assumir essa postura é considerar que o ser humano nunca chega

a ser uma obra pronta, pois é sempre um projeto de suas possibilidades e consequência da relação entre seus determinantes sociais e os sentidos atribuídos a eles (CIAMPA, 1984).

Nessa perspectiva traz-se o conceito de Metamorfose que evidencia um fundamento da teoria de Identidade pautada na “ideia [de] que o homem se caracteriza, antes de tudo, por sua capacidade de superação das circunstâncias dadas e de seu projeto de vida” (SOUZA FILHO; SANTOS, 2017, pg. 2).

A Metamorfose não apenas apresenta a dinâmica relacional entre socialização e individuação, também atribui a atividade como categoria fundamental para a compreensão destes processos. Segundo Ciampa (1984), somos todos constantes metamorfoses, incapazes de passar ilesos pelas experiências da vida.

Lima e Ciampa (2017) destacam que este aspecto do sintagma possibilita uma leitura política de sujeito que abarca sua formação social e dentro de um sistema que impõe formas hegemônicas de expressão da subjetividade e da construção da identidade. O homem surge como síntese dialética de sua relação com o mundo e atribui sentidos e significados as suas experiências ao longo de sua história, tornando a Identidade e todos os seus processos uma luta pela humanização.

O ato de existir e de tornar-se sujeito passa então a ser um ato político, pois esse é um movimento que pressupõe uma atuação dialética dentro das relações sociais. Ao atuar de forma ativa na sociedade o sujeito provoca mudança em seu meio e ao mesmo tempo amplia suas possibilidades de existência dentro deste contexto (CIAMPA, 2002).

O ser humano passa a se identificar nas articulações entre as igualdades e diferenças, o que por sua vez implica no constante processo de mudanças que são inevitáveis no contato dialético entre subjetividade e objetividade (CIAMPA, 1984).

Considerando primeiro que a Identidade é um processo que se dá apenas no campo da relação com o outro, e em segundo que essa relação acontece em um nível micro e macro-social, como apontado por Berger e Luckmann (2003), Ciampa (1987) coloca que a identidade do sujeito começa a se formar muito antes do seu nascimento.

Ciampa (1984) também coloca que a determinação da identidade acontece no nível de relação social na qual o reconhecimento de um depende do reconhecimento do outro. O autor apresenta como exemplo a relação entre pai e filho. Esses dois papéis são interdependentes e carregam em si um longo significado social do que se espera que indivíduos enquadrados nestas categorias *sejam*. Essas identidades pressupõe o sujeito, pois se dão em um nível mais amplo que a sua vivência subjetiva, e para que um pai exista pressupõe-se a existência de um filho e vice-versa.

Passamos então a viver essa identidade pressuposta que, em primeira análise não comporta todos os processos de mudança que o movimento da Metamorfose evidencia. São identidades que se mostram como cristalizadas, praticamente universais e imutáveis pois se propõe a tratar de uma generalidade. Lara Jr. e Lara (2017, p.4) dizem que essa identidade pressuposta se configura em “uma determinação externa ao indivíduo sobre a qual ele pode agir no sentido de reproduzir ou modificar tal pressuposição”, ou seja, perante as determinações sociais, o indivíduo pode promover articulações que sustentem a aparência de estabilidade que as identidades pressupostas carregam, ou reunir as condições necessárias para contradizê-las.

Ciampa (1987) trata que a reposição constante destas identidades acarretam na supressão do caráter temporal da Identidade e desemboca num processo chamado de “mesmice” que acaba reduzindo o sujeito, que é dotado da capacidade de atividade e de determinante sócio histórico, à fatalidade de uma identidade que uma vez foi posta.

Um ponto importante a ser ressaltado é que a Metamorfose não é um processo que pode ser interrompido, apenas negado, uma vez que ele é a tradução do movimento que constitui a realidade social (CIAMPA, 1984). Cria-se uma aparência de não-Metamorfose, a fim de fortalecer uma lógica social que precisa ser mantida para beneficiar as estruturas de poder anteriormente tratadas.

O aprisionamento no mundo da mesmice pode resultar em uma má infinidade na qual as contradições não são superadas e o movimento dialético da identidade não progride. A atividade que engendra a transformação deixa de ser desempenhada, mas a representação dos papéis sociais permanece (LIMA, 2010)

O apoio na dialética marxista, que se apresenta na construção desta teoria, busca colocar a materialidade das relações entre sujeito e sociedade no centro das discussões da Psicologia com a finalidade de admitir e dar visibilidade aos processos exploratórios e de sofrimento que são desencadeados pela estrutura do sistema social, assim como abrir espaço para o fomento de discussões que apresentem alternativas à estas formas de relação.

Por isso, como tratado por Souza Filho e Santos (2017), conforme evoluem as discussões a respeito dos processos de metamorfose também se torna necessário considerar que a natureza do sistema capitalista, que impõe as condições nas quais as Identidades se constroem e se influenciam, também é provido de natureza dinâmica, ou seja, o Capitalismo é dotado de intensa capacidade de adaptação às diferentes conjunturas que se dão na interseção de subjetividades e objetividades que os indivíduos criam em seu fazer social.

Os autores ressaltam que a mudança em si então é fator fundamental para a sobrevivência do sistema capitalista. Essa movimentação tem como uma de suas características

a apropriação de conceitos que inicialmente são desenvolvidos como alternativas às condições de exploração e desigualdade. Pensamentos que inicialmente são desenvolvidos visando o aumento de autonomia e a equalização das relações sociais passam a compor as estratégias de dominação sistêmica sobre os indivíduos e, em última instância, colaboram para a manutenção do mesmo (SOUZA FILHO; SANTOS, 2017).

A teoria da identidade se fundamenta na teoria do agir comunicativo de Habermas que coloca a possibilidade de construção de uma sociedade livre de sistemas coercitivos que se manifestam na construção simbólica do mundo através da linguagem. Contudo, a crescente racionalização e burocratização estruturam um mundo sistêmico que intervém sobre os indivíduos de forma a neutralizar as possibilidades do mundo da vida através da ação instrumental que distorceria a comunicação e daria origem as patologias da modernidade. O dinheiro e o poder, tratados por Habermas como meios alíngüísticos, exercem o controle da reprodução social e atacam o espaço intersubjetivo com a finalidade de instrumentalizá-lo. O autor coloca que o encadeamento da apropriação do mundo da vida pelo mundo sistêmico acontece mediante o estabelecimento da violência estrutural (LIMA, 2010).

Dessa forma, o conceito de Metamorfose por si só não pressupõe uma mudança qualitativa ou superação destas desigualdades e dos padrões hegemônicos de relação, mas ainda assim esta ideia é dotada de uma faceta política que tem seu veio fortalecido ao considerar que da mesma forma como a sociedade influencia o sujeito, este também constitui a sociedade em seu fazer diário e pode assumir uma postura ativa de mudança da sua realidade e da forma como se dão as relações dentro do contexto capitalista.

Para lançar mão de uma apreciação crítica deste conceito e para dar conta desta análise dentro de um sistema exploratório com alta capacidade de adaptação, é proposto o terceiro elemento do sintagma, que traduz as possibilidades de transformação e superação das opressões sistêmicas. Detenhamo-nos brevemente nos aspectos da Emancipação.

Como expresso por Almeida (2017, p. 2), o conceito de emancipação está intrinsecamente atrelado ao

[...] lugar do sujeito nas práticas sociais, as mediações entre a existência dos indivíduos e a vida social, as interconexões entre formas de vida e estrutura social, os nexos entre os movimentos e as classes sociais, as diferentes formas de conflito e os limites e potencialidades de ações emancipatórias.

Esta dimensão do sintagma é construída a partir da obra de Axel Honneth (2003) na qual é tratada a inserção de indivíduos e grupos na sociedade. Para o autor esse processo se dá através do reconhecimento em três instâncias: a do amor, do direito e da solidariedade, sendo que a

autorealização do sujeito é resultado da autoconfiança que surge da experiência do amor, do autorrespeito vindo da experiência do direito e da autoestima provocada pela solidariedade.

Assim como Habermas (1983) e Berger e Luckmann (2003), Honneth (2003) também se apoia na concepção de que o reconhecimento de si pressupõe um reconhecimento prévio que o grupo e a sociedade constroem a respeito do indivíduo. Honneth (2003) entretanto acrescenta que o desrespeito pelas formas de reconhecimento do amor, direito e solidariedade fomentam a luta para a conquista da possibilidade de vivência dessas dimensões.

O confronto da diferença se torna um fator crucial para se alcançar a autorealização. Ciampa (1987) explora bem esta questão na primeira parte de sua obra na qual utiliza a personagem Severino, protagonista do poema *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto (1955)<sup>2</sup>.

Vemos esse movimento logo na primeira estrofe, quando Severino passa a se apresentar ao leitor. Acompanhamos este momento e percebemos que quanto mais Severino tenta se diferenciar, mais se vê semelhante a tantos outros que compartilhavam de muitos dos aspectos que ele pensa que poderiam defini-lo, como nome, filiação e localização espaço-temporal.

Ciampa (1987) mostra que este recurso acaba por situar Severino em um momento sócio-histórico que dizia muito mais sobre sua Identidade do que a enunciação de atributos descritivos.

A articulação dos contrapontos é o que, segundo Honneth (2003) gera o movimento em direção à mudança qualitativa das formas de relação em busca do reconhecimento.

Ainda tratando sobre Severino, Ciampa (1987) ilustra bem a potência deste processo na parte final do poema, quando a personagem se vê diante do nascimento de uma nova vida no momento em que encarava de perto a possibilidade da própria morte. O confronto da diferença trouxe consigo a possibilidade de vislumbrar alternativas diferentes e retomar, mesmo que de forma singela, uma parte de sua qualidade ativa diante das trocas com o mundo.

Essas percepções não cabem dentro da concepção estática de Identidade. A mudança qualitativa tem potência e ela só se reconhece diante da possibilidade de encarar o sujeito como transformação e ator da sua realidade sócio-histórica. A mudança qualitativa tem o potencial de

---

<sup>2</sup> *Morte e Vida Severina* é obra escrita pelo autor João Cabral de Melo Neto e originalmente publicada em 1955. Conta a história de migração do personagem Severino e é considerada um marco na literatura brasileira por trazer, através do poema, o relato e a denúncia a respeito dos processos migratórios que marcam as formações urbanas brasileiras, entendendo esse como um processo histórico, social e político que forma o Brasil. NETO, J.C.M. **Morte e Vida Severina**: auto de natal pernambucano. Rio de Janeiro:Alfaguara, 2016 [1955]

desestabilizar o poder do Capital (LIMA, 2010). A Emancipação vem ao encontro dessa possibilidade

Como colocado por Almeida (2017), a Emancipação se apresenta como a força que pode levar o indivíduo em direção a sua autonomia, mudando sua relação com o meio. Os processos emancipatórios implicam no desenvolvimento da capacidade reflexiva necessária para atuar nas relações sociais de forma ativa e podem ressignificar aspectos da existência que apontem para caminhos de maior independência e auto realização tanto no plano individual como coletivo.

Ao correlacionar a Emancipação e a Identidade, perpassando pela Metamorfose, Ciampa afirma que a história de vida, mesmo quando marcada pela pobreza e violência, não se curva facilmente por estas condições (LARA JR.; LARA, 2017)

A Identidade, quando entendida junto ao conceito de Emancipação (e de Metamorfose), considera que a consolidação da subjetividade se dá sempre atrelada em algum grau às questões sociais e muitas vezes afastam indivíduos e grupos destes propósitos de transformação da realidade.

A autonomia relacionada aos processos emancipatórios não se limita à capacidade de autogoverno. Ela envolve a tomada de consciência a respeito das forças e potencialidades que permeiam às construções sociais e a capacidade de posicionamento ativo para buscar a transformação social na qual formas de relação opressoras não se constituam enquanto regra e normatização (SOUZA FILHO; SANTOS, 2017).

Todo o processo dialético de relação com o social permite que o indivíduo se reconheça enquanto subjetividade na objetividade do mundo, constituindo dessa forma a sua singularidade. Concomitantemente, este mesmo processo é o que permite o desenvolvimento da capacidade empática e crítica do sujeito, uma vez que, tomando consciência destes aspectos, descarta-se a ideia de dicotomia entre eu e outro em detrimento de uma postura relacional e dinâmica na interlocução entre sujeito e sociedade (BEGER; LUCKMAN, 2003).

Honneth (2003) acrescenta que no processo de individuação não basta apenas o reconhecimento das diferenças entre o eu e o outro e as articulações dialéticas dessa relação. É necessário que essas trocas gerem respeito e aceitação recíproca das qualidades individuais. Assim a subjetividade só pode ser reconhecida nas intersubjetividades e a identidade só se consolida no caminho da autorealização.

O sistema Capitalista apresenta um movimento que vai na contramão dessa leitura de realidade, pregando uma noção de sujeito universal e reforçando a individualidade como ato isolado de existência. Coloca como “liberdade” a valorização desse embotamento de si. Existe um recorte do sujeito de sua história e das coletividades que o constituem e se fortalece um

discurso que homogeneiza a humanidade, negando a importância da singularidade e da coletividade para o estabelecimento de relações significativas. Se individualizam as questões sociais e se isola o sujeito do contato com o outro. (SOUZA FILHO; SANTOS, 2017).

O sistema produtivo atual possui ferramentas, sutis ou não, que dificultam os processos identitários que rumam a caminhos emancipatórios. É por isso que diante das limitações impostas pelas formas de relação exploratórias da sociedade, ainda não se pode pensar em um processo emancipatório total no que tange a Identidade, mas é possível se tratar dos fragmentos que possibilitam vislumbres do mesmo (ALMEIDA, 2017).

Caminhos que se desenvolvem rumo a relações que permitem um agir de maior autonomia e de maior consciência das interseções entre individualidades e coletividades perpassam, segundo Habermas (1983), pela resignificação dos papéis sociais internalizados durante o processo de socialização. Um ponto bastante importante que é colocado pelo autor e explorado na teoria da Identidade aqui tratada, é que a conquista deste estágio de maior autonomia não se dá em uma consequência natural do processo de socialização.

Segundo Alves (2017), tal reinterpretação dos papéis depende do confronto das contradições que se mostram frente aos processos de identidade, quando o sujeito confronta novas possibilidades de se assumir como autor de sua história e pode reinterpretar os sentidos das identidades que lhe foram atribuídas.

Dessa forma o conceito de personagem que Ciampa desenvolve é chave para se entender a Identidade como processo integrante a dimensão material da vida e sociedade e, portanto, cabe aqui enfoque especial a este aspecto da teoria.

## **2.1. A personagem como manifestação da Identidade**

Diante do exposto, como então podemos ter acesso à Identidade enquanto uma formação social, uma vez que o mundo e suas relações atuais impedem a manifestação integral e autêntica destes constructos?

Uma vez que a Identidade é vista enquanto Metamorfose e, portanto, uma constante transformação, a manifestação da Identidade de forma integral não é fato que pode ser concebido (LIMA, 2010).

Primeiramente porque as formas de relação imposta neste contexto sistêmico tendem a fragmentar as manifestações de ser e, simultaneamente, as transformações constantes que acontecem na própria atividade desafiam a concepção da Identidade enquanto unidade estável e pétreo. Contudo, essa colocação por si só deixa de traduzir a materialidade da Identidade. Se

a Identidade e todas as questões a ela ligadas se configuram em atributos políticos do ser humano, uma visão idealista não contempla a complexidade destes fenômenos (CIAMPA, 1987).

Em contrapartida, se sistematicamente não é possível ter acesso à totalidade da Identidade, a mesma precisa se manifestar de alguma forma no real, do contrário ela não poderia ser objeto de estudo por essa ótica.

Ciampa (1984) traz então o conceito de personagem, que seria a forma de manifestação da Identidade no concreto e que realiza essa mediação entre a formação da Identidade e as demandas do mundo.

Para um maior aprofundamento do conceito cabe primeiro a diferenciação entre a personagem e o papel social. Para essa discussão o autor recorre aos termos originalmente emprestado das artes cênicas e, mais especificamente, do ator, diretor e escritor Stanislavski.

Para o dramaturgo o processo de criação de papéis depende de fatores externos e internos à peça. Um papel, ao ser concebido, é tingido pelo contexto em que o escritor se encontra. Esse contexto primeiramente se traduz em uma rede de fatos concretos que são apreendidos quase que instintivamente durante a leitura da peça, mas que não necessariamente precisam ser descritos de forma explícita em sua obra (STANISLAVISKI, 1984).

Mas os fatos concretos por si não representam a grandiosidade de um papel, é necessário que esse papel contemple um espaço para o que Stanislavski (1984) descreve como “infusão de vida”. Esse papel só se concretiza em personagem quando abre a possibilidade para ser interpretado e preenchido por uma vida que será atribuída pelo próprio ator.

O ator precisa implicar no papel suas próprias emoções, sonhos e perspectivas e confrontá-las com a primeira estrutura do papel e levando a um mergulho consciente em “suas próprias sensações, suas próprias emoções reais, sua experiência pessoal da vida” (STANISLAVISKI, 1984, p. 40).

A personagem se encarna em uma criação que se aproxima do método natural de criação de qualquer ente vivo. Esse movimento é dotado de organicidade na qual o ator encarna a personagem tanto corporal quanto espiritualmente. A personagem se configura na entrega total do ator que não mais representa, mas que vive aquele papel (STANISLAVISKI, 2001).

Aqui não cabe uma pormenorização do estado da arte do método de Stanislavski, mas uma leitura inicial mostra uma aproximação dos conceitos cênicos desse contexto aos conceitos teóricos que se busca desenvolver a seguir.

Em um paralelo ao campo da Psicologia Social, a primeira concepção de papel reserva correspondência com a criação dos próprios papéis sociais, que estão intrinsecamente ligados a

seu contexto, ou seja, as demandas da própria estrutura social que requer expressões específicas da individualidade para sua manutenção (BERGER; LUCKMANN, 2003; CIAMPA, 1987).

Dessa forma os papéis sociais são anteriores ao sujeito e, portanto, à Identidade (CIAMPA, 1984). Mas o papel em si não contempla a “vida” para Stanislavski ou a “atividade” para Ciampa.

O papel é a consolidação de uma atividade social que é padronizada para que a ordem sistêmica tenha meios de controlar, administrar e reproduzir as identidades pressupostas (LIMA, 2010), mas quando esse papel é encarnado ele se torna a personagem. Ao se implicar e encher aquele papel com sua vida e passar a dotá-lo de sentido, a personagem se torna uma expressão empírica da Identidade (CASTRO; LISBÃO, 2017).

Ciampa (1987) apresenta o conceito de personagem ao reconhecer que as imposições sistêmicas não permitem a expressão da identidade em sua totalidade, dessa forma, a representação das personagens é ferramenta pela qual o indivíduo pode representar a si mesmo no desempenho dos papéis sociais. Ao representar uma personagem, o sujeito oculta outras tantas personagens que compõe a expressão de sua identidade para, dessa forma, estabelecer as relações significativas e poder agir sob o mundo (CIAMPA, 1984).

Novamente é importante resgatar o movimento dialético que defina qualquer interpretação de cunho social. O papel não existe independentemente da personagem assim como a Identidade não aparece de forma deslocada dos sentidos e estruturas produzidas socialmente (BERGER; LUCKMANN, 2003).

E uma vez que há tal interdependência entre as esferas objetivas e subjetivas, é extremamente importante considerar o papel do sistema Capitalista nesta dinâmica, que possui uma alta capacidade adaptativa na qual se apropria dos sistemas de símbolos e significados para manutenção das formas hegemônicas de expressão e perpetuar o processo de alienação (SOUZA FILHO; SANTOS, 2017).

Marx (1994) desenvolve o conceito de alienação e o desdobra no fetichismo da mercadoria, movimento no qual há um desprendimento entre o trabalhador e o que ele produz, fazendo com que a mercadoria assuma uma forma etérea e independente de qualquer materialidade e sua dependência do trabalhador para existir.

O Capital se apropria do processo produtivo e o esvazia de seu significado original, colocando-o em um novo lugar que responde às suas próprias demandas.

Na perspectiva identitária observa-se movimento semelhante. A personagem pode deixar de se mostrar como uma expressão da identidade para ser considerada a Identidade em si.

Ciampa (1984, p. 177) questiona:

Como me represento? Desempenhando papéis, assumindo papéis (decorrentes de minhas posições). Com isso oculto outras partes de mim não contidas na minha identidade pressuposta e re-posta; caso contrário não sou representante de mim.

Mediante o movimento de cooptação de símbolos e significados que contradizem a manutenção das formas hegemônicas de expressão, esse sistema favorece a designação das Identidades Pressupostas que determinam, totalitariamente, as formas de agir e ser, prendendo o ser em um molde estático que restringe sua forma fluida e dinâmica de Identidade. Os personagens então perdem a função mediadora da identidade e passam a ser tidos como a totalidade identitária do sujeito (MALVEZZI, 2017).

Este movimento é reconhecido como fetichismo da personagem, conceito explorado por Castro e Lisbão (2017, p. 6) quando expõe que:

[...] o indivíduo que é verbo que se substantiva defronta-se com o que pode ser chamado de fetichismo da personagem, explicando a (quase) impossibilidade de esse sujeito atingir uma condição de ser-para-si – ocultando a natureza da identidade como metamorfose.

O fetichismo da personagem nega a metamorfose, provocando uma aparência de não-mudança em que a personagem parece existir independentemente da atividade concreta. Isso se dá em detrimento de Identidades que são pressupostas ao sujeito e, novamente, oferecem uma ilusão de que a metamorfose não acontece e, portanto, não há superação da contradição dialética. Isso se traduz em uma dificuldade do indivíduo de atingir a condição de ser-para-si e cria-se o que Ciampa (1984) determina como identidade-mito.

A identidade-mito desvela o caráter de produção da identidade enquanto mercadoria que recebe seu valor social baseado na parte que desempenha para fortalecimento do sistema vigente (LIMA, 2010).

O engendramento do sujeito nesta condição o priva de ser um representante de si mesmo condenando-a a uma finitude que poda as práticas transformadoras de si e do mundo. Ciampa (1987) ainda completa afirmando que diante da impossibilidade de representação de personagens, sejam essas novas ou velhas, cria condições nas quais o ator se encaminha para a morte biológica ou simbólica.

Dessa forma, o aprisionamento de sujeitos em condições que levam à negação da metamorfose e, portanto, ao desempenho fetichizado de personagens é uma ferramenta importante na manutenção da hierarquia social, pois designa o lugar e as possibilidades de existência de determinados grupos sociais (DANTAS, 2017), sendo que a possibilidade de desempenhar diversos personagens é algo diretamente relacionado ao nível de poder que é possível exercer através destas representações (LIMA, 2010).

O conceito de personagem se vincula estreitamente ao processo de socialização do indivíduo, pois implica no processo de interiorização dos símbolos e significados do mundo na ordem pessoal do sujeito e a apropriação deste de uma forma que é posteriormente exteriorizada à sociedade.

A personagem não se restringe a uma expressão individual da identidade pessoal pois nela está implicada todo o processo de socialização do sujeito e a da construção dos papéis sociais que ajudam na compreensão das dinâmicas sociais de poder e das relações entre as dimensões macro e microssociais (DANTAS, 2017).

Compreender as condições e os processos envolvidos no desempenho das personagens requer um olhar político que evidencie os mecanismos de opressão estrutural que define a formação identitária entre grupos que são subalternizados em benefício da manutenção destas estruturas.

O conceito dos personagens é de suma importância para compreender a questão da identidade da mulher usuária das Políticas de Assistência Social no Brasil, uma vez que a questão de gênero em si já abarca uma infinidade de fatores que estão fundamentalmente atrelados aos diferentes papéis desempenhados por estas mulheres, como o papel de trabalhadora, de minoria, de pessoa em condição de vulnerabilidade social, de mãe entre tantas outras formas de expressão da Identidade e de imposição social que determinam muito de como estas mulheres interagem com o mundo e qual o olhar que elas destinam a sua própria história de vida.

Pensar em como são estruturadas as identidades femininas, com especial enfoque na identidade de mulheres em condição de vulnerabilidade e risco social, permite lançar olhar crítico para as estruturas que determinam sob quais condições essas pessoas tem possibilidade de existir.

Por isso faz-se necessário estabelecermos quais são as condições em que estas mulheres são reconhecidas enquanto tal e quais são as diferentes implicações sociais que o gênero impõe a esta parcela da população.

### 3. O GÊNERO FEMININO E A CONDIÇÃO DE POBREZA

#### 3.1. O que nos torna mulheres

Vimos anteriormente como as políticas de identidade se estruturam dentro do contexto social a fim de garantir a formação de identidades que estejam alinhadas com as demandas sistêmicas ou que possam se formar em direção aos fragmentos emancipatórios.

Também discorreremos como a identidade, entendida dentro da perspectiva de Ciampa, é um constructo social que expressa as dinâmicas de poder que se entrelaçam nas subjetividades e objetividades que compõe a realidade material. Toda questão política ou que prescreve o indivíduo em sociedade passa a ser observada como uma questão de identidade.

Tal perspectiva ajuda-nos a questionar fatos sociais que são tidos como naturais ou anteriores às construções culturais.

A seguir pretende-se demonstrar como as questões relacionadas ao gênero, mais especificamente aquelas ligadas ao gênero feminino, podem ser entendidas no escopo do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação.

A construção da Identidade da mulher bem como os fatores e condições envolvidos na criação do discurso que rodeia a ideia do gênero é assunto amplamente tratado dentro da literatura feminista clássica e foi abordado por teóricas de grande representatividade em todas as ondas do movimento.

Abarcar a profundidade deste debate não nos compete no presente capítulo, ainda mais considerando que as reflexões sobre a construção social do gênero precisam ser constantemente fortalecidas no que tange o movimento de luta pela igualdade de direitos de mulheres e de todos os grupos que são diretamente oprimidos pela determinação binária e falocêntrica que predomina nas políticas de gênero da sociedade capitalista. Além disso essas contribuições nos aproximam de formas menos excludentes e violentas de relação e de constituição da subjetividade.

Dessa forma pretende-se expor algumas das relações entre a construção do gênero feminino e as experiências de subalternidade que, dentre as várias formas de violência, colocam a mulher como um público extremamente presente no uso das Políticas de Assistência Social brasileiras.

Iniciamos essa correlação a partir de Butler (1990), que desenvolve uma discussão extremamente pertinente a respeito da construção social do gênero.

A autora parte da dicotomização entre sexo e gênero, que era muito comum de ser abordada nas discussões do século XX como duas classes separadas. O sexo estaria relacionado aos aspectos biológicos do ser humano enquanto o gênero seria expressão dos aspectos culturais. A partir daí, Butler levanta o questionamento da impossibilidade de se atribuir aos constructos humanos a qualidade de “natural” sob o discurso de que tais elementos teriam uma determinação prévia à própria condição humana e, portanto, se construiriam de forma independente dos olhares, posicionamentos, desejos e crenças da humanidade.

Tanto gênero quanto sexo aparecem como categorias discursivas na teoria de Butler que, fundamentando-se em Simone de Beauvoir e Foucault, afirma que a mulher não nasce como tal, mas é construída através da performatividade de seu gênero, ou seja, através de repetições socialmente impostas e que servem à manutenção de uma determinada hierarquia de poder na sociedade (CASCAIS, 2019).

Para Butler (1990) existe uma determinação compulsória entre gênero, sexo e sexualidade que tem uma função fundamental nesta manutenção das hierarquias relacionais da sociedade capitalista. Isso se dá porque é necessário que certos papéis, funções e atribuições sejam respeitados rigidamente para garantia de uma grande massa de exploração que sustente as relações assimétricas de poder.

A mulher então não nasce mulher, ela se torna mulher e, ainda segundo Beauvoir (2009) esse processo seria pautado na falta. À mulher caberia tudo aquilo que não determina o homem, tornando-a uma existência que se afirma através da negação. A autora complementa o pensamento e afirma

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 2009, p. 235).

A construção de argumentos que justifiquem a submissão e a inferioridade feminina tem estreita ligação com o desenvolvimento do conceito de propriedade e da divisão social do trabalho. Desta forma, a construção do gênero feminino é privado de historicidade quando sua determinação se correlaciona com a família e o trabalho doméstico. Tais questionamentos ganham força sob a leitura da dialética marxista que analisa a organização da sociedade a partir da categoria do trabalho (BEAUVOIR, 2009).

Neste escopo, a opressão não é algo que precede o gênero, o gênero na verdade é uma marca da opressão que é parte de uma determinação do opressor e não da experiência e vivência do oprimido. O sistema de opressão se apropria do corpo da mulher e na verdade constrói o

discurso de que sua exploração é reflexo de um “natural”, “físico” e “biológico” que na verdade é socialmente determinado (BUTLER, 1990).

De fato, a teoria do materialismo histórico contribuiu muito para devolver a dimensão histórica da construção do gênero feminino e sua problematização dentro de determinado contexto social, político, econômico e cultural. Butler (1990) afirma a necessidade de se devolver a materialidade ao gênero, para que este possa ser entendido como uma realização concreta de experiências de um determinado corpo, não apenas através de determinações etéreas como as visões biologizantes de ser humano.

Neste sentido, a autora traz que esta forma de conceber as relações de gênero são baseadas em processos que Marx denomina de reificantes. São necessárias reposições constantes desta concepção limitante de gênero para que se mantenham determinadas formas de relação na sociedade (CASCÁIS, 2019).

Como abordamos em capítulos anteriores, o conceito de reificação aparece na teoria da identidade quando abordamos a questão do fetichismo da personagem, processo no qual o indivíduo repõe determinado desempenho de personagem de forma que é criada uma aparência de não metamorfose. Neste sentido também se constrói a ilusão de uma identidade cristalizada (CIAMPA, 1984).

Butler (1990) e Ciampa (1987) se aproximam ao levantarem a questão de como a identidade tida como persistente, unificada e internamente coerente são atributos necessários para sustentação das formas de dominação.

Segundo Butler a fixação dos atributos de gênero à corpos determinados se dá por um processo forçado que determina que “mulheres” são aquelas detentoras de corpos “femininos” e “homens” são aqueles invariavelmente relacionados aos corpos “masculinos”. É importante ressaltar ainda que a autora vai além nesta argumentação tratando das questões de sexualidade e as possibilidades de transgressão destes padrões como ferramentas de materialização das existências e da negação das identidades reguladoras que contradizem a organização masculinista e heteronormativa da sociedade (CASCÁIS, 2019), contudo o aprofundamento destas questões no presente trabalho foge um pouco ao escopo das discussões aqui propostas e, portanto, vamos nos ater, principalmente, às questões que Butler desenvolve a respeito da identidade.

Para Butler também não há uma distinção entre a identidade pessoal e a social, uma vez que estas dimensões se constroem num movimento dialético que é ocultado ou mascarado novamente em função de uma hierarquização dos sexos (ROCHA, 2014).

Neste sentido, para Butler (1990, pg. 52)

O feminino nunca é uma marca do sujeito; o feminino não pode ser um “atributo” de um gênero. Ao invés disso o feminino é a significação da fala, significada pelo Simbólico, um conjunto de regras linguísticas diferenciais que efetivamente cria a diferença sexual.

As convergências entre a teoria de Ciampa e Butler também tocam na questão das políticas de identidade e identidades pressupostas que são estruturadas para definição de identidade.

Em Butler a autora ressalta a importância das práticas reguladoras na ordenação compulsória de gênero e sexo para construção de um discurso que anteceda a possibilidade de experiência concreta de qualquer sujeito submetido a esta ordem social (CASCAIS, 2019).

Essa necessidade serve à lógica masculinista de economia que é justamente pensada com base nos esquemas de exploração e concentração de recursos. A abordagem de economia utilizada pela autora vem dos fundamentos marxistas que entendem a economia como um processo de construção simbólica e reguladora das intersubjetividades e coletividades. Butler ainda aponta que gênero, sexo e sexualidade são constructos que surgem de relações discursivas contraditórias quando mostra que estes conceitos são construídos mediante a afirmação de que estes têm uma origem anterior às relações sociais (BUTLER, 1990).

Desta forma, para a autora, os mecanismos reguladores de sexo e gênero são ficções que mascaram uma variabilidade e multiplicidade de formas de ser sob o manto de uma suposta universalidade destes conceitos (ROCHA, 2014).

Se faz necessário uma leitura do gênero enquanto efeito e não causa das diferenças. Tais diferenças precisam ser reconhecidas e entendidas dentro do contexto histórico e social em que são vividas.

O que nos cabe refletir é sobre a relação desse tipo de expressão identitária com as formas de ser dentro desta realidade, bem como quais são os mecanismos que podem favorecer ou não as políticas de identidade que buscam aproximar os sujeitos de fragmentos emancipatórios.

O exercício do papel feminino vem com diversas implicações no mundo capitalista que, como já exposto anteriormente, busca estabelecer formas inexoráveis de exploração, favorecendo a alienação e o distanciamento das formas mais autênticas de expressão do ser.

Conforme desenvolvido por Ciampa (1984), o fetichismo de personagens encarcera as possibilidades do sujeito e colocam-no em uma aparente estagnação na qual a personagem passa a ser tida como a identidade em si. Esse é um processo que dificulta os saltos qualitativos de

mudança e o estabelecimento da consciência crítica, encarcerando o sujeito em formas alienadas de relação.

Ao se refletir sobre o conhecimento a respeito das formas de vida das mulheres que tem sido produzido, corre-se um grave risco de impor à leitura dessas realidades esse mesmo olhar fetichizante que restringe a mulher ao seu papel feminino, que geralmente está vinculado ao exercício da responsabilidade maternal e da culpabilização individualizada da falta de acesso aos direitos fundamentais.

A ontologia por trás deste pensamento não respeita as diferenças entre as próprias mulheres e por isso busca uma falsa igualdade.

A fim de contrapor esta ideia, buscamos recorrer ao pensamento de Rosi Braidotti para sustentar esta parte das argumentações.

Tratar da categoria identidade dentro das teorias de Ciampa e Rosi Braidotti é um movimento, no mínimo, ousado e requer contextualização precisa e articulada de conceitos fundamentais de ambas as abordagens para construir uma narrativa que favoreça diálogos construtivos entre estes dois pensamentos.

O primeiro ponto que deve ser tratado é também o mais importante para o início desta discussão, já que contém em si a contrariedade que enseja este diálogo: a teoria feminista de Braidotti afirma contundentemente e tem como um de seus principais pilares a negação do reconhecimento identitário (BRAIDOTTI, 2000).

Braidotti (2000) constrói este raciocínio a partir da adoção do conceito de subjetividade nômade, partindo de uma epistemologia baseada em Deleuze na qual se nega a possibilidade de definição restritiva da subjetividade. Nesta perspectiva, a transitoriedade é característica fundamental humana e desenvolve uma concepção que abarca a complexidade dos corpos e seres formados socialmente.

Nesta perspectiva, o indivíduo ganha status de sujeito e passa a ser compreendido em suas relações e conexões com o meio.

Braidotti reconhece o caráter criativo destas relações e implica isso em toda sua leitura de mundo. Diz respeito a uma “consciência crítica que resiste a estabelecer-se nos modos socialmente codificados de pensamento e conduta” [tradução livre] (BRAIDOTTI, 2000, p. 24). Ela coloca o ato de existir como uma possibilidade de subversão de convenções sociais estabelecidas em um contexto que busca tolher as formas autênticas de expressão da subjetividade e que ataca constantemente as conexões entre sujeitos e entre seus contextos para afastá-los de suas possibilidades. O capitalismo substitui a subjetividade por uma *commoditie* que sustenta o sistema.

Braidotti (2002) trabalha sob um esquema que abandona a ideia de “centro”, ou seja, de uma origem da qual parta toda a construção da subjetividade. Sua visão é caracteristicamente rizomática e coloca que o trânsito entre os diversos lugares de possibilidade de existência como parte fundamental para a compreensão do sujeito.

Parte do princípio de que a compreensão da realidade deve acontecer do próprio lugar ao qual se encontra, pois a experiência e a razão crítica não podem ser desvinculadas. A compreensão e consciência a respeito das verdades hegemônicas só podem acontecer mediante esse movimento (BRAIDOTTI, 2002).

Assim, a autora não apenas abandona a ideia de lugares originários, mas também identidades autênticas de qualquer tipo (BRAIDOTTI, 2000).

Braidotti (2002) apresenta o conceito de identidade como uma ferramenta social que busca a universalização dos indivíduos quando tenta promover o reconhecimento enquanto semelhanças, quando na verdade a subjetividade se constrói diante do reconhecimento da diferença e da unicidade de cada ser e cada contexto.

A identidade se apresenta como uma face da homogeneização que busca abarcar diversidade sob uma mesma perspectiva. Consolida o que é inconsolidável na subjetividade e assim acaba por negar a dinâmica nômade que enriquece e prevê uma posição crítica diante da realidade (BRAIDOTTI, 2000).

Entretanto, o conceito de nomadismo em Braidotti encontra-se em pontos cruciais à ideia de metamorfose em Ciampa. Ambos expressam o dinamismo do desenvolvimento da subjetividade e propõe uma leitura dialética da relação subjetividade e objetividade.

A Identidade proposta por Ciampa (1984) vem em resposta ao questionamento das categorias universalizantes do indivíduo e busca contextualizar a subjetividade dentro da construção social de sujeito, evidenciando a postura ativa que esse tem em sua constituição e nas possibilidades de transformação da realidade.

A identidade criticada por Braidotti (2000) é a mesma criticada por Ciampa (1987) e neste sentido ambas as teorias dialogam bem quando propõem novas formas de leitura da realidade para contrapor a lógica hegemônica de determinação da identidade.

A complementariedade das teorias neste sentido favorece um olhar mais apurado para as mulheres em condição de vulnerabilidade pois permitem uma leitura mais ampla das vivências individuais e ajudam na compreensão dos impactos e correlações entre a sujeito e sociedade.

Ciampa desenvolve um pensamento que se aprofunda nas questões identitárias e seu diálogo com o fazer político e o fazer política. Braidotti direciona suas discussões sobre o

espectro feminista e coloca que as leituras de mundo que propõe uma mudança crítica da realidade devem partir de uma perspectiva cuja origem não seja na construção masculina heteronormativa como se tem feito até o momento. Ao mesmo tempo, Braidotti (2000) também lança mão de uma nova concepção de leitura feminista e propõe uma metodologia que pode ser aplicada a qualquer forma de interpretação da realidade.

A autora se enquadra na terceira onda do feminismo caracterizada pelo pensamento pós-estruturalista, que critica todo conceito hegemônico que tem como um de seus desdobramentos o desenvolvimento da teoria do Feminismo da Diferença. Essa perspectiva nega a existência de um sujeito feminino universal e busca abarcar as diferentes experiências de mulheres dentro de suas especificidades de raça, idade, classe etc. (FURLIN, 2014).

Este fator identifica a pluralidade de posições relacionais que impedem que essas diferentes categorias sejam lidas de forma fragmentada (FURLIN; TAMANINI, 2017).

O ser mulher então se apresenta como uma experiência nômade, que depende de um contexto que determine as possibilidades e as formas de relação entre os indivíduos. É por isso que, neste caminho epistemológico, a compreensão dos fenômenos se dá de forma localizada e precisa ser feita a partir do reconhecimento da singularidade de cada experiência (BRAIDOTTI, 2002).

A leitura de Braidotti da diferença sexual assume um caráter não essencialista e transcende o ponto de vista dicotômico da leitura de gênero. Este conceito é apresentado como uma estratégia intelectual/analítica, política e utópica, que busca reconhecer as diferenças intra e intersujeitos de forma a ressignificar a experiência do feminino que foi reproduzida como pejorativa (FURLIN, 2014).

Tanto a ressignificação do papel de gênero quanto a atenção para a importância de se considerar estes conceitos enquanto constructos sociais são características marcantes das autoras que compõem a terceira onda do pensamento feminista (BRAIDOTTI, 2002).

Sob esta análise, a categoria de gênero passa a ser compreendida em um contexto específico uma vez que a vivência do feminino no social é permeada por uma série de outros lugares que a mulher também ocupa.

Neste sentido, Angela Davis (2018) propõe uma indissociação entre gênero, raça e classe para compreender as relações de poder implicadas na dinâmica social capitalista.

A autora traz a perspectiva de que a superação das desigualdades sociais só pode ser pensada a partir da superação do racismo e das violências ligadas ao gênero, oferecendo destaque às mulheres negras que são triplamente exploradas em sua condição de mulher, negra e trabalhadora (DAVIS, 2018).

Davis (2018) apresenta, através dos processos históricos, como a lógica social limita o acesso das mulheres aos direitos sociais e as implicações que a vivência destas violências teve em sua formação política. Ainda faz um trabalho excepcional ao articular as demandas de mulheres negras e brancas nestes processos, evidenciando a impossibilidade do trato universal das questões de gênero e a necessidade de se atentar para as especificidades implicadas nas diferentes facetas do ser mulher.

Hirata (2014) também propõe reflexões sobre o tema e aponta a proposta de não hierarquização das formas de opressão, já que essa se dá em um processo multifacetados que se expressa de forma dinâmica e evidencia as posições não fixas assumidas pelos sujeitos no processo de socialização.

A opressão, então, se articula de forma complexa e se expressa nas relações entre sujeitos, comunidades, instituições e a formação da própria cultura. Cria situações nas quais certos indivíduos estão mais vulneráveis diante das relações de poder e, frequentemente, também assumem posições de maior exploração que implica diretamente no acesso aos direitos fundamentais e de garantia da sobrevivência digna.

Para elaborar este pensamento cabe então contextualizar mais precisamente as vulnerabilidades sociais as quais mulheres estão sujeitas e como essas vulnerabilidades se articulam com as categorias de gênero, raça e classe.

### **3.2. A pobreza das Mulheres é diferente da dos Homens**

A vulnerabilidade social é um fenômeno que se dá em decorrência da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos sociais (BRASIL, 2005). É uma condição que se estabelece em cenários de desigualdade social e que expressa a perspectiva relacional da vida ao considerar a forma como o indivíduo estabelece e mantém seus vínculos sociais e comunitários frente a dificuldade de acesso à renda e às políticas públicas (CARMO; GUIZARD, 2018).

Ao tratar da população em vulnerabilidade social no Brasil, nota-se que as mulheres representam mais da metade deste grupo e que atrelado a esses números, também tem aumentado a quantidade de famílias com mulheres como as principais provedoras de renda nas camadas mais pobres da população (BRASIL, 2012).

Um dos pilares que sustentam esse aumento é o fato de que ao chefiarem as famílias, as mulheres geralmente acumulam as funções domésticas, de cuidado com os filhos e do trabalho externo, o que favorece a vinculação em empregos precarizados e/ou intermitentes que

dificultam o sustento das necessidades básicas da família (PINTO; MICHELETTI; BERNARDES, et al, 2011).

A discriminação de gênero desfavorece as mulheres desde a infância. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), mulheres são mais pobres e passam mais fome ao redor do mundo quando comparadas ao padrão de sobrevivência masculino. O relatório “Transformando Promessas em Ação: Igualdade de Gênero na Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, publicado em 2018, ainda atrela a superação da pobreza e fome em contexto mundial à consolidação de ações que garantam a igualdade de gênero (ONU, 2018).

O documento aponta que na América Latina existem 132 mulheres a cada 100 homens que vivem em extrema pobreza. Além disso, em 2/3 dos países as mulheres estão mais propensas a vivenciar situações de insegurança alimentar do que os homens, sendo que a América Latina e o Caribe compõem a região do globo com maior concentração de mulheres divorciadas ou separadas vivendo em extrema pobreza.

A falta de acesso aos recursos básicos também se expressa na escolaridade das mulheres da América Latina: cerca de 15 milhões de meninas no ensino básico não tem a oportunidade de aprender a ler e a escrever contra 10 milhões de meninos em situação semelhante, evidência de que desde a infância as mulheres têm acesso mais restrito a oportunidades devido à discriminação de gênero.

Beauvoir (2009) evidencia que essas diferenças expressivas estão intimamente ligadas às questões de gênero e a forma como o papel feminino é criado na dinâmica das relações sociais, processo no qual a mulher geralmente é afastada de suas características humanizantes e é representada como a expressão negativa do polo masculino.

Butler (1990) acrescenta a perspectiva de que os papéis sociais são produzidos a partir das estruturas de poder de um sistema que garante sua homeostase pela manutenção das condições que cerceiam os sujeitos dentro da representação de papéis específicos. Este maquinário tem como objetivo assegurar que a menor parcela do grupo detenha os meios de controle social.

Isso explica a função da relação de subserviência e da maior dificuldade de acesso das mulheres a recursos essenciais para a modificação de sua condição social (estudo e trabalho são exemplos). O estabelecimento de hierarquias sociais é fundamental para a manutenção das estruturas de poder do Capitalismo, que limita todo espaço de construção de relações mais igualitárias e de acesso à recursos que colaborem com a mudança positiva da realidade dos sujeitos neste sentido.

Dito isso, observa-se que a relação entre o exercício do papel feminino e a articulação da dinâmica e manutenção da família estão intimamente ligados. Essa concepção se torna ainda mais proeminente no cenário de vulnerabilidade social brasileiro, como bem apontado por diversos estudos estatísticos ao longo da última década.

Costa e Marra (2013) desenvolvem um destes estudos com base no censo realizado pelo IBGE em 2010, que aponta o aumento de mais de 15% do número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil. Deste aumento, destacam-se o crescimento substancial não apenas das famílias monoparentais femininas, mas também de famílias nas quais a mulher é a principal provedora dentro do contexto conjugal.

As autoras também destacam o aumento destas porcentagens principalmente nas regiões mais pobres do país e destacam que o aumento das famílias chefiadas por mulheres (sejam monoparentais ou não) não se vincula necessariamente a um movimento de emancipação feminina e da conquista de autonomia destas mulheres pois “a condição de pobreza e muitas vezes de miséria, o baixo nível educacional, de qualificação profissional e o quadro de precariedade de condição de vida são fatores que fazem vir à tona a chefia feminina” (COSTA. MARRA, 2013, p. 4).

Em 2013 o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, elaborou documento no qual foi descrito e analisado o perfil das pessoas e famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O CAD-Único é atualmente a principal forma de acesso à programas e benefícios destinados à camada mais vulnerável da população (BRASIL, 2014).

O documento mostra que das mais de 21,9 milhões de famílias cadastradas no banco de dados, 55% delas viviam em condição de extrema pobreza. Na época da realização do estudo, em 2013, a extrema pobreza representava aquele grupo familiar que declarava uma renda per capita menor que R\$70. Atualmente o valor per capita que destina esta condição é de R\$89.

Dos Cadastros analisados no estudo apenas em 9% deles as famílias declaravam renda entre R\$ 339 per capita ou até 3 salários-mínimos de renda familiar.

36,1% das famílias cadastradas enquadravam-se no arranjo familiar monoparental feminino, sendo que entre estas 65% das mulheres declararam estar em “situação de extrema pobreza” (termo utilizado pelo sistema do Cadastro Único e que corresponde a faixa de renda per capita inferior a R\$89). O próprio estudo cita que a posição das mulheres enquanto chefes de família, e muitas vezes a única responsável pelo provimento do sustento familiar, é foco de atenção para todas as políticas públicas que afetem ou permeiem a vida da população em situação de vulnerabilidade e risco social. É citado inclusive que o aumento no número de

famílias com monoparentalidade feminina possa estar relacionado à consolidação do Programa Bolsa Família (PBF), que permitiu relativa autonomia financeira de muitas mulheres que, portanto, puderam abandonar relacionamentos abusivos e se desvincular dos parceiros.

É sabido, entretanto, que o PBF e os programas de transferência de renda por si só não garantem autonomia financeira suficiente à mulher e à família para que esta não dependa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seus serviços para garantia de sua subsistência. Além disso, os programas, projetos e benefícios, bem como suas estatísticas, costumam direcionar seu foco às famílias que possuam em sua composição crianças e adolescentes por considerar a necessidade de proteção específica a este público, o que acaba colocando a mulher como foco da política muitas vezes por conta do papel social de mãe ao qual ela se vincula (CARLOTO, 2015).

A pobreza feminina é um problema estrutural próprio e necessário à sociedade capitalista. Barbosa (2019) apresenta a relação entre gênero e classe e defende que a mão-de-obra feminina se constituiu em um recurso barato com a divisão sexual do trabalho que atribui atividades próprias aos homens e mulheres.

A feminização do trabalho é um processo que aponta para uma expansão do trabalho feminino em atividades precárias e vulneráveis devido à estagnação do trabalho masculino em certos pontos da reestruturação produtiva do capitalismo, sendo que além da ampliação da representação feminina no mercado a mulher também ficava embrenhada às funções reprodutivas e de cuidado com a família (BARBOSA, 2019).

Assim, observa-se a estruturação de um cenário no qual as mulheres não apenas são mais suscetíveis à pobreza, mas também tem maior dificuldade de acesso aos recursos necessários para mudar sua condição socioeconômica e ascender socialmente, mesmo tendo uma carga de trabalho (dentro e fora do âmbito doméstico) relativamente maior que a dos homens.

Esta contradição se apresenta na própria normatização da PNAS, que tem como um de seus fundamentos a chamada matricialidade familiar, conceito embasado na ideia da família como a menor unidade social dentro de uma comunidade (BRASIL 2005).

A relação entre o desempenho do papel da mulher e de provedora/responsável familiar, são papéis que se misturam na sociedade patriarcal capitalista, principalmente no recorte das camadas mais pobres da população. É por isso que falar sobre matricialidade familiar significa necessariamente falar sobre o envolvimento da mulher nas políticas públicas e a visão que estas políticas sustentam sobre o desempenho e concepção do papel social de mulher.

Barbosa (2019) faz um paralelo bastante relevante à questão ao relatar que o reconhecimento estatal das demandas das mulheres é importante conquista do movimento feminista dos anos 1980. Sob esta perspectiva, é primordial que se reconheça a matricialidade familiar tratada na Política de Assistência Social são resultado de uma construção histórica que teve envolvimento direto de ativistas que buscavam visibilizar a condição de precariedade e opressão resultantes do domínio patriarcal.

Mesmo as ações, serviços e benefícios ofertados hoje pelo SUAS tendo como foco a centralidade da família, esse posicionamento deve ser lido com cautela uma vez que simultaneamente permite que essas políticas se articulem com a realidade cotidiana e única de cada família, mas também tende a responsabilizar o indivíduo por demandas estatais e por questões que são construídas em um contexto social que extrapolam a realidade familiar (SANTOS; HECKERT; CARVALHO, 2017).

Existe uma orientação técnica dentro da Política Nacional de Assistência Social que demanda que preferencialmente a mulher seja apontada como a Responsável Familiar para acesso aos programas, projetos e benefícios socioassistenciais. O documento aponta que essa medida tem como fim garantir a autonomia da mulher independente de sua posição como provedora da renda familiar ou não, um artifício que colabora, inclusive, para o rompimento de ciclos de violência estabelecidos pela dependência financeira (BRASIL, 2005).

Ainda assim, há de se considerar que ao oferecer tal autonomia, a Política de Assistência Social também reforça o papel social da mulher enquanto cuidadora e vincula o exercício de alguns de seus direitos sociais diretamente a condição de maternidade (SANTOS; HECKERT; CARVALHO, 2017).

Jacomé, Silva, Ramalho, Calixto e Santos (2018) apontam que a muitas vezes a matricialidade familiar acaba se expressando no dia a dia da política como uma reprodução da estrutura patriarcal na qual as mulheres são pensadas a partir dos papéis de esposa- mãe e naturaliza a ideia de que a ela cabe a responsabilização pela condição de vulnerabilidade.

Esse modelo de gestão política também abre espaço para o que Santos, Heckert e Carvalho (2017) descrevem como uma atuação moralizante do Estado diretamente sobre o indivíduo; um parâmetro de ação extremamente conveniente e condizente com o modo de vida neoliberal que estabelece o padrão de vida burguês como um ideal a ser atingindo e provoca, principalmente na população mais pobre, um sentimento de inadequação e incompatibilidade social que rende sua individualidade e singularidade à intervenção de um Estado que não foca suas necessidades específicas.

As autoras também colocam que nesta ótica a mulher e a criança passam a se configurar como o ponto mais vulnerável desta equação, uma vez que a unidade familiar é pensada como um produto da necessidade de manutenção da ordem social e da proteção do capital e atribuir os papéis de provedor ao homem, cuidadora à mulher e herdeiros aos filhos. Essa se torna, então, uma medida reforçadora das desigualdades e hierarquias culturalmente consolidadas, que acaba, invariavelmente, responsabilizando a mulher pelo bem-estar da família e pela superação da condição de vulnerabilidade social por todo núcleo familiar (GASPAROTTO; GROSSI, 2017).

Mais sobre a matricialidade sociofamiliar e seu lugar nas políticas de proteção social serão discutidas no capítulo subsequente.

Contudo, cabe ainda atentar que Davis (2017) faz um importante adendo colocando que muitas vezes a concepção de família trazidas para o contexto das políticas públicas corresponde ao modelo patriarcal heteronormativo. Dentro deste modelo, as configurações que fogem ao padrão (pai, mãe e filhos) carregam uma conotação negativa e, frequentemente, são estigmatizadas como famílias “desestruturadas” ou “degeneradas”. Essas configurações despadroneizadas não apenas carregam a culpa por sua falta de condição de atingir níveis mais dignos de existência, como também acabam sendo responsabilizadas pela degradação da sociedade como um todo, tornando-se representação de tudo aquilo que atenta contra o funcionamento “normal” e “natural” dessa ordem. A família negra é a que mais convive com esses estigmas.

Sendo assim, mesmo que as ações dentro da Política de Assistência Social tenham por finalidade a proteção social e o combate à pobreza, muitas vezes elas se desenvolvem de formas controversas dentro dos conflitos de interesse entre os grupos de poder sociais (JACOMÉ, SILVA, RAMALHO *et al.*, 2018).

Cabe então pensarmos no perfil da mulher que busca o atendimento no SUAS. Quais são suas principais demandas, suas condições socioeconômicas, as relações possíveis dentro de sua comunidade e quais são os recursos que ela busca (e quais recursos ela encontra de fato) dentro da PNAS.

A estruturação da Política de Assistência Social toma a mulher como elemento central da família e se constrói a partir de um discurso que valoriza e reconhece a importância de sua autonomia, contudo, a aplicabilidade destas “ferramentas” na consolidação da política acaba reforçando, muitas vezes, os papéis atribuídos historicamente às mulheres (JACOMÉ; SILVA; RAMALHO, *et al.*, 2018).

Os papéis sociais subalternos podem encontrar um importante espaço de fortalecimento no cotidiano vivido dos serviços, programas e projetos do SUAS. Sob a perspectiva de Ciampa (1987) estes papéis abrem a possibilidade do desempenho de personagens segundo as experiências que cada sujeito adquire em sua história de vida.

O desempenho das personagens da mulher no contexto da assistência social também é uma expressão de suas identidades e neste jogo de desempenho de papéis estão envolvidos também recursos pessoais, sociais e simbólicos que se integram de forma dialética. Neste meio, o movimento das personagens não apenas representa a manifestação empírica de suas identidades, mas também a possibilidade de acesso a recursos básicos de subsistência que permeia as metamorfoses destas usuárias.

A contradição mais uma vez se coloca como um elemento importante para que novas percepções e vivências possam surgir de esquemas alienantes dos indivíduos.

Ao mesmo tempo em que a PNAS pode se colocar como reforçadora da subalternidade da mulher, ela também concentra em seus princípios recursos que podem servir à construção de formas mais autônomas e autênticas de ser para esse público, uma vez que parte do princípio de que nossa sociedade de estrutura de forma desigual e sob a premissa da exploração de certos grupos.

O que então separa o SUAS e todos os seus aparatos democráticos desta perspectiva emancipatória de uma ferramenta que colabora com a manutenção das hierarquias de poder e como as mulheres necessitadas desta política podem empreender mudanças significativas e positivas em suas vidas?

Davis (2017) afirma que políticas eficazes contra a desigualdade social não devem perder de vista objetivos a longo prazo de transformação social e erradicação de todas as formas de opressão. Elas devem prever uma reordenação das prioridades socioeconômicas e mudanças que impactem a sociedade de forma estrutural, promovendo mudanças radicais na organização da sociedade.

Ciampa (1987) coloca que o sujeito deve reunir, ao longo de sua história de vida, condições que lhe possibilitem encarar as contradições e encontrar nelas alternativas de existir.

É necessário reconhecer quais são as políticas de identidade imputadas no SUAS e quais são as possibilidades que as mulheres encontram para a formação de identidades políticas neste meio. É preciso que elas encontrem formas de confrontar as condições de heteronomia e de autonomia para que possam ter a possibilidade de atuar de forma mais ativa em suas vidas, se apropriando dos recursos oferecidos pela política de assistência e se portando como autoras dessa mesma política.

A culpabilização individual pela pobreza deve ser substituída pelo reconhecimento de que existem condições sócio-históricas que criam a necessidade de que certas camadas da população se mantenha sob formas precárias de existência (DAVIS, 2017).

Conforme apontado por Gasparotto e Grossi (2017) o estudo da perspectiva de gênero no contexto da Política de Assistência Social ainda é muito pouco explorado em comparação à profundidade que o tema permite, sendo que uma leitura adequada dessa relação se torna imprescindível para a gestão e consolidação do projeto político proposto pelo SUAS em sua concepção.

Dessa forma, atrelar as questões de gênero ao funcionamento da Política de Assistência Social é caminho inevitável, uma vez que hoje as mulheres estão muito mais suscetíveis à vulnerabilidade socioeconômica, principalmente quando acrescentado o recorte de raça (GASPAROTTO; GROSSI, 2017).

Retomando novamente o princípio dialético, ao mesmo tempo em que as mulheres são formadas e construídas dentro do contexto da assistência social, elas também constroem a política em seu fazer diário. Por isso que compreender a forma como estas mulheres vivem a política de assistência e as interlocuções do SUAS com suas histórias de vida tem o potencial de nos mostrar e avaliar como a PNAS se manifesta na objetividade das famílias brasileiras, quais são suas potencialidades e fragilidades e qual seu espaço na luta por direitos das classes subalternizadas.

Explorar as intersecções entre gênero e política pública é uma categoria de estudo altamente necessária para se pensar em ações efetivas contra as formas de violência e exploração que estão embrenhadas nos pilares estruturantes da sociedade de classes.

#### **4. A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADES NESTE CONTEXTO**

O interesse em estudar a Identidade dentro do contexto da PNAS vem da possibilidade de poder compreender as políticas públicas em sua constituição social, as implicações que elas trazem para a formação das relações sociais e quais dinâmicas elas expressam tanto em nível micro quanto macro social.

Na PNAS estes interesses são particularmente importantes tendo em vista o lugar que este conjunto de leis, serviços e garantias tem perante os processos de exclusão, humilhação e exploração que baseiam a constituição atual da sociedade capitalista.

Além de poder compreender os recursos implicados nesta política, também é importante lançar olhar para os princípios que nortearam as lutas e cada uma das conquistas de direito que se configura hoje nesta política de abrangência nacional e que garante cobertura e assistência a quem dela necessitar.

Dessa forma é importante uma breve retomada da trajetória histórica de formação da Política Nacional de Assistência Social. Este trabalho já foi feito com primazia e de forma muito mais detalhada por diversos autores de áreas pertinentes ao tema, contudo, levando em conta que a Identidade é aqui entendida como um processo constante que só pode ser compreendido em face de sua contextualização sócio-histórica, dedicar um espaço deste trabalho à tal retomada histórica não só colabora para a construção argumentativa proposta, mas também colabora para a reafirmação da importância destas conquistas e a que e quem elas serviam ao longo da história.

Em última instância pretende-se deter um pouco mais em analisar a efetivação desta política na atualidade e como ela se expressa no cotidiano de suas usuárias. Tão importante quanto isso é também analisar o lugar em que ela se efetiva diante do conflito de classes e dos mecanismos de cooptação da realidade que foram tratados em capítulos anteriores.

Assim, é ainda importante ressaltar que embora estas duas estruturas de raciocínio sejam apresentadas separadamente elas são vitais para a compreensão da política, seja ela institucionalizada e formalizada ou em seus aspectos diários de resistência, fazem parte de um processo que engloba todas as camadas sociais e implica todos os processos de socialização que tem o potencial de concretizar um projeto de humanização.

Sobre essa confluência, trataremos um terceiro sub capítulo que trará um pouco da síntese dessas discussões sob um panorama atual.

Entender a política pública como processo e como expressão de movimentos sociais é fundamental para compreender qual a parte destas na formação da Identidade e na construção de coletividades que possam buscar estes fragmentos emancipatórios ou reafirmar as políticas de identidade regulatórias que colaboram para a manutenção do sistema tal qual se apresenta hoje.

#### **4.1. Caminhos e histórias de uma política**

Para que essa análise seja realizada é de suma importância considerar o contexto colonial típico que marcou a exploração da América Latina desde o século XIV e a forma que esses países foram introduzidos ao sistema capitalista quando este tornou-se predominante no século XIX, como exposto por Sposati, Bonetti, Yazbek e Falcão (2008).

A hierarquização entre colonizador e colonizado se transcrevia em todas as relações, institucionalizadas ou não, que se davam em solo brasileiro. O favoritismo da elite europeia ou seus descendentes tinham espaço de “cidadania”, com acesso a recursos econômicos, políticos e legais que os privilegiavam. Em contrapartida, a maior parte da população era privada de qualquer tipo de proteção ofertada pelo Estado. O censo de 1872 promovido por D. Pedro II indicava que a população em regime de escravidão correspondia à 15,24% do total de 10 milhões de habitantes brasileiros no período. Ou seja, mais de um milhão e meio de pessoas não gozavam sequer da condição de humanidade segundo os padrões europeus (SOUZA, 2013).

Dito isso, Araújo (2014) se atenta para o fato de que no Brasil, especificamente, o capitalismo se apresentou como uma transmutação do próprio colonialismo, mantendo praticamente inalteradas as relações de poder e dominância do país, mesmo após marcos como a Lei Áurea em 1888. Segundo a autora, as relações colônias que reafirmavam uma soberania do hemisfério norte em relação à realidade brasileira tem consequências diretas em todas as estruturas políticas que se formam no Brasil até hoje e que suas expressões se manifestam em diferentes níveis ao longo dos séculos.

A própria independência do Brasil se deu após uma sequência de acontecimentos (e acordos) que mostraram a continuidade da falta de comprometimento da elite econômica do país com os direitos dos então cidadãos brasileiros (ARAÚJO, 2014). O modelo populista de ação e a benevolência como principal caráter do trabalho assistencial reforçava a reprodução das classes subalternizadas, fornecendo o acesso a meios suficientes para garantir sua

sobrevivência, mas não os mesmos direitos aos quais a classe elitizada tinha acesso (SPOSATI *et.al*, 2008).

No início do século XX observava-se que a elite predominantemente oligárquica e rural, detentora dos meios políticos e econômicos de produção, lidava com os assuntos assistenciais como uma espécie de mandonismo no que tangia o trato com os menos favorecidos. Essa postura legitimava a isenção da responsabilidade do Estado para com esta parcela da população, sujeitando o bem-estar destas pessoas à boa vontade e a boa intenção daqueles privilegiados pela ordem social (LEAL, 1997).

Tem-se aí o fortalecimento do modelo assistencialista, que enxergava o assistido ou beneficiário como receptáculo da boa intenção e caridade, não como indivíduo componente do sistema social, consumidor ou mesmo gestor de suas próprias demandas, direitos e deveres enquanto cidadão. Há o reforço de uma relação de poder na qual um indivíduo detém o poder de ajudar e o outro não tem condições substanciais para gestar a própria vida, dependendo diretamente da benevolência do primeiro.

Vemos então a lógica colonial se traduzindo para as demandas sociais, isolando os indivíduos em relações unilaterais. Essa visão epistemológica também influencia a forma de se fazer ciência na época e quais eram os atributos valorizados por cada área de saber.

Nesse aspecto de se entender as relações de assistência se sobressaiu no Brasil durante a Era Vargas na primeira metade do século passado, momento que ficou marcado em nossa história por um aspecto desenvolvimentista e nacionalista muito fortalecido. Esse movimento se apresentou como uma resposta do governo à estratégias de manutenção e proteção das elites oligárquicas do café, que regiam o cenário econômico do país, de flutuações e crises internacionais como foi a crise econômica de 1929 (ANTUNES, 2012).

Foi na era Vargas durante a década de 30, que o bem-estar do cidadão/trabalhador passa a ser visto dentro da ótica pública e da responsabilidade estatal, consequência da mobilização da classe trabalhadora que foi ponto crucial na história política do Brasil. Em 1942 surge a LBA – Liga Brasileira de Assistência – que tinha por finalidade auxiliar as famílias de soldados enviados à segunda guerra mundial. Ao final da guerra, a LBA se posicionou como um órgão de assistência aos necessitados em geral (SOUZA; GONÇALVES, 2017).

Getúlio Vargas, entretanto, reforça o caráter populista da política e se coloca como “Pai dos Pobres”, utilizando o apoio popular ganhado ao longo de seu governo para então, em sua fase ditatorial, conseguir executar simultaneamente o sufocamento dos movimentos operários (que ganhavam força na América Latina após a Revolução Russa) e a concessão de benefícios à classe trabalhadora e regulava as relações de trabalho. Ao passo que construía um

estado social baseado no paternalismo e no mandonismo, conseguia fortalecer as relações oligárquicas e a supremacia da elite industrial do país (ARAÚJO, 2014).

Carvalho (2008) destaca que os então usuários dessa política de assistência não tinham espaço de voz ou diálogo, sem direito a nenhum tipo de participação nos poucos projetos e benefícios destinados à população pobre.

Essa nova força e mesmo o questionamento a respeito das configurações de poder no contexto brasileiro também seguem se fortalecendo com base no movimento operário da Era Vargas, sendo que o caminho da consolidação das políticas sociais seguiu durante o governo de João Goulart com a tentativa de consumação das reformas de base que incluíram a criação das leis 4130/1962 (Lei Orgânica da Previdência Social), 4214/1963 (institui o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) e o decreto número 53153/1963 (Lei do Salário Família do Trabalhador). Esses são exemplos de medidas que garantiam acesso à direitos civis e econômicos dos trabalhadores, principalmente em momentos de vulnerabilidade socioeconômica, como bem coloca Souza e Gonçalves (2017).

As conquistas a respeito dessa forma de se configurar a política de assistência sofrem uma interrupção importante com o golpe militar de 1964, quando os Atos Institucionais configuravam parte significativa da gestão política do país, sufocando as vertentes mais críticas dessas discussões (SOUZA; GONÇALVES, 2017).

Os movimentos políticos que emergiram durante os governos de cunho populistas dos anos anteriores foram desmobilizados e precisaram se reconfigurar para se organizarem nas novas frentes da luta. A repressão de classe gerida pelo regime autoritário somadas à crise econômica e o cenário repressivamente violento, ao qual a população era condicionada, fomentou as discussões a respeito do papel central das políticas de direito como garantia e proteção daqueles menos favorecidos pela balança de poder social (SPOSATI *et al*, 2008)

As articulações que antes cresciam no período pré-ditatorial se veem restritas às atuações assistencialistas das atividades de Desenvolvimento da Comunidade, que cresceram com o aumento da população urbana. As discussões a respeito das políticas de direito no contexto assistencial veem a necessidade expandir sua capilaridade. Eram questionados os valores meritocráticos e exclusivistas do regime militar, claramente orientados por princípios capitalistas de administração pública nos quais os setores empresariais privados tem tanto ou mais poder de regulamentação das relações sociais do que o próprio governo (SOUZA. GONÇALVES, 2017).

Pouco antes de adentrar a década de 70 a ditadura perde parte importante de seu apoio junto da burguesia nacional representada principalmente pela classe empresarial brasileira que

acumulava prejuízos com as decisões econômicas tomadas pela junta militar e se viu particularmente contrária ao Ato Institucional n. 5 que enrijecia o poder militar, acirrava os processos de censura e legitimava a tortura como método de proteção nacional (OLIVEIRA; COSTA, 2018).

Fagnani (1997) realiza uma análise aprofundada das políticas sociais no período ditatorial. Marcadas por estratégias ampla e abertamente conservadoras, as políticas sociais nesse período são pautadas por cinco traços estruturais definidos pelo autor como a regressividade dos mecanismos de financiamento, a centralização do processo decisório, a privatização do espaço público, a expansão da oferta de bens e serviços e o reduzido caráter redistributivo.

Tais estratégias se combinavam e se fortaleciam mutuamente dentro da lógica autoritária de controle. A regressividade dos mecanismos financeiros escanteavam as formas de financiamento dessas políticas limitando os recursos que as sustentavam. Essas fontes periféricas de fomento desembocam na centralização dos processos decisórios que passam a ocorrer através de enormes agências federais burocratizadas que afastam a população da possibilidade de participação e controle social, no caso da política de assistência temos como um forte exemplo de centralização a criação Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Isso, por sua vez, leva a um fortalecimento de mecanismos burocráticos e favorece a permeabilidade desses sistemas aos interesses particulares, empresariais e clientelistas que resultam na privatização do espaço público e em um aumento expressivo dos esquemas de corrupção e desvio da verba direcionada aos setores sociais do governo. Para então buscar mascarar esses efeitos adota-se a expansão de cobertura na qual o Estado aumenta sua capacidade de intervenção nos setores sociais ao buscar a ampliação da cobertura dos programas e benefícios, que mesmo pouco eficientes, ganhavam destaque pelo aumento abrupto de beneficiários que, ao serem contemplados, também ficavam mais suscetíveis ao controle estatal. Por fim tem-se a redução do caráter redistributivo dessas políticas que se traduz no aumento da quantidade de benefícios ofertados, mas diminui seu valor; novamente isso colabora com o fortalecimento do discurso do “milagre econômico” pela ampliação de beneficiários, mas na verdade é fator fundamental para a manutenção da situação de miséria da população que não tem acesso à ações efetivas que contribuam com a mudança concreta de sua realidade (FAGNANI, 1997).

Centralização, sufocamento do diálogo, ações que impossibilitam o fortalecimento e aquisição de autonomia e apropriação da realidade fomentaram os inúmeros movimentos de

insurgência que ganham força na América Latina, que foi marcada por regimes autoritários na década de 60 a 80.

Os movimentos se fortalecem e culminam no processo de redemocratização do Brasil e na elaboração da Constituição Cidadã de 1988, que representou a consolidação de inúmeros avanços na conquista dos direitos de uma remodelação da estrutura política do país.

Dentre essas conquistas está a institucionalização da Seguridade Social composta pelo tripé da Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Este marco ilustra a transição de uma concepção assistencialista da política para o fortalecimento da noção de proteção social, um fator que engloba mais do que a superação da pobreza ou a sobrevivência através da garantia de itens básicos. Também contribui para a leitura desses fenômenos como produtos das forças desiguais de um sistema socioeconômico baseado na exploração (FLORENTINO; MELO, 2017).

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – promulgada em 1993 (Lei n. 8742/93) vem em complemento às proposituras da Constituição de 1988, propondo a configuração dos direitos sociais e sistematização dos benefícios, programas, projetos e serviços que seriam ofertados com a contrapartida e co-responsabilização do Estado (LOPES, 2006). Oliveira e Kahhale (2020) ressaltam que a LOAS revolucionou o pensamento jurídico da época, reforçou um discurso político e redefiniu leis, teorias e filosofias de forma revolucionária na história brasileira por contribuir com a formação da cidadania e conceber o indivíduo como sujeito de direito.

Um fator histórico nesse momento é que a Assistência Social passa a ser direito não-contributivo, alcançando, pela primeira vez, a parcela mais vulnerável da população que passava pelo processo de exclusão sociocultural. Além disso, a lei instituiu um sistema descentralizado que permitia a regulação social de seus serviços, possibilitando que as pessoas e famílias pudessem se apropriar de um espaço político que antes era rigidamente controlado pelas elites sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

É em 2004 que a LOAS se consolida através da Política Nacional de Assistência Social- PNAS - e ganha espaço em 2005 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Neste mesmo ano foi criado o Sistema Único de Assistência Social - SUAS (ARAÚJO, 2014).

O SUAS é implantado com o objetivo de legitimar as demandas de seus usuários e oferecer um espaço público de ampliação de seus direitos. O sistema passa a ter abrangência nacional com execução territorial, isso significa que o usuário tem a garantia de um serviço consistente em todo o país, mas que respeita as singularidades de sua realidade local e que pode

adequar à política de forma a contemplar sua cultura, história de vida e vínculos comunitários (BRASIL,2004).

Compreender a trajetória da conquista destes direitos sociais coloca a perspectiva de que mesmo sendo concebida dentro de e em respeito a um sistema político democrático, a PNAS ainda se encontra sob o sistema econômico capitalista e, portanto, está sujeita aos mecanismos de cooptação do mesmo.

É por isso que Mota (2018) afirma que toda conquista de direitos no contexto de exploração da mão-de-obra é invariavelmente uma conquista civilizatória dentro do atual momento histórico da construção do Estado brasileiro. A autora prossegue afirmando que a luta pelos direitos é importante para a constituição de uma unidade tática da classe trabalhadora, que possibilita seu fortalecimento a fim de prosseguir dentro do projeto de construção de uma nova organização social.

Dessa forma, é importante considerar que ao passo que essa política se constitui em uma modelo social, ela também se baseia em uma modelo de humanidade que pode suscitar transformações sociais significativas e que pauta a distribuição desigual de poder própria de países colonizados como o Brasil.

Por isso cabe um olhar mais atento sobre como a PNAS pode estar vinculada com as produções de identidade das classes subalternizadas e sua relação com a manutenção ou resistência a estrutura social capitalista.

#### **4.2. O SUAS atual, familismo e como o desmonte afeta as mulheres**

Partindo dessa importante contextualização histórica, dedicaremos um espaço deste trabalho para apresentação dos fundamentos que organizam o SUAS atualmente. Entretanto, para não fugir ao escopo de nossa proposta, pretendemos articular como os princípios e a organização corrente deste sistema está relacionada com um projeto de desmonte de políticas e como o papel da mulher acaba assumindo um dos lugares centrais nesse processo.

Como colocado anteriormente, a PNAS é resultado de uma longa trajetória histórica que marcou a transição de um conceito assistencialista individualizado, baseado em relações de poder que se expressavam através da benemerência, para a estruturação de uma política pública que prevê recursos, garantias e estruturas que asseguram os meios necessários para proteção da dignidade humana.

Essa sistematização é invariavelmente uma conquista na história da consolidação dos direitos civis do povo brasileiro, pois parte dos princípios estabelecidos na Carta Magna de 1988 para se concretizar.

A PNAS é uma legislação própria que busca destrinchar as garantias previstas na definição da Seguridade Social na Constituição Federal vigente, portanto, é o documento base pelo qual as lutas, discussões e pautas históricas são sistematizados e institucionalizados (BRASIL, 2004).

A legislação de Assistência Social no Brasil parte da concepção de um modelo que visa garantir a proteção social da população e é estruturada a partir de uma base não contributiva que tem a finalidade de garantir a preservação da vida e da dignidade da pessoa humana. Para tanto esse tipo de proteção supõe a capacidade de garantir apoio, guarda, socorro e amparo (SPOSATI, 2009).

Segundo a PNAS a proteção social deve afiançar a segurança de rendimento e autonomia, de acolhida e de convívio familiar e comunitário (BRASIL, 2004). Essas garantias só podem ser entendidas mediante a estruturação de um sistema que se proponha um papel ativo de intervenção nas situações e contextos nos quais as condições implicam numa provável insegurança social, ou seja, condições em que essas garantias ficam mais fragilizadas. Jaccoud (2009, p. 58) coloca então que a proteção social “pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais”.

Nessa perspectiva, entende-se que as relações sociais capitalistas implicam no surgimento de fatores de risco que deixam parte da população mais propícia a viver sob condições menos favoráveis à conservação de sua dignidade e promoção de autonomia. O Estado surge como força mediadora que regula essas relações de forma a garantir as condições mínimas para promoção da vida digna.

Portanto, a proteção social não deve se estruturar apenas de forma reativa frente a tais contextos de maior insegurança. Ela deve ser pensada e desenvolvida também em ações e intervenções preventivas que possam impactar os contextos de forma estrutural e, portanto, minimizar as condições de insegurança a médio e longo prazo. Esse projeto não pode perder de vista os impactos imediatos dessas condições de existência precária que acabam se desdobrando em quadros como a miserabilidade, fome e vivência de diferentes tipos de violência (MIOTO; DAL PRÁ, 2015).

Por isso, o modelo de proteção social (não contributivo) brasileiro tem três funções: a proteção social de indivíduos, famílias e comunidades; a vigilância social e a defesa dos direitos

socioassistenciais. Todas as ações, serviços e iniciativas previstos dentro da sistematização dessa política pública devem ter em vista estes três aspectos e devem prever os meios para que eles sejam contemplados em sua execução (BRASIL, 2004)

O fato de definir essa garantia de proteção como não contributiva é uma das conquistas importantes dos movimentos sociais do período pós-ditadura. A garantia da proteção social não contributiva afiança a segurança social aos brasileiros para além de atitudes pontuais ou emergenciais de socorro e marcam o papel e a responsabilidade que o Estado deve assumir na garantia desses direitos básicos (SPOSATI, 2009).

Sposati (2009) ainda aponta que o sentido não contributivo é altamente representativo dentro de uma economia de mercado na qual as relações entre indivíduos, grupos e instituições é regida pela lógica da compra e venda de mercadorias. Garantir a existência de um sistema de acolhida e amparo não contributivo é também garantir uma possibilidade de relação fora da lógica mercadológica e, portanto, desmercantiliza a instância da dignidade humana.

Nesse sentido, a proteção social não contributiva brasileira está alinhada com os princípios dos direitos humanos que visam o combate de todas as formas de agressão à vida humana em seu sentido social e ético, portanto, essa dimensão protetiva se dá diante do aspecto relacional da vida humana (ZOLA, 2015)

O tipo de proteção do qual tratamos aqui está diretamente relacionada à proteção de vínculos, sejam eles vínculos entre indivíduos, familiares, comunidades ou instituições. A garantia dessa segurança necessariamente prevê o combate ao isolamento e a fragilização de relações dele decorrente, bem como o suporte à insubordinação que visa a construção de caminhos mais emancipatórios e democráticos de relação. É através do apoio da resistência contra as formas de exclusão social, que a PNAS se coloca em consonância com os princípios de igualdade e equidade nas relações sociais (SPOSATI, 2009).

Essas propostas, que inicialmente podem ser lidas como ambiciosas, preveem a estruturação de uma rede integrada de atenção que possa assegurar as iniciativas de promoção à dignidade humana a partir desses princípios (BRASIL, 2004).

Dessa forma, é concebido o Sistema Único de Assistência Social – SUAS – como forma de consolidação da PNAS e de formulação de um sistema que integrasse recursos que pudessem trabalhar em conjunto para construção dessa rede de proteção social.

O SUAS vai de encontro ao SUS em muitos aspectos estruturais. Além de se organizar em níveis de complexidade de atendimento, o SUAS também prevê uma atuação territorializada com definição de equipamentos diferentes para atendimento de diversas demandas. Esses serviços são dispostos reconhecendo a singularidade das necessidades de grupos específicos de

atendimento, como mulheres vítimas de violência, população em situação de rua, idosos e pessoas com deficiência (BRASIL, 2005).

Basicamente, os níveis de complexidade podem ser descritos de acordo com o nível de proteção social requerida em cada situação (BRASIL, 2004).

A proteção social básica é responsável pela execução do PAIF – Programa de Atenção Integral à Família – e o SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -, ambos com o objetivo de prevenir o estabelecimento de situações que levam a violação de direitos. Esses serviços são organizados pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, sendo que o SCFV pode ser executado em parceria com Organizações da Sociedade Civil – OSCs – que são entidades e instituições civis que podem prestar certos serviços dentro do SUAS em regime de convênio ou parceria com o poder público (BRASIL, 2004).

A proteção social especial é dividida entre média e alta complexidade. A primeira é destinada ao público que se encontra na chamada situação de risco social, definida como uma condição que configura uma violação de direitos. As intervenções nesse nível de complexidade são pensadas para fornecer o suporte e atendimento para que essas situações sejam superadas e acontecem mediante a constatação de uma fragilização considerável dos vínculos sociais e familiares dos usuários atendidos. Esse serviço é ofertado pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – que executa o PAEF – Programa de Atenção Especializada à Família (BRASIL, 2011).

Por último, a alta complexidade é destinada ao atendimento de casos nos quais se observa um rompimento dos vínculos familiares e/ou comunitários em decorrência das vivências de violência. Enquanto a atenção básica trabalha no sentido de prevenir o rompimento desses vínculos e a atenção especial de média complexidade atua a partir da fragilização mais severa deles, a alta complexidade fica responsável por situações que requerem o afastamento de indivíduos de seus núcleos familiares e/ou comunitários temporária ou permanentemente para garantir a proteção dessas pessoas (BRASIL, 2011).

Esse serviço está contemplado dentro do PAEF e também é executado pelo CREAS, mas conta com uma rede complementar de serviços de casas de acolhimento para crianças e adolescentes, abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica, instituições de longa permanência para idosos, dentre outros serviços que podem ser ofertados diretamente pelo poder público ou através de parcerias com OSCs e instituições que estabelecem convênios geralmente a nível municipal ou estadual (BRASIL, 2004).

Falar de um sistema de garantia de proteção social no contexto latino-americano traz um quadro de relações bastante específicos já que, segundo Netto (2007), a desigualdade social

é uma herança colonial que constitui a formação das sociedades localizadas ao sul do Globo. O autor ainda destaca o Brasil como um monumento de injustiça social que questiona os padrões básicos de civilidade.

Embora seja um fenômeno presente em toda organização social capitalista, a desigualdade observada na América Latina, e no Brasil em especial, tem uma forte vinculação com a estrutura da sociedade de classes. Miguel (2012) assume um posicionamento importante ao afirmar que essa estrutura de classes marcada pelas relações de colonialidade são centrais na produção da desigualdade social e configuram-se em mecanismos que muitas vezes interferem na concretização de um ideal democrático. Por isso a desigualdade social e seus desdobramentos como a miséria e a fome são consequências diretas de uma estrutura social de classes e do modelo de exploração capitalista.

Sobre isso, Netto (2007, p. 142) afirma que:

Nas sociedades em que vivemos vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas.

Isso em vista, é importante colocar como a democracia e a proteção social são duas instancias intimamente relacionadas na qual uma depende da outra, levando em conta que o modelo de proteção social não contributiva hoje em vigor no Brasil não só é fruto do processo de democratização do país como também é um dos meios pelos quais esse modelo político se consolida em uma trajetória histórica.

O SUAS se propõe a ser um modelo de política complexo que além de considerar a sociedade como um conjunto de dinâmicas e processos sócio-históricos, também busca contemplar e incluir os diferentes arranjos de existência e convivência que são possíveis na sociedade.

Por isso a PNAS busca, de forma geral, se constituir como uma política que é estruturada a partir da vivência do território, com a participação e monitoramento da população que faz uso dos serviços, programas e benefícios e tem, inclusive, o controle social e a participação popular em sua gestão. A LOAS prevê, em seu 6º artigo, a garantia da participação da população na elaboração e gestão dessas políticas, a autonomia da gestão municipal e o co-financiamento entre as três instâncias de governo (federal, estadual e municipal) para garantia

de práticas que possam ser traduzidas diretamente das realidades e peculiaridades de cada comunidade (BRASIL, 2005).

Pontual (2012) declara que a construção coletiva e participativa de diversas políticas é um marco legal que enfatiza o poder democrático do sistema político brasileiro e ainda afirma que esses mecanismos de regulação popular são importantes para promover a mobilização social e a pressão aos representantes de poder que existem nesses espaços.

Dessa forma, a incorporação da participação popular no monitoramento e na consolidação de políticas públicas é um recurso que reforça as relações democráticas, e por isso favorece que os espaços dentro das estruturas legais do Estado se constituam de forma mais paritária, inclusiva e consonante com as demandas da população diretamente impactada por elas.

Lima e Pontual (2014) ressaltam que justamente por isso, mecanismos como esses são frequentemente atacados por forças conservadoras. Segundo os autores, a leitura da participação popular geralmente é realizada de forma enviesada na qual se afirma a incompatibilidade da existência de um poder regulador do Estado e instâncias “paralelas” que possam ter peso de decisão nas discussões políticas.

Não apenas a Política de Assistência Social, mas em toda política de direito social, o confronto e os discursos de deslegitimação de suas formas de funcionamento são frequentemente utilizados de maneira estratégica para promover o enfraquecimento delas.

A desarticulação desses espaços dificulta a efetivação da participação da sociedade civil na dimensão política de seu cotidiano, tornando mais distante o ideal que promova a representação e leitura coletiva de certas demandas da população. Assim, se setoriza uma discussão que deveria acontecer de forma heterogênea, e se evita a inclusão de atores e instâncias que poderiam se articular para a construção de caminhos que levassem a uma maior efetivação desses direitos (PONTUAL, 2012).

Sposati *et al* (2008) ressaltam que as políticas sociais tem passado por um processo de apropriação do Estado que as utiliza como instrumento de controle sob a uma fachada de políticas compensatórias pelas desigualdades sociais. Isso se dá pois a atuação assistencial do Estado está arraigada na relação trabalho-capital, cujas sequelas recaem de forma mais severa sobre as classes subalternas.

A regulação da vida através da relação salarial prevê uma precarização das condições de trabalho que resultam no aumento das desigualdades sociais e dos quadros de miserabilidade. Diante do aumento da dificuldade de acesso aos recursos mais básicos de sobrevivência, acaba-se priorizando aquelas ações que tem por fim garantir o local de consumo da parcela mais pobre

da população, concentrando os esforços da política de assistência na garantia de acesso a esses recursos, ainda que os propósitos fundamentais desse modelo de proteção social estejam norteados por intervenções que extrapolem o emergencial e o acesso ao consumo (SITCOVSKY, 2008).

Yasbek (2003) declara que isso coloca a Política de Assistência Social em um lugar de administradora da pobreza, no qual seus recursos e ferramentas ficam reduzidos à regulação do acesso aos benefícios e programas sociais.

Isso só é possível pois existe um processo de desmonte da Assistência Social que vem se construindo há tanto tempo quanto a política vem se estruturando. Campos e Ferraz (2020) se atentam para o fato de que a PNAS é formulada no período de maior pressão internacional para a criação de mecanismos que pudessem amparar a população que seria invariavelmente prejudicada pela expansão do neoliberalismo no século XX, ou seja, a lógica utilizada foi a de criar mecanismos que pudessem amparar aqueles desfavorecidos pelo sistema econômico e não propor medidas de contenção ao sistema em si.

Os autores prosseguem na discussão e afirmam que a política social brasileira se constitui com a participação da classe dominante sob um discurso da redistribuição de recursos sem realizar mudanças estruturais que viabilizariam a existência de ações e medidas com maior taxa de impacto à médio e longo prazo.

Dessa forma, a PNAS tem se constituído na prática em uma política de acesso a bens e serviços, o que, segundo Sitcovsky (2008), é um fator que deve ser considerado com cuidado na sociedade capitalista. Por um lado o acesso à capacidade de consumo é importante para que essa parcela da população possa ser reconhecida pelo sistema; por outro, essa abordagem não dá conta da profundidade das questões que permeiam os processos de desigualdade social e não conseguem oferecer, por si só, recursos para superação das relações de opressão.

Yasbek (2003) diz que esse tipo de organização da política de assistência resulta em um SUAS “truncado” que não consegue atribuir continuidade em suas ações e dificilmente trabalha para além das questões emergenciais e pontuais das demandas sociais trazidas pela população.

Sem recursos para aprofundar o debate e o trabalho nessas instâncias mais próximas ao funcionamento estrutural da política, cria-se a tendência de perpetuar relações de clientelismo guiadas por um crivo moral bastante tendencioso que exige das famílias usuárias do sistema a compensação daqueles recursos que não foram providos pelo Estado (DUQUE-ARRAZOLA, 2015).

Isso torna a política de assistência um espaço de reprodução das relações de dominação e muitas vezes uma ferramenta para manutenção do lugar de subalternidade da população vulnerável (YASBEK, 2003).

Dentro desses processos de precarização, inúmeros mecanismos são criados para dificultar a implementação do SUAS como em sua idealização. Dentre eles, tomemos um espaço para tratar sobre o “familismo”, que tem relação direta com a proposta deste trabalho.

Já discorremos anteriormente sobre qual o lugar que a mulher assume dentro das Políticas de Assistência, e cabe agora fazer uma referência a este raciocínio apresentando-o como uma das estratégias de desmonte que ocasionam nos cenários de difícil consolidação da PNAS na realidade brasileira.

As estratégias de desmonte das políticas sociais e em especial da Assistência Social são diversas, sendo uma das mais impactantes a conversão da matricialidade sociofamiliar no familismo.

O SUAS conta com uma articulação de políticas que visa trabalhar a família em sua integralidade, colocando-a como centro de atuação da política através da matricialidade sociofamiliar. Os serviços oferecem programas, projetos e benefícios que propõe a alteração da situação socioeconômica das famílias, tanto no sentido de prevenir a vivência de riscos sociais e violação de direitos, quanto na prestação atendimento necessário às famílias que já se encontram em situações mais delicadas nas quais seus vínculos familiares e sociais estejam comprometidos (BRASIL, 2005).

A matricialidade sociofamiliar na construção da PNAS considera que os processos de exclusão sociocultural se expressam com enorme pressão sobre as famílias que se veem em condição mais fragilizada diante das contradições próprias do sistema baseado na exploração e reprodução da mão-de-obra. Dessa forma, a família ganha lugar privilegiado e insubstituível dentro do SUAS enquanto é vista como o primeiro espaço de proteção e socialização humana (BRASIL, 2004).

A constituição Federal de 1988 e diversos estatutos de proteção de direitos preveem a família como mediadora principal entre sujeitos e coletividade, constituindo-se em uma importante geradora das modalidades comunitárias de vida, conforme previsto pela PNAS (BRASIL, 2004).

Contudo, a família também se estrutura como um espaço de contradição, no qual se manifestam conflitos e desigualdades que devem ser considerados para a concepção de uma política de seguridade social que de fato vise a proteção dessa célula social (ZOLA, 2015).

Campos (2015) afirma que o primeiro encontro da política social com a família se deu na primeira metade do século XX, quando se busca uma proposta coletiva para encontrar alternativas de se lidar com a discrepância entre interesses e demandas próprias do capitalismo.

Dessa forma, a política social pensada no contexto denominado como *Welfare State*, compreendido nesse período, tinha estreita relação com a proteção ao trabalho e ao direito de consumo, favorecendo invariavelmente o gênero masculino nessa relação, uma vez que a ele caberia o desempenho do papel de provedor e trabalhador assalariado dentro das hierarquias sociais capitalistas (CAMPOS, 2015).

A questão do trabalho assalariado é de extrema importância para pensar a proteção social em uma conjuntura colonial, uma vez que a manutenção do Capital depende da existência do trabalho subremunerado, ou seja, aquele que sempre apresentará discrepância entre a força de trabalho e remuneração, e do trabalho não remunerado, que é invisibilizado aos olhos do sistema como um trabalho real e necessário ao funcionamento do sistema (DUQUE-ARRAZOLA, 2008).

O trabalho doméstico se enquadra na última categoria. As atividades que mantêm a regulação da vida doméstica, dos cuidados aos filhos e a família e a garantia de funcionamento da menor célula social é o trabalho que consome e exige o empenho constante dessa trabalhadora que muito frequentemente se enquadra no papel de mulher e mãe (CAMPOS, 2015).

E assim, dentro das relações de gênero na sociedade capitalista, fica incumbido ao homem a execução do trabalho sub-remunerado, enquanto à mulher cabe a responsabilidade do trabalho invisível. Importante destacar ainda que essa divisão sexual do trabalho não se restringe à configurações familiares que contam com a coexistência de homens e mulheres na dinâmica familiar. Pelo contrário, quando traduzidas na realidade brasileira, essas determinações de renda e trabalho recaem com espantosa naturalidade sob mulheres chefes de família que se veem diante da necessidade de prover o vital a sobrevivência da família enquanto também são responsáveis pelas demandas domésticas e de cuidado do cotidiano familiar (DUQUE-ARRAZOLA, 2008).

Essas políticas de gênero e trabalho crescem e se consolidam conforme vão sendo naturalizadas, pois passam a ser consideradas como estratégias para se obter a estabilidade e o desenvolvimento social e político de uma nação. Nessa lógica a intervenção junto das famílias seria a melhor forma de se atingir esse níveis de desenvolvimento geral da sociedade (CAMPOS, 2015).

Existe então um investimento Estatal na proteção dessa família. São criados programas, projetos e benefícios que tem por finalidade o fortalecimento da família e a promoção de sua autonomia, entendendo-se que através de intervenções nesses núcleos pode-se alcançar esses níveis de desenvolvimento geral da sociedade (MARTINO, 2015)

Se por um lado a família é vista como o meio de intervenção para garantia desse desenvolvimento, então por outro fica incumbida a ela a responsabilidade de corresponder ao investimento feito e apresentar uma contrapartida dos mesmos.

Esses são mecanismos muito comuns dentro das políticas sociais. A ideia de contrapartida ou da condicionalidade é uma das mais fortes expressões das relações de poder mercantilistas dentro da política de assistência. Não porque não se deva existir métodos de acompanhamento e mensuração dos impactos desses programas e benefícios nas vidas das famílias, mas porquê, via de regra, esses mecanismos se manifestam no cotidiano dos serviços como meios de culpabilização da família (e principalmente da mulher) pelo agravamento de sua condição de vulnerabilidade ou risco social (DUQUE-ARRAZOLA, 2008).

Tenta-se encaixar problemas complexos, estruturais e historicamente construídos dentro da dinâmica familiar, reduzindo essas condições que determinam muito mais do que a forma de relação que aquela família adota entre si e o mundo. Novamente se vê a questão social ser individualmente imputada, criando-se a noção de que cabe à família a estruturação de condições para superação da pobreza a partir dos escassos recursos oferecidos pelo Estado (MARTINO, 2015).

A família dentro do contexto capitalista é, segundo Martino (2015, p. 102) um capital social e recurso estratégico de intervenção e regulação Estatal no qual o

[...]que é dado como certo não é tanto a figura do homem provedor, mas os laços de solidariedade familiar e a responsabilidade prioritária que as mulheres tem na prestação de cuidados e do bem-estar. Tudo isso mostra uma concepção tradicional de família, livre de conflitos e lutas pelo poder, ignorando as relações de poder estabelecidas ligadas ao volume e à estrutura de capital detido pelos membros que compõe a família.

Assim, o familismo se configura como uma política na qual a família absorve o risco social para manutenção do bem-estar de seus membros. Políticas familistas são políticas sociais pouco desenvolvidas que ainda se centram na figura do homem provedor e da mulher cuidadora e que encontram especial força na América-Latina pela construção histórica da ideia de que a família não apenas é responsável pelos cuidados de seus membros, como também deve se configurar em unidades produtivas e redes de proteção tanto no âmbito familiar como comunitário (MARTINO, 2015).

Duque-Arrazola (2008) ressalta como essa lógica resulta em uma Política de Assistência Social tutelar e disciplinadora, que impõe padrões de qualidade para definir a maior ou menor capacidade protetiva daquela família.

Carloto (2015) faz uma análise importante a respeito do empenho do tempo das mulheres e como isso se relaciona à manutenção dos ciclos de pobreza. Segundo ela, a primeira contrapartida que se exige das mulheres para se ter acesso aos programas e benefícios sociais é o investimento de seu tempo. Esse tempo deve ser dedicado não apenas as ações que acompanham esses benefícios, mas também na alta carga de burocratização exigida para sua concessão e na manutenção dos padrões comportamentais necessários para seu recebimento regular.

A autora ainda diz que essa configuração acaba por reforçar o papel doméstico das mulheres e fortalece os estereótipos femininos que limitam suas possibilidades de transitar por esse sistema. Adequar as mulheres, mães e pobres à funcionalidade desse tipo de política é contribuir para a naturalização dos papéis de cuidadora e restringir sua atuação social à esfera doméstico-familiar.

Segundo autoras como Campos (2015) e Carloto (2015), essa lógica mantém os ciclos de pobreza por não apresentarem recursos e possibilidades de se estabelecerem novas formas de relação.

É através de políticas como o familismo que a Assistência Social acaba se colocando no lugar de reforçar as relações de poder já existentes sem investimento nas possibilidades de aquisições simbólicas que direcionassem indivíduos, famílias e comunidades para formas mais autônomas de existência.

Mecanismos como esse são importantes de serem compreendidos pois expressam como essas relações de poder se constituem de forma dialética e continua: o familismo é um tipo de política familiar que se baseia na concepção tradicional de hierarquia de gênero e na medida em que ele se fortalece no cotidiano da população marginalizada, essas mesmas concepções são reforçadas em um complexo sistema legitimado pelo Estado (MARTINO, 2015).

É nesse campo de contradições e confrontos que a Política de Assistência Social vai se moldando em uma política de proteção e desproteção social, que precisa medir e mediar forças constantemente como uma ferramenta que compõe o sistema capitalista, mas que se propõe a ser uma janela de luta contra o mesmo.

É importante ainda ressaltar que são esses confrontos que tornam o cotidiano da vivência da Política de Assistência Social como uma constante ação socioeducativa. Tudo dentro do funcionamento da política, desde sua concepção legal até sua materialização nos

serviços, programas e projetos sociais podem e devem ser utilizados como ferramenta de promoção do pensamento crítico e da difusão dos direitos sociais, políticos e civis. A PNAS atrela a possibilidade de concretização da proteção social ao fortalecimento do viés socioeducativo da política, sendo que são essas ações que possibilitam as aquisições de ordem materiais, sociais e relacionais na vida dos cidadãos (BRASIL, 2005).

Diante desta perspectiva ressaltamos dois pontos importantes: a Política de Assistência Social se deu através da articulação de diversos setores da sociedade, uma mobilização que não deve ser subestimada ou desvalorizada diante da lógica neoliberal que busca sufocar este tipo ação. Entretanto, a política social brasileira hoje integra um sistema que é estruturalmente violento e muitas vezes propõe resoluções que não atingem as camadas mais profundas das questões sociais que de fato originam e mantém a desigualdade social e todos os seus desdobramentos.

Lutar pelo Sistema Único de Assistência Social e toda política de garantia de direitos significa considerar, reconhecer e atuar diretamente sob esse sistema e estas estruturas de poder.

Sawaia (2016) atenta-se para esse fato e ressalta o importante papel que a Psicologia pode desempenhar na luta pela garantia de direitos e o fortalecimento da PNAS. Ao considerar as dinâmicas e constantes trocas entre as hierarquias sociais para o andamento desta política, concebe-se a condição subjetiva enquanto construção dialética com a materialidade da vida. O usuário passa a ser visto como sujeito social que estabelece relações com o meio psicossocial tanto na condição de produto como também coprodutor dessa realidade (FLORENTINO; MELO, 2017).

Oliveira e Kahhale (2020) se atentam para o fato de que a efetivação da política de assistência se dá em sua prática cotidiana que precisa, por sua vez, ser permeada pela possibilidade de acolhimento, construção de vínculos, responsabilização e construção da autonomia dos sujeitos, famílias e comunidades que são objetivos destas práticas, sendo estes fatores primordiais para pensar na mudança de uma condição de vulnerabilidade que marginaliza e violenta estruturalmente essa população.

Hoje observamos ataques programados às políticas sociais como um todo, justamente devido sua capacidade de impacto na transformação social. Seja pela negligência com a gestão e implementação de programas, projetos e benefícios que sustentam o SUAS ou a precarização progressiva do trabalho na área. Os recursos de cidadania representados pelo SUAS e a PNAS sofrem ataques constantes e são boicotados sistematicamente devido seu potencial transformador.

Por isso toda oportunidade de refletir sobre seu funcionamento de forma crítica deve ser encarada também como uma ação socioeducativa que pode fortalecer esse conjunto de ações que compõe as Políticas de Assistência Social. Pensar e refletir de forma crítica sobre esse sistema ajuda a compreender seu funcionamento e identificar as estratégias de resistência dentro desse sistema.

Apontar o SUAS como alvo de desmonte é trazer para a centralidade do debate da desigualdade social a necessidade de as relações de poder serem constantemente alimentadas para se manterem, portanto cabe aqui pensar nas formas e estratégias que esse fluxo de nutrição tem sido cortado e como as pessoas mais severamente impactadas pelo braço violento desse sistema tem encontrado meios de sobrevivência e resistência continua a essas imposições.

Para compreender um pouco mais das especificidades do SUAS, principalmente em face de sua organização e o lugar das mulheres na PNAS, cabe o desenvolvimento desses temas em uma melhor integração desses elementos que serão apresentados a seguir.

### **4.3. Assistência Social e Políticas de Identidade**

A PNAS é de extrema importância para o período democrático do Brasil pois vem como expressão de lutas e conquistas de todo um grupo que vive sob condição de opressão e que buscou criar mecanismos que pudessem regular melhor as desigualdades sociais.

Assim, a Política de Assistência Social se constituiu a partir de diferentes identidades políticas que buscavam a conquista dessa autonomia e a possibilidade de construir subjetividades e coletividades de forma mais protegida desses mecanismos exploratórios.

A história de construção da política nos mostra que ela pode ser considerada como resultado de pequenas aquisições de fragmentos emancipatórios que levaram séculos para reunir as condições necessárias para sua constituição, uma vez que toda estruturação da PNAS aponta para a criação de espaços e condições que favoreçam o crescimento de identidades políticas que tenham possibilidade de conquistar autonomia na sociedade.

Contudo, como apontado por Furlan (2020), a política quando institucionalizada passa por um processo contraditório: ao passo que sua normatização estrutura seu funcionamento e atinge um número maior de pessoas que podem se beneficiar de suas garantias, ela também passa a integrar o mesmo sistema ao qual buscava combater originalmente, o que muitas vezes favorece os processos de cooptação sistêmica que reverte seus mecanismos de criação de autonomia e consciência política em ferramentas de manutenção das assimetrias sociais.

Observa-se este fenômeno de forma bem específica nas políticas sociais e em especial nas Políticas de Assistência Social.

O'Donnel (1981) explica que o Estado capitalista é uma condensação de forças sociais assimétricas que possui o controle das formas de dominação. A constituição da sociedade sob este Estado implica a relação de sujeitos que ocupam posições opostas desta balança de poder, sendo uma parte composta pelo grupo que tem acesso privilegiado à certos recursos e que por isso pode regulamentar o acesso de outros grupos a estes recursos mediante adequações comportamentais.

O acesso aos meios de dominação e a conseqüente capacidade de sustentar uma relação coercitiva é determinada pela classe social e estes recursos são viabilizados através do Estado e todas as suas expressões, sendo que as políticas públicas integram estes mecanismos de regulamentação social (O'DONNEL,1981; YAZBEK, 2003).

Dessa forma, evidencia-se a relação entre Estado, políticas sociais e recursos de poder/dominação da classe dominante. Se o Estado é, como definido por O'Donnel (1981), o componente político da dominação, e se a classe dominante é aquela com maior acesso à dominação, as políticas num geral se tornam a expressão de poder da classe dominante em um sentido que busca fortalecer as relações sociais assimétricas que a favorecem.

As políticas de Estado então têm um papel importante na determinação dos lugares sociais que sujeitos e coletividades assumem neste esquema hierárquico de dominação.

Ciampa (2002) afirma que essa determinação pode ser entendida no âmbito das políticas de identidade que se expressam nas atividades ideológicas dos grupos e coletividades para concretização de um projeto político de ser. Segundo o autor, a identidade entendida como um processo que se dá dentro do sistema capitalista é a concretização de uma política que dá corpo a uma ideologia (CIAMPA, 1987).

Tal projeto pode estar alinhado às imposições coercitivas, impositivas e violentas que traduzem os projetos políticos hegemônicos e colonizadores, que buscam principalmente a manutenção do sistema de poder vigente. Por outro lado, estes também podem ser projetos que se direcionem à identificação com formas mais autônomas de ser e com uma dimensão mais ética dos projetos de identidade (MIRANDA, 2017).

Nesta perspectiva, a identidade se configura como tema central para adensar o entendimento a respeito da estrutura das desigualdades sociais e suas relações com a ideologia, além de possibilitar discussões a respeito das formas de resistência e buscas emancipatórias (LIMA, 2010).

Assim, como estão sendo constituídas as identidades da população usuária dos serviços da Assistência Social e de quais lugares elas partem?

A pessoa que vive uma realidade de pobreza integra um processo de discriminação estrutural que historicamente é marcado pela depreciação. Esta identidade é construída em um processo social e histórico baseado em aspectos pressupostos de reconhecimento da individualidade que se apresenta de forma cristalizada e impositiva (MOURA JR; XIMENES, 2016).

Ciampa (1984) apresenta estes aspectos como identidades pressupostas que seriam formadas a partir da dialética das relações sociais e que definem aspectos gerais de constituição de identidades que acabam limitando os processos de metamorfose da construção da Identidade. Assim, as identidades pressupostas determinam identidades coletivas e podem se apresentar como uma faceta das políticas de identidade presentes na sociedade (CIAMPA, 2002).

Para Moura Jr. e Ximenes (2016) a pessoa que vivencia a pobreza é submetida à mecanismos de reconhecimento que levam à identificação com a inferioridade, subalternidade, passividade e violência. Este indivíduo experimenta o que Sawaia (1999) define como uma exclusão que na verdade está incluída em uma lógica social comprometida com a manutenção das desigualdades. Já Lima (2010) define como um reconhecimento perverso, no qual o indivíduo passa a se reconhecer e a se integrar na sociedade a partir de aspectos que o diferenciam e o estigmatizam nesta mesma lógica social.

Estas identidades seriam construídas a partir dos papéis sociais que são definidos a partir do processo de socialização no qual o indivíduo se apropria da divisão do trabalho e da distribuição social do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2003) e, portanto, estes papéis se constituem para expressar as funções sociais dentro da história humana (CIAMPA, 1987).

Cria-se, dessa forma, uma identidade pressuposta que designa o lugar do pobre na sociedade e que determina tanto suas possibilidades de existir dentro do sistema como também o que é esperado dele nesta conjuntura.

Neste espaço, Góis (2008, p. 117) observa que

[...] o pobre nasce na miséria, vive agredido, explorado, humilhado, desamparado e morre no anonimato, muitas vezes como indigente. A pobreza é geral, as elites dirigentes tiram-lhe a chance de viver e de desfrutar dos bens materiais e sociais, da vida digna; procuram destruir sua voz e sua capacidade de transformar a si mesmo e a realidade em que vive.

A esta pessoa é determinada uma identidade baseada no modo adaptativo de vida e que, ao ser direcionada quase que integralmente para garantir o mínimo a sobreviver, acaba fortalecendo a manutenção da opressão.

É na verdade um ajustamento que leva os subalternizados a construir projetos com base em interesses que não os seus, mas sim reproduções das aspirações da classe dominante que asseguram sua hegemonia (YAZBEK, 2003).

A partir destas relações nos apropriamos do conceito de Políticas de Identidade elaborado por Ciampa (2002) no qual ele se detém sobre os processos de identidade de grupos específicos, citando como exemplo as coletividades que se agrupam principalmente por vivências de opressão comum como é o caso de mulheres que sofrem com a estrutura machista e misógina da sociedade, os trabalhadores em condição de pobreza que vivenciam a materialização mais perversa da exploração de classe e também da população negra que se desenvolve sob o racismo estrutural que dita as suas condições diárias de sobrevivência.

Esta discussão traz para o tema da Identidade importantes reflexões a respeito das articulações entre sujeito, grupo e a ordem social que impera na atualidade e para elaboração deste tópico, cabe discorrer um pouco mais sobre esta última.

Ciampa (2002) se apoia em Habermas (1983) para tratar acerca das possibilidades de relação na sociedade atual. Coloca que existe uma possibilidade de estabelecimento de relações entre indivíduos, coletividades e construções sociais que são pautadas em formas não-coercitivas de comunicação (comunicação entendida como toda forma do sujeito se colocar perante o mundo e vice-versa) em uma realidade denominada como mundo da vida. Nesta possibilidade, a autonomia do sujeito é possível na medida em que este tem consciência da intercessão entre os processos da coletividade e de sua individualidade, criando uma sinergia entre os recursos e demandas destas dimensões. O bem-estar coletivo e individual são interdependentes e o sujeito tem meios de atuar ativamente nestes âmbitos.

Contudo, como já expressado anteriormente, os mecanismos de dominação e exploração típicos do sistema capitalista, promovem uma colonização destas formas de relação e pregam a consolidação de uma visão heterônoma deste sujeito que passa a ser concebido de forma deslocada de seu contexto sócio histórico e perde-se propriedade intersubjetiva da normatividade social (HABERMAS, 1983). A existência individual e autocentrada gera uma busca de sentido constante que se demonstra prioritária nos tempos da atualidade e este movimento se dá pelas sucessivas metamorfoses do sujeito (ALVES, 2017).

A ordem social em que vivemos favorece as formas heterônomas de ser e reforça os mecanismos de dominação que oprimem partes específicas da sociedade e impõe-lhe identidades pressupostas que servem ao fortalecimento da exploração para manutenção de tal hierarquia (MIRANDA, 2017).

Estas Identidades pressupostas têm como uma de suas possibilidades de expressão, as políticas públicas (LIMA, 2010) que, no caso das políticas sociais, são institucionalizações de conquistas históricas dos movimentos por direitos da população em condição de pobreza do país.

Nessa perspectiva, a condição de pobreza e de vulnerabilidade social deve ser entendida para além da dimensão econômica pois estabelece suas raízes em processos simbólicos, psicológicos e sociais. Entender estes processos demanda uma conjuntura que mostre que a condição de pobreza não pode ser entendida como um estado efêmero que depende de ações pontuais para ser superado (MOURA JR.; XIMENES, 2016).

Em contexto Capitalista, o processo histórico da vulnerabilidade social é reduzido à culpa individual, que delega ao sujeito a responsabilidade de superação de questões criadas e mantidas dentro de uma estrutura sistêmica que busca manter a alto custo a ilusão de que a subjetividade se dá pela separação e oposição à dimensão coletiva da experiência humana (GOIS, 2008).

Este movimento nega que as vivências de vulnerabilidade social estejam diretamente relacionadas à luta de classes. O indivíduo que passa a ser responsável pela própria miséria e sofrimento sendo descaracterizado de seu grupo social e desprovido de uma classe a fim de ocultar os conflitos e resistências para legitimar a dominação (YAZBEK, 2003).

Dessa forma, a identidade pressuposta da pessoa em situação de pobreza é reposta em um *continuum* que oculta os processos de metamorfose. Segundo Ciampa (1987, p. 164) a reposição constante da identidade cria a ideia de que essa se mostre como uma “revelação de algo preexistente e permanente”, fazendo com que o indivíduo se identifique com suas predicções, internalize suas personagens atribuídas e se torne a expressão da identidade que lhe foi pressuposta.

A reposição, representada pelo fetichismo da personagem atribuída ao usuário da política, representa um mecanismo eficiente de dominação e manutenção da identidade subalterna, mecanismos estes utilizados pelas classes dominantes para manutenção de sua hegemonia e que são regulados pela figura do Estado.

Como colocado por Yazbek (2003) o Estado, como mediador do acesso aos mecanismos de dominação, assume um papel contraditório no qual tanto organiza quanto regula as demandas sociais. As políticas sociais concebidas neste contexto são reprodutoras das lutas políticas mas embrenhadas na formação social e reproduzem as ambiguidades que permeiam os diversos interesses que surgem destes conflitos.

Mota (2018) destaca que esse cenário cria uma ilusão de igualdade que tem uma base material desigual, uma vez que o detentor dos meios de produção e o trabalhador, que vende sua força de trabalho em regime de exploração, são definidos pela mesma alcunha de cidadania, ainda que se encontrem-se em limiares opostos do mundo de produção e, portanto, estão sujeitos à condições de existência que não são regidas pelas mesmas normas.

Resultado importante deste posicionamento, é que a classe oprimida é processualmente desprovida de seus mecanismos de luta e resistência que são paulatinamente substituídos por mecanismos de sobrevivência fundamental que, com frequência, se expressam em atitudes apáticas e comportamentos conformistas que se manifestam como traços identitários das classes subalternas (GÓIS, 2008).

Estas posturas são integrantes das políticas sociais brasileiras que acabam reforçando relações clientelistas com seus usuários e não reconhecem o espaço do exercício de direito dentro da política. No contexto de execução destas políticas, são estabelecidas com seus usuários relações pautadas na lealdade e não na autonomia, provocando uma condição que desorganiza os movimentos sociais e “apresentam como vantagem aquilo que é direito” (YAZBEK, 2003, p. 41).

Que aqui não se cometa o erro de simplificar este processo a uma relação causal na qual um sistema oculto trabalha através de mecanismos escusos para consolidar um projeto político de exploração e acúmulo de capital.

O projeto pode ser exatamente este, mas os meios pelos quais ele se organiza são ideológicos, ou seja, se constituem através dos sentidos co-criados nas relações sociais. Estas relações englobam os usuários dos serviços de assistência, as comunidades que são alvos destas políticas, os trabalhadores que compõe os serviços, os gestores que determinam o lugar da política nas pautas governamentais e todas as relações em nível micro e macrossocial que configuram o quadro complexo que retrata a formação destas relações de poder em detrimento das relações de autonomia.

As possibilidades de intervenção do SUAS contemplam também ações focalizadas emergenciais que tem como importante objetivo o suporte imediato dos usuários, mas que podem representar medidas paliativas no encaminhamento de demandas dos mesmos. Os recursos escassos levam à necessidade da definição de prioridades, territórios específicos nos quais as parcas forças serão direcionadas. Isso por sua vez requer a definição de um público-alvo delimitado que, geralmente, é determinado através de seu déficit, de tudo aquilo que lhe falta ou não lhe pertence (SOUZA, 2011).

As ausências são hierarquizadas em ordem de prioridade segundo a disponibilidade de recursos e o que se vê na práxis é uma manutenção da miséria através de práticas pouco eficientes e condições que são programadas a nível estrutural para levar a uma desmobilização geral de trabalhadores, comunidades e movimentos sociais (MOTA, 2018).

Vê-se dessa forma a consolidação de uma política de Identidade de fortalecimento da heteronomia e das formas de exploração. No caso das Políticas de Assistência Social, este movimento tem ligação direta com a própria força do capitalismo (SOUZA, 2011).

A apropriação das políticas sociais nos termos colocados acima é essencial para a manutenção do Estado burguês que se vê comprometido com o acúmulo de Capital. As classes subalternizadas são essenciais para a permanência dos mecanismos exploratórios e, por isso existe um interesse e uma estruturação sistêmica voltada para que esta parcela da população seja subjugada, mas nunca aniquilada (MOTA, 2018).

Neste processo as personagens estigmatizadas são reforçadas e as políticas identitárias por trás deste discurso criam condições favoráveis para que o usuário da assistência social internalize a expressão destas personagens como a totalidade de sua identidade, promovendo o discurso da autodeterminação excludente que é muito importante para que o indivíduo estigmatizado permaneça em sua condição subalterna. Este processo foi identificado por Lima (2010) no tocante aos usuários do sistema de saúde mental, mas pode ter sua compreensão estendida aos usuários da assistência social uma vez que a vivência do estigma é comum aos dois públicos.

Souza (2011) expressa a frequência deste discurso entre os indivíduos envolvidos nas Políticas de Assistência e afirma que o fenômeno pode estar ligado à autoidentificação destes sujeitos com os estigmas que os colocam como dependentes dos recursos oferecidos neste âmbito. Além disso, o processo todo também evidencia a reprodução da racionalidade sistêmica pelos trabalhadores destas políticas que acabam promovendo o reconhecimento perverso dos usuários que “acabam convencidos de que a melhor forma de garantir e receber alguma renda (benefício) por sua condição é permanecer como excluído” (SOUZA, 2011, p. 124).

É de extrema importância compreender como esses mecanismos acabam sendo normatizados na PNAS, que foi justamente concebida pensando na consolidação da inserção social de indivíduos e grupos invisibilizados, mas que nas práticas do SUAS, acabam relegados ao papel de repositores da mão-de-obra e sustentáculos da máquina Capitalista. Dessa forma, a identidade subalterna é constantemente repostada através dos meios e espaços que deveriam lhe proporcionar outras possibilidades de ser (YAZBEK, 2003; SOUZA, 2011).

Este movimento se expressa na estruturação dos programas, benefícios e projetos que são efetivamente executados através da Política de Assistência Social e que, devido à insuficiência de investimentos e de estrutura adequada para sua aplicação, acabam reforçando as relações de clientelismo, que por sua vez presta o papel de subjugar a população em condição de vulnerabilidade social, oferecendo o mínimo para que essa possa continuar recorrendo a seus meios de sobrevivência, mas nunca o suficiente para que possa vislumbrar possibilidades mais autônomas de ser ou uma articulação coletiva mais efetiva.

São políticas criadas a partir de demandas históricas, mas que passam a funcionar segundo os interesses do Estado que as emprega para manter o controle social e a manutenção das condições de dominação (YAZBEK, 2003).

Então, essas políticas públicas de inserção social (socioassistenciais) gestadas dentro da ordem sistêmica, se adaptam dentro de suas matrizes, funcionalidades e principalmente as suas necessidades técnico-administrativas, algo que proporciona manutenção e ampliação da ordem tutorial vigente. Sendo assim, por exemplo, a “identidade renegada do excluído”, com esse tipo ideológico de política passaria a ser a “identidade funcional do assistido”. Ao invés da emancipação social, subjetiva e política do cidadão, ocorrem o incremento, fortificação e ampliação do sistema (SOUZA, 2011, p. 122)

As necessidades sistêmicas tratadas por Souza na citação acima têm relação direta com a condição de precarização e desmonte das políticas sociais. O boicote de recursos (materiais, financeiros e ideológicos) a esta área é o grande abismo que impede a concretização do discurso pela promoção de autonomia na qual se constituiu e concebeu a PNAS e o SUAS.

Por sua vez, a desmobilização destes serviços cria as condições para a construção das narrativas que levam à reposição de personagens que condenam indivíduos e coletividades a estes mesmos lugares de engrenagens desprovidas de direito.

Assim, observa-se que as políticas sociais se constituem em políticas de identidade reacionárias quando se comprometem com a ideologia dominante e determinam o lugar desse sujeito sem considerar sua construção histórica e a potência da sua dimensão de ator social (CIAMPA, 2002).

A citação de Ciampa (1987, p. 127) ganha sentido quando encarada sob essa ótica. O autor afirma que

[...] cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Um projeto de vida. Uma vida-que-nem-sempre-é-vivida no emaranhado das relações sociais.  
Uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia.  
No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela.

Quais seriam então as possibilidades de existência na lógica do SUAS e da PNAS e quais as possibilidades de estabelecer políticas de direito que sejam acessíveis a todos aqueles que dela necessitarem em uma escala nacional ou local?

Uma política de identidade que se pauta na coerção de papéis são recursos preciosos para a dominação das massas e sua alienação, resultando em uma perspectiva atomizada e individualmente impotente (CIAMPA, 2002). Ao mesmo passo, uma política de identidade que se baseia na busca de autonomia resulta em uma maior articulação entre as relações de indivíduos e sociedade, desnaturaliza os mecanismos de poder e coloca o sujeito como autor de sua história e das mudanças que ele pode ter no mundo (ALVES, 2017; MIRANDA, 2017).

Políticas de identidade reguladas pela autonomia possibilitam identidades políticas que buscam se libertar da coerção para agir sob princípios próprios construídos através de uma perspectiva crítica do processo de socialização (ALVES, 2017). A referida autora evidencia que as identidades políticas só ganham espaço frente à possibilidade de enfrentamento da diferença e da reunião de condições para articular estas contradições de forma que elas se transformem em novas possibilidades de ser. Assim, as políticas de identidade estão muito vinculadas aos processos emancipatórios na medida em que elas podem se apresentar como alternativas de se colocar no mundo e estabelecer outros sentidos nas relações com a realidade.

Para que estes processos sejam favorecidos, o sujeito depende de um contexto que lhe proporcione essas condições (MIRANDA, 2017), que precisam se expressar tanto em nível individual como em nível institucional para que possam representar uma mudança significativa nestes sentidos construídos ao longo do processo de socialização (BERGER; LUCKMANN, 2003).

Promover uma análise das políticas de identidade através de políticas públicas como a PNAS sob o olhar do sintagma da Identidade-Metamorfose-Emancipação é um caminho necessário para compreender os cruzamentos entre a objetividade e subjetividade na materialidade da vida de uma população que geralmente vive em seu cotidiano as consequências da exploração e coerção.

As concepções e sentidos construídos na relação com as Políticas de Assistência são bastante marcadas pela ambiguidade, que por um lado se sustenta da ideia de que a ajuda e a humilhação são processos complementares, mas que por outro lado também são políticas que favorecem espaços nos quais a população consegue acesso à recursos (materiais e simbólicos) que não lhe são acessíveis em outros espaços. É diante desta contradição que a assistência ganha dupla face ao prestar um serviço e também servir de ação socioeducativa (YAZBEK, 2003).

Sposatti *et al* (2008) afirma que em qualquer discussão a respeito do espaço das políticas sociais não se pode esquecer de que essas são fruto dos processos democráticos, ou seja, para que estes espaços existissem houve a abertura dentro deste mesmo sistema para a propagação e fortalecimento de resistências.

A importância deste fato é notória por desconstruir a ideia de intangibilidade das estruturas do poder e de sua naturalização. As relações hierárquicas são processos sociais determinantes aos indivíduos, mas que também são determinadas por eles.

É necessário retomar a dimensão ativa do ser humano para que não se caia em versões fatalistas desta narrativa, se isentando de um posicionamento crítico e comprometido com a mudança desta realidade.

É por isso que no decorrer da construção de suas concepções sobre Identidade, Ciampa afirma que o estudo da identidade só ganha sentido e relevância dentro do movimento da Psicologia Social quando pensado no potencial destes processos para aproximação de formas mais emancipadas de relação e existência. Assim, este posicionamento alinha-se com a construção de identidades políticas. (LIMA, 2010).

Uma identidade política é a expressão da aquisição de maior consciência a respeito dos processos sociais, de seus fatores determinantes e determinados, dos recursos objetivos e subjetivos que são possibilitados dentro destas condições e da dimensão coletiva destes processos (MIRANDA, 2017).

Para Ciampa (2002), a coletividade é fator fundamental para o surgimento de políticas de identidade que favoreçam as identidades políticas, pois é na vivência coletiva que o indivíduo pode se reconhecer enquanto sujeito e ampliar a forma de perceber e atuar sobre a realidade.

Yazbek (2003) demonstra a importância dos coletivos na PNAS quando ressalta o poder da sociedade civil dentro da estrutura da política. Segundo a autora, a PNAS e o SUAS são os conselhos populares, que formam sistemas criados a partir da discussão democrática e preveem, em sua concepção a manutenção destes espaços através da regulação social.

Cada etapa e instância dos serviços e programas basilares do SUAS abarcam preveem o espaço de diálogo, capacitação e promoção da dimensão coletiva da comunidade, para que dessa forma os grupos e a sociedade tenham voz ativa e determinante no funcionamento da política.

Lima (2010) por sua vez destaca que quando se encontra, na dimensão coletiva, as condições para aquisição da consciência de autonomia, as políticas de identidade são moduladas

a fim de favorecer a expressão de personagens e identidades pressupostas que colaborem com a superação da opressão.

Os processos de heteronomia dão lugar aos processos de alteridade que segundo Habermas (1981) demonstram as possibilidades de manifestação do mundo da vida apesar das apropriações sistêmicas as quais está submetida, indicando a potencialidade do sujeito ser-para-si como expressão fundamental de sua autonomia.

Humanizar as relações implicadas na execução da política é uma prioridade para que esta resguarde seu valor emancipatório. É necessário que o indivíduo não seja tido como uma célula abstraída de um contexto e uma história. Estas questões inclusive precisam ganhar espaço dentro dos serviços e programas para que os usuários possam se reconhecer nestas dimensões e ressignificar o lugar que lhe é atribuído na sociedade.

As relações que são criadas nos equipamentos e com os atores do SUAS devem contradizer as afirmações da subalternidade e proporcionar momentos nos quais seja possível a quebra da mesmice em favor de metamorfoses que levem a saltos qualitativos nos processos identitários.

Ciampa nomeia estes saltos como a mesmidade. Um processo correlato (e não necessariamente oposto) à mesmice. Ao passo que a mesmice costuma trabalhar em prol da manutenção de uma determinada relação, a mesmidade proporciona mudanças, pequenas ou grandes, nas mesmas (SOUZA, 2011).

Aqui cabe o adendo de que os processos de mesmice e mesmidade não podem ser colocados como negativos ou positivos. A mesmice além de ser um processo de re-posição de personagens que não encontram possibilidades de superação para a metamorfose, permanecendo numa má infinidade, pode se apresentar como uma possibilidade positiva na medida que repõe personagens que permitem a expressão empírica de uma identidade comprometida com a autorealização, empatia e solidariedade, processos que Ciampa coloca como sendo fundamentais quando pensamos na transformação da realidade (LIMA, 2010).

A identidade deve ser sempre considerada enquanto movimento dialético que se produz e reproduz continuamente na articulação da diferença. Essa concepção deixa pouco espaço para determinismos que qualifiquem as experiências sociais desta forma.

Independente das especificidades destes processos, um ponto chave que deve ser considerado para que as políticas de identidade favoreçam o surgimento das identidades políticas é o reconhecimento.

Sawaia (1999) destaca em seu trabalho que o reconhecimento social é um processo estreitamente vinculado à afetividade, que por sua vez é categoria fundamental para a promoção

de ações contra-hegemonicas que teriam capacidade de penetrar nos pressupostos epistemológicos e ontológicos do sistema dominante para impactá-lo com o enfrentamento de formas mais éticas de relação.

Lima (2010, p.140) por sua vez, afirma que o desenvolvimento da identidade acontece a partir do encadeamento de uma sequência de formas de reconhecimento e que, quando não realizado de forma humana ou diante da inexistência de reconhecimento, os indivíduos experimentam o “aprisionamento à ‘mesmice’, ao fetiche de uma personagem que impede a concretização do sentido emancipatório da identidade”.

Já Yazbek (2003) ressalta a importância do reconhecimento na assistência ao colocar que quando se estruturam em espaços de reconhecimento, os serviços tem o poder de legitimar o sofrimento, as lutas e resistências que são construídas diariamente pela população em condição de vulnerabilidade como estratégia de sobrevivência.

A Assistência pode se mostrar como um potencial lugar no qual aqueles que não se veem reconhecidos em nenhum espaço podem ganhar voz e compreender os mecanismos sociais que culminam na determinação de sua condição de existência. Espaço este que torna coletivos problemáticas normalmente entendidas como encargos individuais e que pode prestar apoio para que estes grupos se organizem em prol da luta pelo reconhecimento de sua existência.

Tratamos anteriormente de que a formação de personagens está diretamente relacionada a concepção dos papéis sociais, as expectativas do grupo social ao qual o sujeito pertence e às condições sistêmicas que demarcam as possibilidades de existência dentro da lógica utilitarista e produtivista do capital.

Ao não encontrar espaços de reconhecimento e legitimação da identidade os processos de fetichização da personagem ganham força, ocultando a natureza da identidade como metamorfose e aprisionando o sujeito nas formas de heteronomia (LIMA, 2010). No caso dos usuários da assistência social, há o aprisionamento destes sujeitos em projetos que não contemplam suas necessidades históricas e sociais em detrimento da manutenção das forças do Capital.

A falta de reconhecimento então está diretamente vinculada com a expressão das personagens e a apropriação que coletividades e individualidades podem ter do seu mundo. Por sua vez, estes processos refletem os esquemas de opressão que modulam os projetos de vida das classes subalternizadas que tem seus desejos, necessidades e direitos constantemente deslegitimado pela ordem sistêmica.

A organização das políticas sociais tem isso em vista ao buscar viabilizar espaços em que essas necessidades podem ser discutidas, refletidas e supridas em uma dinâmica de suporte

e aprendizagem socioeducativa. Este potencial se traduz na possibilidade ofertada por estes programas, projetos e benefícios da manifestação de personagens que expressem aspectos da identidade dos usuários que se apropriaram de novas formas de compreender seu lugar na sociedade e seu lugar de fala.

Ciampa (2002, p. 140) coloca que “A articulação das diferentes “personagens” (ou se preferir das muitas psiques de massa) pode se dar com autonomia e originalidade, constituindo uma identidade pessoal”.

Este aporte teórico possibilita questionar como a dinâmica da multiplicidade de personagens da mulher e usuária da assistência social se constitui, e, como garante espaço de voz, quando geralmente lhe é negado de uma maneira bastante literal. Além disso, questiona-se os impactos que esta política tem na produção de autonomia e heteronomia dos sujeitos.

Torna-se urgente compreender como estas políticas têm impactado a formação da identidade das classes subalternas e, especificamente dos grupos que são oprimidos na interseccionalidade de suas personagens e papéis sociais, como é o caso das mulheres.

A Identidade é uma questão política e seu estudo pode direcionar-nos a compreender como se fortalecem os processos de expressão e quais as possibilidades de luta contra seu julgo.

## 5. METODOLOGIA

Detenhamo-nos brevemente para discorrer sobre os percursos metodológicos do presente estudo.

Dentro do escopo teórico e epistemológico delimitado anteriormente, a metodologia se apresenta como um braço importante para a concretização de estudo do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação e consolidação da teoria de Ciampa.

Isso se dá porque a metodologia é concebida de forma a poder acessar os processos da Identidade humana dentro de um contexto sócio-histórico partindo-se do princípio da atividade como proposto por Lane (1984).

Desta forma, o presente capítulo pretende tanto descrever o caminho traçado para execução deste estudo, mas também provocar reflexões acerca da utilização do método de narrativas de história de vida na realização de pesquisas no escopo do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação e algumas correlações importantes para se compreender o processo de concepção de pesquisa neste recorte.

Primeiramente, cabe contextualizar o escopo epistemológico que baseia essa abordagem metodológica.

Lane (1984) ao delinear a vertente Crítica da Psicologia Social levanta questões a respeito do tipo de humanidade produzido pelos métodos positivistas e utilizados mais tradicionalmente na produção de conhecimento nas Ciências Sociais até a década de 1970.

A tradição positivista parte de uma concepção de realidade na qual é possível se acessar uma Verdade, que é absoluta e pétrea, por meio da ciência. Nesse intento, cabe então ao método científico, aqui concebido de forma uniforme e consonante aos parâmetros utilizados nas ciências naturais, desvelar tal Verdade a partir de princípios como objetividade, imparcialidade e neutralidade desses meios (VON WRIGHT, 1978).

Quando tratada no campo das ciências humanas e sociais, esse padrão positivista busca uma descrição dos fenômenos sociais e comportamentos humanos que permitam o estabelecimento de relações causais dentro de “leis naturais” que podem ser hipoteticamente assumidas (VON WRIGHT, 1978).

As críticas ao monismo metodológico pregado pelas linhas positivistas da produção de conhecimento somam-se ao longo da história das ciências humanas e sociais e diversos

contrapontos a esta postura surgiram em forma de metodologias e epistemologias que partiam de formas mais diversas e processuais de se conceber a realidade.

O movimento da Psicologia Social Crítica apoiado em preceitos do materialismo histórico-dialético forneceu um desses contrapontos.

Lane (1984, p. 12) levanta o questionamento da impossibilidade de se sustentar uma visão fragmentada de ser humano como a pregada pelo positivismo, que ao buscar uma descrição detalhada e precisa dos fenômenos acabava “não dando conta do ser humano agente de mudanças, sujeito da história”. Essa postura, que se propõe com afínco agarrar-se à neutralidade para impedir qualquer “contaminação” dos olhos e perspectivas do pesquisador, carregava em si a reprodução de uma ideologia dominante que, para diversos fins, naturaliza a passividade da humanidade diante da natureza e suas produções.

Novas epistemologias como essa exigiam o desenvolvimento de métodos que abarcassem uma visão mais integrativa do ser humano, que não pode ser dividido entre objetividade e subjetividade (LANE, 1981).

É nesse paradigma que surge a teoria a respeito do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação proposta por Ciampa (1987) que toma forma utilizando a metodologia das narrativas de histórias de vida.

Este método toma por pressuposto o pensamento desse mesmo autor quando demonstra que a escuta das histórias de vida e projeto de futuro se torna terreno fértil para compreensão dos processos identitários na medida em que dá indícios de como os significados foram sendo formados pelo e com o sujeito ao longo de sua trajetória de vida (CIAMPA, 1987).

Posturas como essa tem seu valor dentro da crítica metodológica pertinente ao lugar que a pesquisa científica tem assumido nas últimas décadas. Debert (1987) realiza uma crítica a possibilidade de construir uma imagem do real a partir de fragmentos coletados pela escuta da vivência de diversos indivíduos.

A autora desenvolve tais argumentos a partir da necessidade de reconstrução da história ou de um acontecimento específico para realização de certos temas de pesquisa e nesse escopo, as questões levantadas por ela sobre a ineficácia da utilização da história de vida para tal finalidade, são extremamente pertinentes pois existe uma dificuldade de confronto entre as experiências individuais e fatos registrados, tomados uma “versão oficial” de uma história. Isso porque a percepção e a vivência atravessam invariavelmente o relato autobiográfico e o relato oral. Quando o acesso a essas percepções não são proveitosas para o desenvolvimento dos objetivos da pesquisa, de fato essa metodologia não se configura como a mais adequada.

Quando, por outro lado essas percepções são tidas e acessadas como uma maneira de se compreender a realidade, as histórias de vida se tornam uma metodologia bastante eficaz a este fim.

De Fina e Georgakopoulou (2008) já realizam uma utilização da narrativa enquanto uma prática social dotada de organicidade e na qual estão implicadas as relações tanto entre aquele que narra e aquele que escuta como também todas as relações envolvidas com o contexto em que esta narrativa se desenvolve. Neste ponto, a narrativa não é utilizada como um recurso de coleta de informações, mas como um meio pelo qual diferentes dinâmicas são manifestadas e podem fornecer informações importantes a respeito destas. As autoras também fazem uma ressalva colocando que dentro da abordagem sócio interacional (tradução livre, no original: *social interactional approach*) a narrativa deve ser combinada a outros métodos que favoreçam uma leitura mais precisa dos aspectos ligados aos processos macrosociais e as práticas que os constituem, embora ressaltem o poder que tem a narrativa quando situada em seu contexto de espaço e tempo e compreendida como parte dessa dinâmica.

Na perspectiva sócio-histórica e nas tradições da linha hermenêutica a realidade não se concebe como a verdade trazida pelo positivismo, mas é vista enquanto processo, movimento e mutabilidade, conceitos que regem toda a concepção de Identidade humana proposta por Ciampa (1987).

Por isso o ato de contar sua própria história não tem por pretensão ter acesso aos fatos ou acontecimentos tais quais como se deram, mas sim observar a constelação de eventos e os lugares que se tornam significantes para o sujeito a partir do olhar de narrador, ou seja, uma perspectiva presente de seu passado (LIMA, 2014).

Essa metodologia parte da concepção histórica de formação do ser humano, que não enxerga o sujeito apenas como individualidade inserida em um contexto social a partir do qual parte de sua subjetividade é construída, mas também busca compreender como se constitui esse contexto histórico em seu caráter processual e contraditório (GONÇALVES; BOCK, 2018).

Alves (2017, p. 35) expressa que a dialética desse princípio integra as dimensões subjetivas e objetivas, resultando na percepção de que “a singularidade estaria contida no universal do social”. A narrativa em si expressa a dinâmica da temporalidade que mostra o mundo preenchido pela família, amigos, relações de trabalho, vivências comunitárias, ou seja os grupos, pessoas e ocorrências de significado para o narrador. Essa manifestação se dá em decorrência do processo de socialização humana na qual a formação do indivíduo perpassa invariavelmente a ordem coletiva e sua integração no social, fazendo com que a experiência

individual carregue esse o contexto histórico-social construído na coletividade e, por sua vez, tornando a coletividade como algo maior do que a soma de todas as individualidades.

Associado a este preceito encontra-se a estruturação do conceito de sujeito emblemático que, segundo Griebeler (2015), consolida a ideia de que o sujeito, ao narrar sua história se coloca como representante de si e de todo um grupo social que compartilha de dimensões que permearam seu processo de socialização. Dessa forma, o sujeito emblemático traz em si a possibilidade de compreender a dinâmica social em sua dialética e na construção da realidade que se dá neste processo.

Fator importante destacado pela autora é que o sujeito emblemático não se configura em qualquer sujeito que tenha condições de narrar sua história, mas em alguém que tenha reunido e encontrado ao redor de si condições que favoreçam processo mais conscientes de interação com a realidade. A consciência é aqui entendida como um grau de clareza a respeito das influências mútuas entre a individualidade e a coletividade.

A clareza, que Griebeler (2015) relaciona com o conceito de fragmentos emancipatórios, carrega em si as fragilidades dos conflitos sociais que permeiam a atividade humana no contexto capitalista, mas pode ser alcançada nestes momentos em que condições e determinações sociais são arranjadas de modo que possibilite o vislumbre de novas possibilidades de ser e se relacionar no mundo.

Os relatos autobiográficos tratados a luz da teoria da Identidade compõem uma perspectiva do fazer científico que presa por uma maior integração entre a práxis da pesquisa e a materialidade da realidade. Está embutido no processo narrativo a relação dialógica entre aquele que narra e aquele que escuta, exigindo uma sensibilidade especial dessa escuta para que ela possa acompanhar o narrador no exercício de sua autonomia de relato (LIMA; CIAMPA, 2017).

Sendo uma metodologia consonante com os princípios da Psicologia Social Crítica, ela propõe esta visão mais interventiva de campo, demonstrando que pesquisador e sujeito não escapam das trocas dialéticas presentes em qualquer contato humano. A proposta então é tornar esse contato significativo, potente e capaz de influenciar positivamente uma realidade, gerando uma oportunidade de reflexão crítica a respeito da própria história e de toda estrutura que a rodeia (LIMA; CIAMPA, 2012).

Ciampa declara que antes de ser uma matéria da Psicologia, a Identidade é, antes de tudo, uma questão política. Os processos identitários tem profunda correlação com os processos ideológicos e de alienação dentro do sistema ao qual estamos submetidos hoje. O estudo da Identidade, e, portanto, os métodos que o acompanham, devem fundar-se na materialidade que

se expressa em desigualdades estruturantes e sistemas de polarização, dominação e exploração que cercam a vivência humana e com o compromisso de buscar formas para mudar estas condições (ALVES; MIRANDA, 2019).

Para tanto é necessário admitir que a presença do pesquisador e a instauração de um processo de pesquisa (e aqui fica destacado o caráter processual da pesquisa) já gera impacto em uma determinada dinâmica de realidade, portanto cabe tomar consciência dessas interrelações e considerar a implicação de todas as partes envolvidas para a construção de um conhecimento que seja significativo a um contexto que geralmente é marcado pela opressão (GONÇALVES FILHO, 2003).

É necessário equalizar essas relações, devolver a humanidade ao sujeito que não deve ser reduzida ao objeto de pesquisa e a um contexto que não existe em detrimento dos objetivos acadêmicos. Gonçalves Filho (2003) evidencia em suas discussões que o processo da pesquisa implica em uma hierarquização das relações que pode facilmente perpetuar uma lógica de opressão que recai sobre uma comunidade, que ele denomina de “comunidade de destino” para especificar os campos que geralmente são alvos das práticas acadêmicas, mas que pouco se beneficiam delas.

O autor destaca que a manutenção de relações verticais como essa silencia ações e movimentos que fortalecem a comunidade e constituem sua espinha dorsal de luta e resistência. Prossegue afirmando que com facilidade o olhar da pesquisa pode se voltar justamente a estes processos geradores de sofrimento, com o risco de reforçar um discurso homogeneizante da opressão. O sofrimento não é único e a identificação entre pares pode se dar por tantos outros fatores que demonstram a complexidade da estruturação da vida nesses contextos (GONÇALVES FILHO, 2003).

A narrativa da história de vida em si não carrega, necessariamente, esse ideal contra positivista do qual Ciampa (2002) parte. Dependendo de onde finca suas bases, essa metodologia pode voltar a reforçar os papéis pré-definidos de pesquisador e pesquisado no qual o primeiro detém algum nível de poder ou autoridade sobre o segundo. No campo metodológico aqui tratado, essa relação volta remeter ao papel da Verdade e de certa prepotência que pode acompanhar a postura científica ao escolher qual dos lados privilegiar (DE FINA; GEORGAKOPOULOU, 2008).

Especificamente na perspectiva identitária aqui tratada, o modo de se produzir conhecimento, em qualquer etapa desse processo, deve demonstrar a “preocupação em estudar a realidade a partir de uma perspectiva emancipadora e comprometida com a superação de

situações de desigualdade, de heteronomia e de discriminação vivenciadas por indivíduos e grupos os mais diversos” (CIAMPA; ALVES; ALMEIDA, 2017, p. 1).

Ao narrar sua história, o sujeito tem oportunidade de construir, reconstruir e reinventar os significados de suas vivências (LIMA; CIAMPA, 2017), além de evidenciar a inter-relação entre a sua vida social e pessoal (ALVES, 2017).

Outro ponto extremamente importante desta abordagem das narrativas de história de vida é que ela não limita seu foco às experiências já vivenciadas. Por partir de uma concepção dialética da construção histórica, considera-se que o sujeito se constitui na presentificação de sua história e também de seus projetos de vida futuros, ou seja, das prospecções do futuro enquanto possibilidade dialética e não determinante absoluto. Um projeto de futuro que não admite possibilidades é anti-dialético na mesma medida em que também é anti-humano (CIAMPA, 1984).

A interação entre a história de vida e os projetos de futuro se traduzem no processo de construção da subjetividade, que nunca se dá como projeto concretizado. O passado e o futuro como uma construção do agora dão outra dimensão à experiência humana que pode ser expressada na fala de uma história contada por um narrador que é parte e todo simultaneamente (ALVES, 2017).

As narrativas começam onde terminam as descrições e elas tem o poder de afetar tanto o narrador quanto o contexto do qual tratam (LIMA; CIAMPA, 2017). Neste sentido, a escuta destas narrativas de histórias de vida e projeto de se constituem enquanto metodologia que traz a possibilidade de compreender as metamorfoses do processo de Identidade, dando espaço e voz para manifestação dos sentidos e significados que permeiam as vivências inter e intrasubjetivas.

No estudo da Identidade não se faz distinção entre meios e fins. A alusão à possibilidade de se vislumbrar fragmentos de uma emancipação do mundo colonizado pela racionalidade sistêmica e que perpetua tantas formas de opressão, humilhação e cerceamento das possibilidades de ser, se dá quando admite-se essa concepção sistêmica, integrativa e multidimensional de ser humano e realidade; concepção esta que se expressa no encontro do relato autobiográfico com a escuta sensível produzindo narrativas carregadas de significados a respeito de si, do coletivo, do mundo e tudo o que permeia essas relações.

Assim, é de suma importância partir da história de vida e projeto de futuro dessas mulheres para identificar quais e como são estabelecidas, percebidas e vivenciadas as relações com o sistema de poder vigente e com as políticas públicas que tem por objetivo minimizar essa diferença de poder.

Partindo dessas concepções metodológicas e epistemológicas estruturou-se o percurso para realização deste trabalho.

Como início desse processo, foram selecionadas duas usuárias do Sistema Único de Assistência Social a partir do público que é ou já foi atendido por dois ou mais programas, projetos e benefícios previstos na Política Nacional de Assistência Social. Os critérios de seleção foram: usuárias envolvidas com um ou mais aspectos do SUAS para possibilitar a maior diversidade de relatos sobre experiência com a Política de Assistência Social; as participantes deverão ter idade superior a 18 anos, já que a inserção na maioria dos programas, projetos e benefícios do SUAS preveem este recorte de idade e por fim, as narradoras deverão ter acesso a formas de comunicação remota, como telefone ou videoconferência.

Dentre as participantes houve a identificação do sujeito emblemático, pelo qual foi possível elaborar a análise de sua narrativa de história de vida, identificando as metamorfoses que expressavam as construções sociais, as condições sócio-históricas e os movimentos de identidade que podem ser expressados através da metodologia adotada.

Na concepção do projeto que ensejou tal estudo, havia sido previsto que estas duas participantes seriam selecionadas a partir de grupos e oficinas propostos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com estas OSCs, contudo, frente ao cenário imposto pela pandemia da COVID-19, tais atividades foram suspensas com base em decretos municipais e estaduais para evitar a formação de aglomerações e o consequente aumento da possibilidade de contaminação da população.

Tendo em vista as particularidades da pandemia nas comunidades socialmente mais vulneráveis e a taxa de mortalidade que se apresenta substancialmente maior nestas regiões, adequamos parte da metodologia proposta para respeitar estes processos e não colaborar com o possível aumento destes índices.

Isso em vista, optou-se por recorrer a estas OSCs para acessar pessoas que não mais estivessem vinculadas à instituição, mas que pudessem apresentar o perfil esperado para este estudo. Dessa forma, não seria necessário adesão aos procedimentos institucionais que em circunstâncias diferentes poderiam colaborar no vínculo entre a pesquisadora e as narradoras.

A necessidade de acesso às tecnologias de comunicação foi um recorte adotado para facilitar a execução das entrevistas da forma mais segura possível, mas foi decisão tomada tendo a consciência de que parte significativa das usuárias da Assistência Social não tem acesso à estas tecnologias ou não dispunham de condições para participar de um ou mais encontros com a pesquisadora, principalmente diante da conjuntura do isolamento social que se desenrolou ao

longo de 2020, na qual essas mulheres se viam sobrecarregadas pelos afazeres domésticos, laborais e de cuidados com a família.

Também por isso determinou-se que a participação na pesquisa fosse voluntária, para que após a explicação da proposta do trabalho, as mulheres pudessem manifestar ou não interesse de participação.

Após elucidação dos objetivos e fundamentos do projeto e devida concordância de participação através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1), entregue às participantes em duas vias, foram agendadas entrevistas para que as usuárias pudessem relatar suas histórias de vida livremente. As sessões de entrevistas foram individuais, executadas com uma usuária por vez e foi explanada junto das narradoras a possibilidade de agendar mais de um encontro para realização da entrevista.

A escuta e condução deste procedimento foi realizada de forma a permitir “captar a dinâmica do processo de identidade sem que esta, ao revelar, oculte os próprios dados coletados, ou ainda, sem correr o risco de direcionar o conteúdo desses” (ALVES, 2017, p. 34).

A fim de garantir este aspecto do processo, sugerimos às participantes que buscassem local conveniente para garantia da tranquilidade e privacidade das mesmas durante a entrevista. É importante ressaltar que as metodologias de comunicação à distância não favorecem a criação de ambiente e do vínculo com a pesquisadora, por isso foi empenhado uma quantidade adequada do tempo da entrevista inicial a fim de ofertar as garantias possíveis ao sigilo do processo da entrevista.

A média de duração das entrevistas foi de cerca de uma hora, considerando todas as peculiaridades do processo de entrevista acima descritas.

Encontramos o sujeito emblemático na história de Rosa, uma usuária do SUAS há mais de 10 anos e que nos últimos 3 anos também é uma trabalhadora desse sistema.

Rosa tem 42 anos, foi beneficiária do Bolsa Família por quase uma década e sua família participa de programas e projetos federais e municipais no âmbito socioassistencial. Rosa também participa de grupos socioeducativos em seu CRAS de referência, foi representante da sociedade civil na última Conferência de Assistência Social Municipal e recorre ao atendimento emergencial da proteção social básica quando necessário.

A análise das narrativas foi realizada a partir de uma leitura “da totalidade em oposição a uma leitura fracionada e imediata” (ALVES, 2017, p. 40), de modo a identificar o movimento de metamorfose do processo de identidade.

Dessa forma, assumir a metodologia dos relatos autobiográficos se adequa a proposta deste trabalho que pretende lançar olhar que permita a reflexão a respeito da constituição da

identidade, sobretudo sobre a relação entre política de identidade e a política Pública de Assistência Social.

## 6. ANÁLISE

Chega-se então a uma das partes mais importantes deste trabalho, o momento no qual vemos compartilhada a história de vida de uma autora que nos empresta sua narrativa para materializar processos e conceitos, explanados em capítulos anteriores, e nos ajuda a compreender como essas construções se configuram nos processos de metamorfose da identidade.

Esse movimento demanda respeito e responsabilidade. Não apenas pela contribuição teórica e metodológica que essa narrativa pode trazer para a consolidação e o adensamento de uma teoria sobre identidade em Psicologia Social, mas pelo momento de importância e de voz dessa narradora.

Rosa tem 42 anos. Se apresenta primeiramente como mãe e mulher. Logo depois emenda sua descrição como uma trabalhadora orgulhosa. Tem três filhos: Carol, Henrique e Rafaela. Esses detalhes, não tão pequenos merecem seu lugar de destaque e abertura da sessão de análise desta dissertação porque Rosa é coautora desse trabalho e se coloca como tal desde nosso primeiro contato com ela.

Cabe aqui um adendo: Rosa foi quem escolheu seu pseudônimo e ajudou na construção da nomeação de seus personagens, que aconteceram a partir de figuras de linguagem utilizadas pela própria narradora.

Rosa também investe um pouco de seu tempo antes, durante e depois da entrevista nos contando como é bom ser ouvida, como é bom saber que sua história pode contribuir para a vida de outras mulheres que tiveram experiências semelhantes ou não às suas. Essa declaração é carregada de um sentido importante que esperamos poder desenvolver e aprofundar ao longo da análise.

Além de mãe, mulher e trabalhadora, Rosa também é usuária do SUAS e se percebe como tal desde que começou a trabalhar na Política de Assistência Social. No momento da entrevista, Rosa trabalhava no setor administrativo do CRAS localizado no território em que mora por uma decisão da gestão da política de assistência de seu município. Esse fato, segundo a narradora, está profundamente relacionado ao desempenho de seu papel social de mãe e de mulher, outro ponto que será aprofundado a diante.

A narradora é usuária da Assistência Social há mais de 10 anos. Foi beneficiária do Bolsa Família, participou de alguns projetos desenvolvidos por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), sua família participou de programas assistenciais municipais e é acompanhada

pela proteção social básica em seu território. Sua história narrada evidencia uma trajetória marcada por vivências que fundamentam muitos dos debates na Política de Assistência Social e dentro de suas especificidades, essas experiências também são representativas de uma dimensão universal que recai sobre inúmeras brasileiras.

Dessa forma, tomamos o espaço e o respeito necessários para a apresentação de Rosa por ela mesma e passamos a palavra principal para a narradora.

### **6.1. A Rosa-semente e o potencial de vida**

*Minha história? Desde as minhas fraquezas? Vamos começar pela parte que eu me tornei mãe, que é a melhor história.*

A narrativa inicia com a apresentação direcionando o olhar do pesquisador, assim como Severino faz na abertura de Morte e Vida Severina: apresentando o lugar de que parte. No caso de Rosa esse lugar não é geográfico, mas um lugar simbólico, um lugar definido por um marco emblemático na construção da identidade da mulher.

O papel social de Mãe é uma construção que permeia tanto a constituição do feminino como também tem um lugar bastante central na Política de Assistência Social como comentado anteriormente (SANTOS; HECKERT; CARVALHO, 2017).

Como apresentado por Butler (1990), a construção de gênero acontece pelos meios discursivos e a construção do papel materno se dá mediante a construção das relações sociais e a vivência das discrepâncias da socialização de homens e mulheres.

O ser Mãe localiza a narradora em um ponto bastante específico das relações de poder hierárquicas da sociedade (BUTLER, 1990), ao mesmo tempo, da forma como narra, abre sua apresentação e convida para entender a extensão desse papel e seus desdobramentos em sua vida.

*[...] quando eu me tornei mãe, foi um momento meio complicado pela primeira vez, descobrir a gravidez por mais que eu queria. Foi uma gravidez difícil...é...e até referente ao pai foi meio difícil, [...]. E assim, apoio eu não tive. Particularmente por parte do pai. Então assim, foi uma criança que eu criei sozinha com a ajuda dos meus pais. Não conhecia nenhum tipo de recurso, nenhum tipo de ajuda no tempo dela, não conhecia nada. Nesse tempo era difícil alguém falar que existia algum tipo de ajuda, eu não conhecia. Então assim, o pouco que eu ganhava eu sustentei minha filha, né?*

Aqui Rosa menciona pela primeira vez sua experiência com a Política de Assistência Social e manifesta que não tinha conhecimento de recursos, serviços ou qualquer suporte que

seria seu direito na condição socioeconômica e psicossocial em que se encontrava. Além de não conhecer os recursos dessa política, um sentimento ou impressão fica muito claro em sua história: a solidão.

Esse sentimento é bastante marcante neste ponto da história da narradora e se estende até sua segunda gravidez na qual ela reafirma:

*[...] continuei a vida e engravidei novamente do meu filho. Foi uma gravidez difícil, uma gravidez com depressão, tentando suicídio de mim e da criança e ... em nenhum momento eu aceitava e também não conhecia nenhum recurso que pudesse me ajudar também. Foi uma gravidez que eu passei necessidade, meu filho ia nascer e ele não tinha nada. A única coisa que eu sempre soube nas gravidez era curso de gestante de [cita nome de OSCs da sua região], alguns locais espíritas que faziam o curso. Então foi a única coisa que eu tive.*

Vemos uma Rosa solitária, que precisa encontrar em si todos os recursos necessários para sua manutenção e a dos filhos. E por manutenção aqui entenda-se mais do que as necessidades básicas e materiais.

Os processos de metamorfose que formam a identidade dependem da construção de sentidos e significados que acontecem durante o processo de socialização humana, fazendo dessa uma constante interlocução entre as dimensões objetivas e subjetivas (CIAMPA, 1987). Dessa forma, Rosa depende também desses recursos relacionais e simbólicos para garantir a manutenção de uma vida que seja minimamente humanizada.

Com este movimento vemos a estruturação da primeira personagem, a Rosa-semente, que precisa incorporar em pouco espaço e pouca experiência de vida todos os recursos para seu desabrochar.

Semente que não consegue encontrar muito bem as condições para sua transformação.

Ponto chave aqui é a atribuição individual dessa responsabilidade, como se Rosa se visse como uma semente que além da potencialidade de florescer, também devesse encontrar em si a água, o solo adubado e o clima ideal para o crescimento da muda.

A responsabilização individual por questões de cunho coletivo é processo comum nos três papéis sociais que a narradora identifica logo de início: o de mãe, mulher e usuária da assistência social. Estes papéis e as condições de existência se entrelaçam vividamente no caso da condição de vulnerabilidade social (MARTINO, 2015).

A Rosa-semente se vê como uma mulher que performa seu papel de gênero mediante a falta e a ausência de recursos, que se vê como incompleta ou insuficiente para tal (BEAUVOIR, 1990), enquanto também se vê como mãe e responsável principal, senão única, pela manutenção da vida e do cuidado de si e dos seus, que deve deter ou procurar as condições necessárias para

dar cabo de seu desenvolvimento e de sua família (MARTINO, 2015). Simultaneamente ela também é vista como a chefe de família, aquela a ser monitorada por diversas políticas de Estado e por uma instância que é organizada de forma a prestar suporte ou auxílio mediante a constatação de sua incompetência na gestão familiar (DUQUE-ARRAZOLA, 2008).

A protagonista compartilha que a carga de responsabilidade a ela impingida resultou no seu engajamento em diversos trabalhos informais para viabilizar a manutenção mínima das necessidades da primeira filha, Carol.

*Tudo na minha vida mudou quando eu tive minhas crianças. Foi ter minha filha e meu pai não queria que eu fosse morar com o pai dela, então assim, tive que ficar na casa da minha mãe. E no tempo eu trabalhava na pizzaria para ganhar R\$10. Eu trabalhava das 14:00 e saía 3:00 da manhã para ganhar R\$10, que era dinheiro no tempo né? Era onde eu me virava, dava as coisas para a Carol. Minha mãe só com alimento que ela ajudava dentro de casa. Então assim, eu me virava com pouquinho, sempre comprava as coisas pra minha filha. Ela sempre andava bonitinha. Me virava também com meu dinheirinho, fazia uma unha e fazia esse bico intercalado, mas eu também tinha uma vida diferente. Uma vida de balada, de droga, de bebida. Então assim ... foi difícil.*

O trabalho precarizado é uma das primeiras condições que determinam um lugar social de subalternidade à mulher. A necessidade de prover o sustento familiar alia-se à falta de recursos e acaba favorecendo que mulheres em situação semelhante a de Rosa precisem assumir múltiplos trabalhos em regime informal, o que, por sua vez, reforça o ciclo de pobreza ao ocupar o tempo dessas mulheres em atividades sub-remuneradas e em condições perigosas de trabalho. Esse movimento dificulta a ascensão para extratos sociais mais altos pois não se tem os meios para tanto (MARIANO; CARLOTO, 2009).

Em termos identitários, esse pode ser reconhecido como um dos meios que compõe a política de identidade das classes subalternizadas. Essa política de identidade pode ser entendida como um conjunto de práticas que no âmbito social, institucional e das interrelações que determinam de forma externa o lugar e quais são as possibilidades subjetivas e objetivas de sujeitos e grupos (YAZBEK, 2003).

As classe subalternizadas estão sob políticas de identidade alinhadas com formas heterônomas de ser (HABERMAS, 1983). A heteronomia habermasiana se aplica aqui quando uma série de mecanismos são impostos aos indivíduos de uma forma opressora que vai esvaziando sua vida de sentido e, portanto, limita as possibilidades de existência de sujeitos e grupos.

Esse esvaziamento pode ser percebido de forma progressiva na narrativa de Rosa, que mediante a desempenho dos papéis de Mãe e Mulher vai experimentando uma relação com o sistema político-econômico que pode ser descrita como uma violência estrutural que impacta nas formas de expressão de sua subjetividade.

O resultado dessa confluência de dois papéis na Rosa-semente, o de Mãe e Mulher, gera o que a narradora descreve como essa solidão irreparável, que lê na falta de suporte familiar, comunitário e de Estado que ela não soube procurar e, sendo assim, seguiu sua vida através dos recursos próprios e muitas vezes precários para dar conta dessas necessidades. Lidar com essas constantes ausências a levaram a desenvolver questões relacionadas a sua saúde mental e que, em um de seus momentos mais críticos, resultou em uma tentativa de suicídio durante a segunda gestação.

*Do meu filho foi uma gravidez pior, porque foi uma gravidez que eu não tive o pai, eu descobri com 3 meses...que o pai trabalhava, mas eu descobri que ele foi preso. Então eu levei uma gravidez com depressão onde minha mãe me excluiu, onde eu não encontrei recurso ou ajuda pra mim. Foi uma gravidez que, como eu comentei, onde eu tentei me matar, tentei matar a criança, né? Tive N complicações no parto, mas graças a Deus, pela Glória de Deus meu filho está hoje vivo. Me arrependo muito, mas infelizmente eu não estava dentro de mim mesma e não encontrei força em ninguém, porque não achei ajuda de ninguém. Não achava, não tinha, não conhecia de verdade.*

O adoecimento de Rosa se dá em um momento em que a semente não se vê como capaz de florescer, segundo a narradora. Em diversos momentos ela faz uso de alegorias que indicam esse potencial desperdiçado para se referir aos primeiros marcos de sua vida, reafirmando uma sensação e um sentimento de incompetência no cumprimento de requisitos que Rosa toma como básicos para seu desenvolvimento como mulher e mãe.

A Rosa-semente acredita que precisa ter em si todos esses recursos, ou seja, acredita que as condições para seu desenvolvimento são inerentes a ela mesma.

Partindo da concepção de identidade de Ciampa (1987) entende-se que a identidade não possui qualidades ou substâncias inerente justamente por ser construída através das sucessivas metamorfoses que decorrem da atividade do sujeito no mundo.

A ideia de uma qualidade inerente que é percebida na manifestação dessa personagem em específico está ligada ao processo de mesmice, definido como uma reposição constante de personagens de uma forma a produzir a aparência de uma não-metamorfose (CIAMPA, 1987).

Essa reposição também está vinculada as personagens pressupostas implicadas no desempenho do papel de mãe e mulher.

Segundo Butler (1990), é bastante característico que a formação do gênero feminino carregue uma alta carga moralizante, portanto, é comum que o desempenho desses papéis sejam acompanhados por uma concepção internalizada que coloca as mulheres como aquelas naturalmente cuidadosas, zelosas e portanto responsáveis pela manutenção da vida do núcleo familiar.

A construção dessa personagem pressuposta da mulher e mãe é frequentemente acompanhada da experiência de culpa, justamente diante do confronto da impossibilidade de reter em si essas características que são socialmente consideradas necessárias para o bom desempenho do papel de mãe e mulher.

O confronto com essas personagens pressupostas acarretam na narrativa de Rosa, na experiência de uma má-infinitude que se expressa na negação das metamorfoses e a constante reposição da personagem Rosa-semente.

Esse movimento reforça essa concepção trazida pela narradora a respeito da sua não adequação aos papéis sociais de mãe e mulher e esse processo, por sua vez, se relaciona com o adoecimento da narradora, que se vê presa a essa mesma manifestação de identidade.

*Uma burrada atrás da outra, uma burrada atrás da outra e eu achava que aquilo estava certo. Eu achava que era o correto até eu passar por esses problemas. Eu passava por problemas normais que a gente mesmo procura. Aí passei pela minha gravidez, gravidez que quando eu descobri, repito, foi uma depressão, onde minha mãe me isolou mais ainda. Aí que eu fiquei depressiva mesmo. A mudança do meu corpo, engordar, porque eu era muita vaidosa, eu tinha que olhar pro meu corpo e ver aquele corpo com barriguinha pra dentro, sabe? [...]Então assim, pra mim foi tudo repentino aquela gravidez, encarar aquela gravidez foi tudo repentino. Eu não estava pronta para ser mãe naquela hora. Por mais que eu já fosse mãe, mas eu não estava pronta para ser mãe de novo. A minha filha nunca...por mais loucuras que eu fizesse, minha filha andava igual uma princesinha, a Carol andava igual uma princesinha de verdade, porque eu nunca deixei faltar nada pra ela. Mas com a gravidez do Henrique a coisa apertou, e dentro de casa de mãe, estar grávida de novo. Aí minha mãe me isolou, eu senti alfinetada do meu pai. E foi onde mais doeu.*

Rosa reafirma seu lugar de solidão e aqui evidência como as mudanças físicas da gravidez eram ligadas à mudanças em seu estilo de vida e suas perspectivas, ressaltando que existe um lugar pré-determinado para o desempenho do papel de mãe ao qual Rosa teve dificuldade de se adaptar. Também traz a experiência com a família durante a gravidez de Henrique, na qual ela se viu isolada e sem apoio dos pais.

Rosa experimenta metamorfoses importantes nesse momento. Na medida em que descreve as alterações de seu corpo ela também indica uma alteração de perspectiva, uma condição que implica na transformação nas formas de expressar sua identidade. O sentimento de solidão se reforça durante a gravidez de Henrique e se vê precisando fazer novas articulações para conseguir se encaixar novamente no papel de mãe de dois filhos.

Ela traz um agravamento das dificuldades materiais, mas também das relacionais. Suas relações significativas, principalmente com sua família, ficam cada vez mais fragilizadas e Rosa se vê perdendo espaços de afetividade que são importantes para sua socialização enquanto sujeito (BERGER; LUCKMANN, 2003).

É altamente ilustrativa a forma como a ausência do Estado e da Política de Assistência Social, se configuram de forma violenta na vida de Rosa. Furlan (2020) faz conexões importantes entre o papel do Estado e o desenvolvimento das identidades e as (bio)políticas.

Segundo o autor, que se sustenta em teóricos como Walter Benjamin e Achille Mbembe, a política de nosso tempo é baseada em um estado de exceção na qual a falta ou a ausência é a regra e o exercício do poder se dá através da regulação dos corpos, da vida e da morte (FURLAN, 2020).

A ausência estatal que se desenrola na regulação desses corpos vulneráveis é um exercício pragmático das instâncias de poder que definem quais vidas valem ser vividas ou não (LIMA, 2010). No caso de Rosa, observamos na analogia feita por ela a semente que contém em si o potencial de florescimento, sufocada não apenas pela ausência de recursos para seu desenvolvimento, mas também submetida a condições concretas que tornam quase impossível a composição de um cenário que não seja catastrófico.

As individualizações de questões sociais é o que Carlotto (2015) indica como uma das evidências do desmonte do SUAS, que passa a funcionar como uma política cobrativa e corretora das famílias a fim de adequá-las para o mercado de trabalho. A cobrança e responsabilização acaba geralmente recaindo sob a figura da mãe chefe de família que, para acessar os recursos ofertados pela assistência social, precisa se adaptar ao tempo e modelo de atendimento que é determinado pelos serviços do SUAS.

A conversão da matricialidade familiar em familismo é mais uma faceta da política de identidade das classes subalternizadas. Aqui, as mulheres recorrem aos recursos da Política de Assistência Social para buscar a sobrevivência de si e sua família, mesmo que muitas vezes já estejam submetidas a lógicas de trabalho desumanas.

Carlotto (2015) ainda coloca que o acesso à muitos dos recursos da assistência depende dessa adaptação da usuária e de sua família à lógica do SUAS o que não necessariamente

favorece o fortalecimento da autonomia das usuárias. É mais uma prática que se desdobra da lógica de heteronomia (HABERMAS, 1983) e muitas vezes colabora para a perpetuação de uma condição de alienação e restrição aos ciclos intergeracionais de pobreza (YAZBEK, 2003)

Dessa forma, a trajetória identitária da mulher em condição de vulnerabilidade é uma luta pela vida, na medida em que a reunião das condições que definem suas metamorfoses são movimentos que muitas vezes estão intimamente ligados com a manutenção da sua existência objetiva.

O que vemos na narrativa de Rosa, é que a perspectiva presente que ela narra sobre seu passado carrega muitas dessas concepções presentes na materialidade da PNAS, mesmo que as metamorfoses que ela experimenta nesse momento não estejam vinculadas à vivência direta com o SUAS.

É importante ressaltar como a metamorfose em si não significa a aquisição de fragmentos emancipatórios. Nesse ponto da narrativa, percebemos como a narradora experimenta diferentes metamorfoses ainda dentro do movimento de reposição de suas personagens. A reposição da personagem Rosa-semente é o direcionamento dos processos de identidade fundamentados nessa ideia essencialista, sobre recursos e condições que ela deve encontrar em si para desempenho adequado do seu papel de mãe e mulher.

A concepção essencialista apenas oculta o movimento de metamorfose, pois na busca pela manutenção da vida, Rosa nos mostra que conseguiu recolher recursos pessoais e sociais mínimos que impediram a finalização de sua trajetória e possibilita a sequência de sua narrativa.

*Continuei minha vida com os dois, bem difícil, ficou mais apertado devido a situação financeira. Não conhecia também nenhum tipo de ajuda de órgão, de local nenhum, nada, desconhecia mesmo, acredito que foi falta de informação também né. E aí foi onde eu casei de novo depois, mas eu fui morar junto com o pai da Rafaela [...] E levando a vida, percorrendo, morando em lugar com enchente com meus três filhos, de aluguel. Sofri cinco enchentes, perdi tudo. Meus filhos ficavam dentro da água podre. Apanhei do pai da minha filha, não tinha recurso de novo. Tentei suicídio novamente e ninguém, nenhum órgão veio me ajudar, nenhum órgão me ajudou. Fui na delegacia e a única coisa que a delegacia me falou foi do [Centro de Referência e Apoio à Mulher] e também falou que eu não precisava de medida protetiva, mas ele tinha me ameaçado, né? Ele tinha me batido. Aí retornamos, tive que retornar, isso quando eu estava morando com ele no [bairro do município]. Ai quando eu vim pra casa dos meus pais minha mãe não me aceitava lá com meus três filhos. E aí o que eu tive que fazer, por não ter recurso, por não ter apoio, por não ter ninguém comigo, eu tive que voltar com ele.*

Aqui Rosa abre sua narrativa para experiências importantes que merecem atenção nesta análise. O primeiro destaque observado refere-se à forma como ela vem compondo a narrativa das tentativas de suicídio que se ligam de modo quase orgânico ao começo de seu relato das vivências de violência doméstica. Na totalidade da narrativa e no confronto com o que é narrado, pode-se evidenciar como essas duas experiências não acontecem independentemente, mas sim sob um panorama social que define a experiência enquanto mulher na nossa sociedade como a legitimação de uma vida marcada por diferentes tipos de violência (DAVIS, 2018). A relação entre essas vivências de violência fica nítida quando Rosa novamente tenta suicídio após ser agredida pelo marido e precisar viver em condições de moradia precárias.

Outro ponto importante de atenção é que pela primeira vez Rosa evidencia uma falta de iniciativa do Estado em lhe prestar atendimento. Até então, a narradora identificava sua não-participação nas políticas públicas como um lapso de seu conhecimento ou a falta de informação que ela mesma carregava, contudo, após o episódio em que é agredida pelo companheiro, descreve os caminhos institucionais percorridos para garantia de sua proteção e de seus filhos e a falta de apoio percebida para garantia desse suporte.

Essa mudança de perspectiva constitui uma metamorfose no movimento de identidade de Rosa e expressa um ganho simbólico que implica em uma transformação na forma de compreender o mundo. Nesse momento a narradora mostra que já há uma clareza com relação a certos papéis de responsabilidade do Estado.

Rosa se metamorfoseia na medida em que se relaciona com o mundo. Muitas das vivências nessa relação partem de seu lugar como mãe, mulher e pobre e o que a narradora traz é que as experiências que partem desses lugares são experiências de violência.

Dessa forma a mudança na perspectiva da narradora que observamos até o momento, na qual ela começa a se perceber como parte de um sistema que envolve sua família, sua comunidade e o Estado, é motivada por essas vivências de violência e não legitimação de suas demandas. O que Rosa conta é um cenário no qual ela se sente desprotegida e constantemente suscetível a essas formas de violência e desrespeito que englobam a condição de vulnerabilidade e risco social. A proteção social se torna emblemática por estar diretamente relacionada com a proteção de sua integridade física e como sujeito.

Porém diante da falta de condições e de suporte do Estado, da família e da comunidade, ela se vê obrigada a reatar a relação com o marido. Em seu discurso fica claro que a dependência financeira era o motivo principal pela manutenção da relação.

A solidão ganha peso na narrativa e a Rosa-semente começa a se ver na impossibilidade de garantir sozinha todos os meios para sua sobrevivência e de seus filhos. Nesse contexto de

solidão e insegurança e a partir da consciência de que muitas vezes sua vida esteve em risco por falta de recursos aos quais ela tem direito, Rosa começa a nomear as privações a que está sujeitada, e a busca responsáveis por lhe garantir algum tipo de suporte.

Neste momento da narrativa é possível observar transformações significativas. Ao buscar novas formas de viabilizar sua existência, Rosa agrega características à Rosa-semente que indicam o surgimento de outra personagem.

*Minha filha foi morar com a minha mãe e aí eu fui suportando essa situação, sem ajuda de ninguém, sem suporte de ninguém. Ninguém nunca chegou a bater na porta da minha casa. Tanto...nenhum nem nada de assistência social, nada de polícia, nada de nada, porque ninguém, quando a mulher precisa nessas horas, infelizmente ninguém aparece, tanto que há muitas mortas hoje, né. E como eu digo sempre, eu poderia ser mais uma na estatística, mais uma morta que eu nem estaria contando minha história hoje.*

Rosa começa a dar indícios de que entende que sua trajetória e suas vivências ultrapassam a experiência pessoal, e que ocupa um lugar determinado por se encontrar na condição de mulher, mãe e pobre. Reconhece e se solidariza com pessoas que tem trajetórias parecidas com a sua e que muitas vezes não resistiram a tal ausência que ela vem denunciando ao narrar sua história de vida.

Aqui é marcada mais uma metamorfose da narradora, na qual as repetidas experiências de violência dão lugar a uma Rosa machucada e que fala bastante sobre sua bagagem de humilhação na vivência de suas personagens e no desempenho de seus papéis sociais.

A narradora se vê violada em sua integridade física e emocional. As experiências de violência e humilhação tem um impacto também simbólico, determinando quais são as possibilidades que Rosa pode assumir enquanto sujeito. O estabelecimento de um padrão de existência garantida pela sua condição como cidadã é continuamente desrespeitado por ser mulher, pobre e ter a responsabilidade de garantir a proteção de sua família diante de todos os impeditivos materiais e simbólicos que ela vem mostrando em sua narrativa.

Recorremos a Honneth para buscar compreender um pouco desses processos e de como eles impactam nos movimentos de construção da identidade.

Para o autor, a experiência da humilhação é correlata à experiência de desrespeito do direito, que por sua vez são desdobramentos da privação do reconhecimento. Para ele o desrespeito se apresenta como a recusa do reconhecimento (HONNETH, 2003).

O reconhecimento é processo fundamental para a formação de um sujeito que se veja possibilitado de agir perante o mundo e compreender-se dentro das redes de relação que compõe sua vida, por isso a recusa do reconhecimento afeta a identidade no sentido de anular esses

processos constitutivos do indivíduo. Assim, “com a experiência do rebaixamento e da humilhação social, os seres humanos são ameaçados em sua identidade da mesma maneira que o são em sua vida física com o sofrimento de doenças” (HONNETH, 2003, p.213).

Mais sobre esses conceitos serão explorados mais adiante porque a partir deste ponto da narrativa de Rosa, o reconhecimento passa a ter um papel central na medida em que ela discorre sobre suas experiências de humilhação. Tanto o desrespeito quanto o reconhecimento são processos que permeiam e orientam boa parte das metamorfoses identitárias da narradora.

*Então eu fui uma onde eu tentei me suicidar, com tantos problemas que eu tinha e não existe recurso. Eu passei por apanhar, humilhada, jogada com meus filhos, passei fome, tive que...muitas vezes eu deixei de comer quando eu morava no [bairro do município] com o pai da minha filha, eu deixava de almoçar...[voz embargada] pros meus filhos poderem comer a noite. Eu nunca vou esquecer dessa cena. E se existisse algum recurso com que ajudasse, eu nunca vi, ninguém nunca bateu da minha porta, independente de eu ter feito até um boletim de ocorrência.*

A Rosa do presente fala a respeito da Rosa no passado e ao fazer isso se apropria de sua história e consegue refletir sobre os lugares que ocupava antes e ocupa agora na ordem social. A narradora mostra como o passado é imbuído de um sentido presente, demonstrado como a identidade é metamorfose, como o passado pode ser ressignificado e o presente se constrói como possibilidade (VEIGA; ALVES, 2020).

Nesse movimento de apropriação e ressignificação de sua narrativa, Rosa percebe que a sociedade funciona mediante o estabelecimento de uma hierarquia de poder e que ela se encontra em um lugar de subalternidade nessa lógica.

Para Yazbek (2003) a experiência de subalternidade é um processo atravessado pela construção social que se desenrola em um determinado contexto histórico e que dessa forma cunha o lugar social. A experiência social é a emergência de sentimentos, pensamentos e ações que surgem na relação com o outro e é a partir dela que nos apropriamos da realidade. As mediações que constituem a vida social, portanto, se traduzem nos processos de identificação e de construção das identidades.

A autora prossegue dizendo que as

Designações tais como inapropriados, marginais, incapazes, problematizados, dependentes, alvo de ações promocionais e outras lutas constituem expressão de relações socialmente codificadas e marcadas por estereótipos que que configuram o “olhar” sobre as classes subalternas do ponto de vista de outras classes e, ao mesmo tempo, definem as posições que os subalternos podem ter na sociedade (YAZBEK, 2003, p. 75).

A solidão, a ausência e o esquecimento que Rosa traz nesse momento de sua narrativa se associa a um lugar que lhe é pré-determinado, uma identidade pressuposta que dita suas experiências e que gera esse esvaziamento de sentido quando confrontada pelo sujeito que não se reconhece mais nessa determinação.

Rosa não se reconhece no local de subalternidade que lhe foi atribuído e por isso é capaz de nomear a ausência de recursos que deveriam estar presentes nesse momento de sua vida para evitar que a condição de risco social se agravasse.

A falta de reconhecimento e o apagamento de Rosa como pessoa de direitos, a adoecem cada vez mais e novamente busca meios para acabar com a própria vida. Esse ato reforça o impacto das estruturas de opressão na construção de sua identidade e mostra uma não conformação com elas ao ponto de recorrer a medidas drásticas para sanar as sequentes vivências de violência.

Rosa mostra como a recusa de reconhecimento é uma construção de suas inúmeras vivências de desrespeito e se manifesta com uma carga de violência redobrada quando a condição de mãe, mulher e pobre se encontram.

Honneth (2003) afirma que essa estruturação violenta da falta de reconhecimento se dá porque esses processos se manifestam através de três formas principais de desrespeito: o físico, que interfere na auto-relação do indivíduo com seu corpo e a possibilidade de conexão com a realidade; o moral, que afeta o auto-respeito e exclui o indivíduo da posse de determinados direitos dentro da sociedade; e o rebaixamento do valor social de indivíduos e grupos, que está diretamente relacionado à hierarquização de valores e modos de vida e à impossibilidade desse sujeito se reconhecer como um ser estimado por suas capacidades características.

A experiência de humilhação e violência de Rosa vem de encontro com essas três formas de desrespeito que se constroem em diversas direções, ou seja, são constituídas e fortalecidas na vivência da violência doméstica, na dificuldade de acesso às políticas públicas, no afastamento das redes de apoio, na carga moralizante da sociedade que ela internaliza e tantas outras frentes que constituem a experiência de violência da mãe, mulher e pobre como algo não pontual, que não é isolado ou consequência de fatos infortúnios.

Portanto, é daí que vem o processo de adoecimento que a narradora conta em sua história. As tentativas de suicídio são a sumarização de todas essas condições.

Enquanto isso, é importante considerar que o primeiro atentado contra a vida de Rosa veio da própria ausência do Estado que não foi capaz de defender condições mínimas para garantir sua dignidade. O exercício da cidadania no contexto das políticas públicas se distancia de realidades como as da narradora aqui presente, pois a discussão fundamental da

materialidade na vida de tantas Rosas é prioritariamente a respeito das estratégias de sobrevivência e do reconhecimento de sua humanidade.

A construção desse discurso está muito vinculada com a sua vivência com o ex-companheiro.

*[...]eu queria ter história como mulher e como mãe.[...] eu estava morando lá com ele, ele...teve a primeira reação de bater na minha filha, de bater no meu filho, aí começou com brigas e brigas...Acho que nesse tempo era a gravidez da Rafa, no começo da gravidez foi onde ele mostrou as garras e...como eu sempre falo, eu não sabia de nada, eu não conhecia nada e como eu sempre falo, aquela pessoa que veio do tempo das pedras ao século XXI sem conhecer.*

É interessante observar como a Rosa do presente mostra as metamorfoses da Rosa do passado. Essa identificação só é possível devido a construção dialética da história do sujeito que acontece durante a narrativa.

A narradora do presente coloca como a gravidez é um marco que pontua suas diferentes metamorfoses. Durante a gravidez de Carol, ela experimenta um tipo de maternidade, uma forma de desempenhar seus papéis sociais conforme suas condições sociais, econômicas e históricas. A Rosa-semente que se expressa na primeira gravidez busca remediar a situação de dificuldade e tenta adequar seu padrão de vida à escassez de recursos.

A forma de compreender o mundo, nesse momento é bastante característica da personagem Rosa-semente porque a narradora busca as articulações e remediações necessárias para desempenhar seu papel de mãe da forma que julga adequada.

Já na segunda gravidez, a de Henrique, ela confronta uma situação na qual essas articulações não são mais suficientes. Existe uma metamorfose na medida em que a narradora tem uma mudança na sua percepção de entendimento do mundo, mas continua se valendo de recursos parecidos para tentar garantir a proteção de sua família, ou seja, continua tentando adequar suas necessidades e as dos filhos dentro das possibilidades precárias de provimento de recursos que ela buscou até então.

Nesse momento a Rosa do presente fala sobre a Rosa do passado ao identificar que ela deveria ter acessado algum tipo de suporte público durante esse período. Mais sobre essa dialética será tratada mais adiante com o prosseguimento da narrativa.

Por fim, é durante a gravidez de Rafaela que se observa uma nova metamorfose quando ela busca uma outra forma de realização, que ela descreve na experiência de “*ter uma história como mulher e como mãe*”. As metamorfoses observadas durante a expressão da Rosa-semente indicam uma mudança nas estratégias e na forma de se atingir um objetivo final que é o cumprimento de seu papel como mulher e mãe, mas ao mesmo tempo existe também uma

reposição dessa personagem que é aquela caracterizada por uma inocência, uma ingenuidade e que desconhece os meios e recursos necessários para atingir o propósito que ela se coloca em buscar formas de realização através dos papéis de mãe e mulher.

Porém, ela conta uma mudança significativa de contexto depois que começa o relacionamento com o pai de Rafaela.

*E ali começou meu sofrimento, ali que começou minha derrota. Eu tive momentos bons, mas eu tive momentos dolorosos que infelizmente não vai sair nem da minha cabeça nem da cabeça da minha filha que a gente viveu. Ele era um homem bom, mas ele era um homem ruim...eu não sei definir bem, entendeu? Era uma pessoa que humilhava, pisava...pelo fato de eu não estar nem lá e nem cá, de não ter nada ele me falava “Você não tem nada, nem sua mãe te quer”. Então ele pisoteou bastante no meu sentido mulher, ele me destruiu. Como eu falei, e repito, ele chegava e às vezes eu tinha que deixar de almoçar pros meus filhos comerem a noite. Esconder comida. Eu pegava o dinheiro do Bolsa Família escondido, comprava as coisas escondida, escondia dinheiro. Comprava as coisas para as minhas crianças comer né, porque eles tinham o quartinho deles e eles comiam tudo escondido. Para eu não mostrar pra ele que eu tinha dinheiro também, porque se eu tivesse ele queria pegar...ah, ele fez de mim um lixo de pessoa. Chegar e falar pra mim assim...é, [durante o período menstrual] eu pedi um pacote de Modess né, que é o mais barato. Custa R\$2,00, R\$1,50...ele falar assim “Coloca fraldas da sua filha”. Então eu precisava colocar fralda da minha filha no meio das pernas.*

A relação com o marido marca um movimento do processo identitário muito importante no qual a Rosa-semente que se via na necessidade de articular recursos em busca um salto qualitativo na dinâmica de sua vida ao se engajar em uma relacionamento para assim cumprir o que ela percebe ser seu papel de mãe e mulher.

Em esse trecho de sua narrativa torna-se emblemático por mostrar a confluência de três papéis sociais que integram os processos de metamorfose da narradora: a Mãe, Mulher e a Usuária da Assistência.

O relacionamento que Rosa descreve teve um lugar importante na sua história pois não só fornecia uma perspectiva de melhora da condição socioeconômica, mas também tinha um significado de realização para o que a narradora observa como sendo suas funções como mulher e mãe.

A construção do discurso que Rosa remete ao que Butler (1990) descreve como a categoria “mulheres” é produzida e reprimida por um sistema de poder que naturaliza certos comportamentos e posicionamentos como adequados ao sexo feminino para, dessa forma reforçar seu lugar na hierarquia de gênero. Butler continua esse raciocínio e destaca como

aquilo que é tido como específico do feminino (no caso de Rosa a relação causal entre sua realização pessoal e a concretização do casamento) é muitas vezes descontextualizada da construção de raça, classe e etnia que são eixos importantes das relações de poder.

E é importante destacar que o relato de Rosa não serve para realizar uma crítica simples à instituição do casamento ou aos relacionamentos heteroafetivos e cisgêneros. Mas a vivência que a narradora descreve em seu relato é importante para mostrar como as expressões de poder se consolidam na vida de mulheres por integrarem seu sistema simbólico de percepção do mundo.

Para Rosa o casamento simbolizava essas possibilidades de aquisições e expansões de seu mundo simbólico e relacional, mas outras dinâmicas sociais de poder e opressão marcaram sua experiência para reforçar seu lugar de subalternidade e minar suas possibilidades de atingir formas mais autônomas de posicionamento no mundo, pois ela sofre com mecanismos de violência que geraram traumas os quais a narradora declara ainda lidar no momento da entrevista.

A vivência como mulher na sociedade capitalista é marcada pela violência (BEAUVOIR, 1990), mas quando essa vivência é atravessada pelos eixos de raça, classe e etnia, as formas de dominação ficam cada vez mais fortes e marcam o corpo físico e simbólico das mulheres (DAVIS, 2017).

Nesse momento Rosa também pontua sobre a participação no programa Bolsa Família, que segundo sua narrativa, é apresentado como o benefício de transferência de renda que fornece um suporte monetário e tem um papel diferenciado frente a relação com o agressor e ex-companheiro.

Segundo Carloto (2015) o programa Bolsa Família é uma das maiores representações do aumento da capilaridade da PNAS, pois estabelece um benefício socioassistencial de parâmetro nacional que em sua concepção prevê uma integração entre diversas políticas de direito como a Educação e a Saúde. Um dos argumentos mais fortes para defesa do programa é a contribuição para emancipação de mulheres e mães que através desse programa conseguem se distanciar de relações abusivas mantidas pela dependência financeira.

Esse é um ponto bastante recorrente nas discussões a respeito da efetividade do programa e com certeza deve se levar em consideração a diferença que um programa de transferência direta de renda pode ter na garantia de alguns itens básicos para manutenção da sobrevivência de pessoas e famílias em vulnerabilidade/risco social.

Entretanto afirmar que a emancipação feminina está diretamente relacionada ao programa é assumir uma posição ingênua. Carloto (2015) ressalta que a desestruturação das

Políticas de Assistência converteu o Bolsa Família em um programa que, através de suas condicionalidades, individualiza os fatores de proteção das crianças e membros mais vulneráveis da família, responsabilizando as mães que representam quase 90% das responsáveis familiares no CAD-Único. A responsabilização progride para a culpabilização quando essa responsável não pode garantir o cumprimento das condicionalidades e sofre sanções ao pagamento do benefício. Dessa forma, a mulher deve se adequar a uma condição a qual não foram fornecidos os recursos para atendimento a fim de receber valores que na grande maioria dos casos são insuficientes para representar a emancipação proposta pelo programa.

Assim, um programa com uma proposta de garantir a proteção social de famílias dos estratos mais basilares e seus membros mais vulneráveis, acaba se traduzindo na materialidade da vida das brasileiras como um benefício principalmente financeiro, que responde a uma parte das necessidades imediatas (CARLOTO, 2015).

A menção ao Bolsa Família nessa parte do discurso de Rosa mostra aspectos importantes de sua relação com as Políticas de Assistência Social: o recurso é separado de sua proposta política e é visto pela sua finalidade imediata, afinal, como se pensar política ou mudanças a longo prazo que dependam principalmente da força individual de um sujeito submetido a tais condições de desumanização?

*[...]larguei tudo de lado e fui seguindo minha vida conforme tinha que ser. Sofrendo, passando, mas eu não vivi, eu estava sobrevivendo. Chorando, me olhando no espelho e não me vendo, mas eu estava vivendo. Então foi difícil, e quando eu pensei que o sofrimento acabou, foi onde o sofrimento começou. Ou sofrimento ou aprendizado, alguma coisa eu levo disso, da relação com o pai da minha filha. E foi...momentos em que ele me olhava e falava assim “Nenhum homem olha para você, ninguém te quer, ninguém te deseja, você não é mãe, sua mãe não te quer, você é uma porcaria, você é uma gorda, você tem três filhos, seus filhos não tem pai, um de cada pai, você não tem nada, você é incapaz de sustentar você e seus filhos, você não tem habilidade para isso”... É torturante! Torturante! Mas essa batalha eu venci, eu venci...*

Rosa não conseguia reconhecer seu valor pois não se via reconhecida por aqueles com quem se relacionava, fosse seu então marido ou mesmo pelo Estado.

Os processos de reconhecimento são de suma importância na constituição da identidade pois esse processo expressa aspectos fundamentais da socialização humana e compõe um ponto chave para discussão da aquisição de fragmentos emancipatórios (ALMEIDA, 2017).

É por meio do reconhecimento que o ser humano pode se identificar perante a um grupo, cultura e contexto social, além de este ser um movimento basilar para favorecer o

desenvolvimento da crítica que o sujeito pode fazer nessas diferentes esferas ao se confrontar com as contradições do meio social (LIMA, 2010).

O reconhecimento tem uma presença muito forte e marcante na relação de Rosa com o SUAS e se revela na trajetória identitária da narradora.

A Rosa-semente se apresenta como uma personagem alheia a essas políticas, que não tinha conhecimento ou informações sobre o SUAS, seu funcionamento e os caminhos de acesso aos recursos aos quais ela e sua família tinham direito.

E nesse ponto observa-se um movimento bastante comum na implementação ou na execução das Políticas de Assistência Social.

A Rosa-semente se vê diante da necessidade de possuir em si todos os recursos para lidar com todas as dificuldades de sua vida. Mesmo que de forma precária, ela busca meios de dar conta de si e de sua família. Garantir sozinha o necessário para sua proteção.

Observa-se uma mudança nesse processo que modifica a forma como Rosa estabelece suas relações com o mundo. Ela não conseguia encontrar o reconhecimento e por isso não se reconhecia. Na sua relação com as Políticas de Assistência e o SUAS, isso se expressa na falta de informações, no não reconhecimento da existência de um sistema que tinha por fim fortalecer uma rede de proteção levando em conta as inúmeras vulnerabilidades e riscos sociais que Rosa vivia.

Essas metamorfoses denotam uma mudança na forma de manifestação da identidade da narradora que permite identificar uma nova personagem: a Rosa-erva-daninha.

## **6.2. Rosa-erva-daninha e política pública da sobrevivência**

A Rosa-semente se vê Rosa-erva-daninha quando começa a expressar uma nova metamorfose que mostra as mudanças em sua relação com o mundo e também com as Políticas de Assistência.

A reposição da personagem Rosa-semente, que se sente mal-tratada, invisibilizada e esquecida, começa a mudar quando ela passa a relacionar essas perspectivas com sua vivência no lugar de mulher, mãe e pobre, ou seja, como uma condição que não é consequência direta de sua capacidade de desempenhar esses papéis sociais.

A narradora vive a humilhação e o desrespeito na sua relação conjugal, familiar, com as instituições e seu meio de convivência de uma forma geral. A partir dessas vivências ela começa a perceber essas experiências não mais como consequência daqueles recursos e condições que

ela imaginava precisar possuir para se desenvolver, mas que como desdobramentos dessa lógica social e histórica que ultrapassa sua capacidade pessoal.

A leitura que ela faz de sua história traz uma dimensão a respeito do lugar que foi-lhe imposto assumir nessa hierarquia de poder e como ela não se adequava a ele. As restrições que sua condição de existência forçava, não permitiam que Rosa pudesse desabrochar e ela passa a se ver distante da possibilidade de realização pessoal que ela conta no início do casamento.

*Nessa época...assim...hã, eu me via como uma inútil. Hoje eu vejo como eu era uma Rosa inútil...quando, o que eu era antes eu era uma inútil...e casada, incapaz, fraca. O que a gente costuma fazer da vida, alguns erros, a gente vai tentando consertar alguns erros e parece que vai errando mais.*

Rosa se vê como uma inútil, pois os processos de reconhecimento que permeiam suas vivências dificultam sua identificação com outros papéis, mas sua fala traz um certo grau de clareza, no qual identifica que deveriam existir meios pelos quais ela pudesse receber esse suporte diante de todas as suas vulnerabilidades para poder se ver útil, ou seja, para que retomasse sua capacidade de atuação ativa diante de seu mundo.

É justamente nesse espaço de interlocução entre o que o indivíduo percebe sobre si, o que ele expressa para o mundo e o que o mundo reconhece como sendo sua individualidade que se constitui o processo de identidade (LIMA, 2010).

Nesse momento da narrativa, Rosa expressa uma visão de si que é esvaziada de sentido e, portanto, inútil para conquistar as aquisições simbólicas que ela vê como possibilidade no momento presente. E, embora essa afirmação se apresente como uma auto declaração da “inutilidade” da narradora, ela na verdade reflete todo um panorama que representa a rede de relações de Rosa naquele momento.

A Rosa-erva-daninha se vê diante dos processos de não reconhecimento. Ela indica perceber que a diferença de tratamento e de vivências entre sujeitos está diretamente relacionada à uma ordem sistêmica que a designa como excluída e subalterna.

Ela narra que percebe um olhar diferenciado da sociedade a partir de sua experiência principalmente como mãe e como mulher, colocando que esses dois lugares estão associados com a experiência de exclusão e uma negligência generalizada da sociedade para as demandas específicas desses dois papéis.

*[...] quando a gente é mãe solteira, a gente, pelo amor de Deus, a gente não é bicho, a gente não é um ser pior que ninguém nem melhor que ninguém, a gente é igual a todo mundo. Por que a gente sofre tantas represálias, tantas chicotadas? Por que a gente não tem os direitos como qualquer pessoa tem? É meio complicado.*

A Rosa-erva-daninha é aquela que reconhece a existência de um sistema desigual e exploratório na medida em que deixa de ser reconhecida por ele. A narrativa de Rosa passa a expressar pontos importantes a respeito do processo dialético do reconhecimento e as formas de ser e existir nas trocas que o envolvem.

O conceito de desrespeito trazido por Honneth discorre sobre os processos que Rosa conta enquanto narra a sua história como erva-daninha.

O desrespeito para Honneth (2018) aparece como formas de abalo das relações sociais constitutivas da subjetividade, chamadas de autorrelações. Os movimentos que resultam no abalo das autorelações expressam formas de violação estrutural dos processos identitários que tem como consequência as patologias sociais que dificultam o estabelecimento de relações sociais mais paritárias, empáticas e direcionadas a um olhar coletivo.

A fraqueza e a inutilidade vivenciadas pela Rosa-erva-daninha podem ser vistas como consequência da dificuldade da narradora estabelecer essas autorrelações que expandissem seu universo relacional e pudessem favorecer os processos identitários mais orientados às aquisições de autonomia.

No caso de Rosa pode-se perceber mudança sensível quando a responsabilização de sua condição passa a ser compartilhada com o Estado, como expressa em sua narrativa.

*Deveria ter um pouquinho mais de recurso, de programas para dar oportunidade né? Mas eu aprendi porque eu apanhei. Foi muita puxada de tapete da vida que hoje eu me tornei a mulher que eu sou. Não precisava ter sofrido tanto assim, eu podia estar muito bem hoje.*

Não é mais a Rosa-semente que via em si a responsabilidade completa de prover o necessário para florescer, agora é uma Rosa que germina não em flor, mas em algo que precisa ser mais resistente, já que as condições para seu florescimento jamais são garantidas.

A Rosa-erva-daninha é uma Rosa que se vê precisando germinar em algo que não é ela mesma, mas é o que ela precisa ser para sobreviver. Uma Rosa que se vê como inútil, mas no sentido de um projeto de vida não concretizado. Inútil perante a um potencial de transformação que é percebido pela narradora, mas que não encontra no mundo condições para desabrochar.

*Eu pensei que eu não ia encontrar força. Eu me sentia um nada, sabe Clara? Um zero à esquerda, uma pessoa inútil, um lixo, uma incapaz, uma impossibilitada, sabe? Eu não me via no espelho. Eu só via uma mulher incapaz, uma merda de mulher...Por quantas e quantas vezes eu chegava e olhava pro céu sozinha no meio da rua com meus filhos, e eu chegar a falar com Deus “Por que que você me pôs nesse mundo? POR QUE? Pra quê que você me fez conceber filhos para botar para sofrer?”*

Ao se expressar na personagem Rosa-erva-daninha, a narradora também evidencia uma mudança na sua percepção de si mesma, o que por sua vez demonstra uma mudança também na relação com as Políticas de Assistência. Aqui ela já reconhece sua necessidade, se reconhece enquanto pessoa e cidadã que precisa de suporte.

Vemos esse movimento principalmente quando narra os momentos em que estava sob risco de vida no período em que morou com seu ex-marido. Ela se reconhece enquanto vítima de violência doméstica, reconhece que fatores externos a si tem um papel importante na sua vivência como mulher.

E não simplesmente fatos externos, mas fatos sociais que são a expressão de um sistema que desde sempre não favoreceu Rosa. Pela primeira vez ela reconhece que existe uma balança de poder que pende para determinado lado a depender das condições. E ela expressa essa compreensão quando fala do lugar social determinado pela falta material:

*A gravidez difícil, não ter nada. Sabe, às vezes a gente fala na vida, Clara, que dinheiro não é tudo, mas se você não tiver dinheiro você não é nada, infelizmente sem dinheiro você não é ninguém. Para ninguém você não é ninguém, e quando você se olha no espelho sem o dinheiro, você se torna mais um ninguém ainda, porque infelizmente o dinheiro hoje-em-dia, na sociedade que a gente vive, infelizmente ele fala alto, infelizmente. Se você tem você é alguém, se você não tem você não é ninguém*

Aqui a Rosa-erva-daninha consegue reconhecer que existe uma ordem social regida por uma lógica que vai designar sua identidade de acordo com sua posição na hierarquia social que é determinada principalmente pelo acúmulo de riquezas (YAZBEK, 2003).

Ela começa a se ver como parte desse sistema e na relação com ele. Tal reconhecimento aparece na forma de denúncia, quando ela começa a enumerar os caminhos pelos quais busca ajuda, suporte e atendimento para garantir sua proteção.

*A delegada chegar e falar “Você não precisa de medida protetiva”, de eu falar pra ela que eu tentei me suicidar e a pessoa falar “Não, é normal”. Não é normal! Uma mãe sozinha, porque por mais que eu estivesse com ele eu estava sozinha, não é normal uma mulher passar isso. Sofre! É sofrimento! Pra mãe, pra criança que não está entendendo nada daquilo! Ela só vê “Minha mãe está apanhando, minha mãe está sofrendo, eu vejo minha mãe chorando” e o que ela pode fazer?...Nada! É doido, é sofrido. A gente como mulher hoje, a gente infelizmente, a gente não pode fazer nada, não existe lei pra isso, não existe órgão pra isso, porque pra mim não existe. Se existisse, não teria tantas pessoas sofrendo, tantas mulheres sofrendo, tantas crianças sofrendo, tanto idoso sofrendo. Não existe. Então pra mim, eu não acredito nisso. Por mais que eu trabalhe nisso eu vejo e não acredito.*

Ao encontrar as falhas desse sistema, a Rosa-erva-daninha se sente não reconhecida por uma política que deveria lhe proteger. Ela reconhece a existência dessa política, mas percebe que a mesma política não lhe reconhece e não legitima seu sofrimento e suas vivências.

O sistema impôs-lhe um lugar determinado, predisse suas possibilidades e definiu identidades pressupostas que localizavam Rosa no maquinário geral de funcionamento da ordem social. Designando-lhe qual era seu papel enquanto mulher, pobre, mãe e provedora em uma realidade que repetidamente lhe nega quaisquer outras possibilidades de ser.

É na falta de reconhecimento por esse sistema que a Rosa-erva-daninha se vê na possibilidade de romper com essas pré-determinações e esse movimento pode ser identificado em falas como “*a gente não é bicho*”, mesmo que o Estado tente imputar esse lugar a ela e tantas outras com as quais se identifica.

*[...] a gente não tem recurso. Não existe, não existe e se falar que existe...não existe, a gente está em um país que não existe, de verdade. Eu sou a prova de muitas, né...que muito, muito, muito a gente vê que a gente é escassa, jogada. A mulher é um bicho jogado [...]*

A fala da narradora mostra um movimento que busca repor as personagens subalternizadas. Em termos de identidade, Rosa denuncia como a lógica institucional e social continua se valendo de meios para aprisionar suas metamorfoses na mesmice da personagem oprimida que se expressa através do desempenho de seus papéis sociais.

Concomitantemente, a narradora também demonstra uma não conformação com essas políticas de regulação, apresentando uma quebra dessas reposições que Furlan (2020) apresenta como sendo um movimento base das lutas políticas pelo reconhecimento e um passo importante para a consolidação de políticas de identidade direcionadas à emancipação.

Essa quebra de paradigma com o que é pressuposto também é o que Habermas (1983) apresenta como sendo um movimento de alterização, ou seja, de ruptura com as determinações do mundo sistêmico e da criação de condições para a superação das relações de opressão.

Sobre esse processo de alterização em interlocução com os processos de identidade, Furlan (2020, p. 100) afirma que

Alterização não implica processos que expressam aparência de mudanças, mas que na verdade conformam-se como re-posições (como veremos adiante com a ideia de modulação); significa superações dialéticas, transformações significativas e profundas, em acúmulo de mudanças quantitativas que culminam num salto qualitativo, em negação da negação, ou seja, o sujeito negar as determinidades objetivas e subjetivas que lhes negam a possibilidade de atingir a condição de ser-para-si e buscar emancipação. (FURLAN, 2020, p. 100)

A negação da negação é o movimento pelo qual Ciampa (1987) descreve as formas pelas quais o sujeito deixa de ser um representante das condições do sistema e passa a ser um representante da própria identidade, pois se reconhece em si mesmo e dessa forma consegue atuar de forma mais ativa sobre os padrões sociais vigentes.

A negação da negação permite a expressão do outro outro que também sou eu: isso consiste na alterização da minha identidade, na eliminação de minha identidade pressuposta (que deixa de ser re-posta) e no desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante, em que toda a humanidade contida em mim se concretiza (CIAMPA, 1987, p. 188-189)

Nem toda metamorfose aproxima o indivíduo da alterização, para que isso aconteça as mudanças devem contribuir para a conquistas de saltos qualitativos que contribuam para a expansão da forma de compreensão do mundo e de si em direção a uma postura mais alinhada com a autonomia que a heteronomia habermasiana.

O reconhecimento também é um processo que se dá pela dialética, ou seja, é pautado no confronto das contradições. Por isso, vivenciar movimentos que possam aproximar o sujeito da libertação de algumas personagens pressupostas identificadas com processos alienantes, não exclui a vivência de processos de sofrimento e adoecimento.

Enquanto narra esse período de falta de reconhecimento, Rosa deixa essas contradições bem evidentes ao afirmar algumas vezes seu status de sobrevivente.

*É doloroso, mãe sofre, quantas estão apanhando, pressão psicológica também eu já passei, agressão, tortura, depressão, suicídio. Eu vi minha filha se mutilar, sabe? Eu tenho mais dois filhos que podem vir a acarretar sintomas do passado que eu, EU ponho, EU pus eles nisso. Eu que pus, mas eu não pus por querer, porque a gente nunca põe um filho em uma situação pra sofrer, mas infelizmente são situações da vida que a gente põe. E aí você cria mais remorso, e mais raiva, e mais desgosto e mais depressão ainda! Por olhar e você falar o que eu estou fazendo com a vida dos meus filhos? Já não fiz com a minha? Vou fazer com a deles agora? Entendeu?*

A falta de reconhecimento adoce Rosa, que já se via fragilizada desde a segunda gravidez. Submetida a diversas formas de violência doméstica. Os mecanismos de reconhecimento passam a falhar com ela e falham tanto que essa ausência de reconhecimento se transmuta em algo mais complexo, um estigma que limita as personagens de expressão de uma identidade e promovem o reconhecimento perverso que faz com que Rosa se identifique dentro desse estigma de ausência de capacidade, ausência de virtudes, de qualidades e de beleza. (LIMA, 2010)

O reconhecimento perverso de Rosa como a ausência conversa muito com as concepções de Judith Butler (1990) e Simone de Beauvoir (2009) que marcam esse processo como um constituinte do papel social da mulher no contexto capitalista.

A visão utilitarista da mulher nesse contexto produtivo é um marco para o processo de identidade de Rosa que ao se ver como a Rosa-erva-daninha, que não consegue participar do sistema produtivo e não é vista pelo sistema que lhe devia apoio, passa a se considerar esse ente indesejado, cuja a existência é errada, tal qual uma erva daninha em um jardim.

O desenvolvimento dessa linha de raciocínio volta a conversar com a configuração do SUAS e sua concretização na realidade das cidadãs brasileiras.

A ausência das Políticas de Assistência Social é sistemática, programada e organizada para que os recursos institucionalizados nas formas das políticas públicas não atinjam seu objetivo principal (YAZBEK, 2003).

Dessa forma, os saltos qualitativos, as metamorfoses que se manifestam na narrativa de Rosa precisam se apoiar em recursos fora dessa política para poderem ser concretizados.

A manutenção de Rosa no relacionamento com o então companheiro é uma das maiores expressões da personagem Rosa-erva-daninha. A narradora reafirma diversas vezes em sua fala as formas de sofrimento que eram imputadas a ela e aos filhos enquanto mantinha-se na relação com o pai de Rafaela. Essas falas são apresentadas de maneira a mostrar que mesmo na época tinha consciência de que o relacionamento não era saudável e colocava tanto ela quanto os filhos em risco de vida. Rosa é enfática ao afirmar que a dependência financeira era o fator que a levava a manter a relação.

*E aí o que eu tive que fazer, por não ter recurso, por não ter apoio, por não ter ninguém comigo, eu tive que voltar com ele. Só que eu tinha falado pra ele, a gente volta, só que morando perto dos meus pais. Porque eu tinha medo de sofrer outra violência e eu estava voltando com ele mesmo por causa de uma moradia que eu não tinha. Eu não tinha recurso de nada, ajuda de ninguém e eu voltei a morar com ele no [bairro do município] que foi onde sofri essas enchentes, onde a gente morava perto de um córrego*

Rosa expressa um movimento que comunica que ela entende qual deveria ser seu projeto de vida e que ele não estava se concretizando, mostrando uma clareza a respeito da distância que ela percebia entre o seu potencial enquanto mulher e mãe e as possibilidades materiais de explorá-los na relação com o ex-companheiro.

*Mas depois que eu tive a minha filha que eu fiquei com o pai dela, minha vida mudou referente à sofrimento, porque eu achava que eu já tinha sofrido, mas eu ainda não tinha sofrido. Meu sofrimento estava começando, como mãe, como mulher. Da gravidez da Rafa...eu*

*fiquei com o pai dela...eu acreditei em um mundo de conto de fadas onde eu não ia separar nunca...acreditei, né, no bê-a-bá de um homem, mais uma vez. E caí no conto do vigário [risos] [...]eu queria ter história como mulher e como mãe. E eu fui viver isso.*

A sobrevivência é um ponto chave da personagem Rosa-erva-daninha, pois ela traz todo o conjunto de estratégias que Rosa mantinha para garantir a vida em um contexto de morte, uma morte que vinha ou pelas mãos do companheiro, ou pelo local de moradia, ou pelos recursos insuficientes para garantia do mínimo, ou pela invisibilização e falta de reconhecimento institucional de sua condição.

E Rosa é capaz de nomear muitas dessas estratégias, como por exemplo receber o Bolsa Família em segredo, recorrer aos vizinhos para se esconder quando o ex-companheiro estava sob efeito de álcool e drogas, levar a filha mais velha, Carol, para morar com sua mãe a fim de afastá-la de seu agressor, mudar-se para perto dos pais após ter reatado o relacionamento, dentre tantas outras medidas que Rosa articulava para garantir a sobrevivência, mesmo que isso significasse o esvaziamento progressivo do sentido de muitas das relações que ela mantinha com o mundo.

Algo bastante significativo que Rosa mostra conforme constrói sua narrativa: em momento algum ela se refere a nenhum de seus ex-companheiros pelo nome, apenas na sua relação com os filhos, sempre optando por falar sobre os pais de Carol, Henrique ou Rafaela. Especificamente no caso de seu agressor, Rosa se refere a ele como “pai da Rafaela” apenas duas vezes em toda narrativa.

A narradora compartilha que as três relações foram marcadas por diversas dificuldades e levaram às mudanças mais significativas que ela experienciou na vida, mas que nenhuma delas implicou em uma relação de parceria, de apoio, que a ajudasse a se aproximar de seus projetos como mulher. Ela se refere às relações pelo lugar que lhe atribuíram no mundo: seu papel de mãe. Evidencia o seu ponto de referência quando fala dessas pessoas como os pais de seus filhos, ressaltando o seu lugar como mãe e reafirmando a quem escuta que a história de sua vida parte de sua perspectiva.

O relacionamento com o pai de Rafaela é aquele em que Rosa investe o maior tempo e riqueza de detalhes na narrativa, ainda assim, ela se refere a ele de forma vaga, sempre referenciando a presença dele ao seu comportamento violento.

*[...]mas **ele** tinha me ameaçado, né? **Ele** tinha me batido.*

*[...]**ele** fez de mim um lixo de pessoa [...]*

*[...]**ele** pisoteou bastante no meu sentido mulher, **ele** me destruiu.*

*E nisso minha filha mais velha já tinha sido expulsa de casa por causa **dele**.*

O nome é uma questão bastante emblemática na teoria da identidade. Ciampa (1987) quando analisa o discurso de abertura de Severino, mostra que o nome substantivado é insuficiente para abarcar a identidade do sujeito. O autor afirma que o substantivo precisa se tornar verbo, pois é na atividade que a identidade se manifesta.

Como todas as personagens, a Rosa-erva-daninha está intimamente vinculada com a atividade, mas a narrativa de Rosa mostra como esse se torna um recurso de sobrevivência em seu caso. A relação de Rosa com seu agressor era principalmente focada na dinâmica violenta e de quais recursos a narradora precisava despende para manejá-la. Os outros papéis que o pai de Rafaela assumia em sua vida tem um lugar diferente que quase não aparece em sua narrativa.

Diante da solidão, da invisibilidade e da inutilidade, a Rosa-erva-daninha pauta suas narrativas nas formas e significados da sobrevivência, mais uma vez denunciando tudo o que tenta lhe matar concreta e simbolicamente, pois a erva-daninha é a indesejada e interrompe o jardim, assim como o projeto de vida de Rosa se vê interrompido pela necessidade de manifestar a Rosa-erva-daninha.

Entretanto, a resistência da Rosa-erva-daninha não é infinita e conforme segue em sua história a narradora chega ao ponto no qual seus recursos e estratégias não são mais suficientes.

*Aí mais uma vez ele levantou e veio pra cima de mim, eu com as minhas crianças, eu tive que dormir...quem me socorreu era meia-noite, que ele estava muito alcoolizado, muito drogado. Quem me socorreu foi uma vizinha, literalmente cheia de maconha na cabeça ela e o marido, então foi eu sair pra fora com roupa de dormir, ela entrou lá dentro e pegou meus dois filhos pequenos e tirou pra fora. Então eu passei a madrugada inteira cheirando maconha com meus filhos, porque eu não tinha como voltar pra casa, tinha que esperar ele ir embora. E nisso minha filha mais velha já tinha sido expulsa de casa por causa dele. Então assim, eu não tinha nem onde recorrer, nem o que fazer.*

Rosa chega à zero da mesma forma que Severina chega depois de também ter passado por experiências de estigmatização e violência doméstica (CIAMPA, 1987).

Esse zero se expressa no esgotamento das possibilidades de ser na lógica estigmatizada e, portanto, abre espaço para que novas formas de existência sejam delineadas. E é nesse momento em que se observa a falta de reconhecimento que Rosa vem narrando se tornar a abertura da possibilidade de romper com as personagens pressupostas que definem seu lugar de subalternidade por ser mãe, mulher e pobre.

Lima (2010) explana que as identidades pressupostas são necessárias para a manutenção das estruturas hierárquicas de poder da sociedade, pois são elas que determinam o lugar e as

possibilidades de existência de sujeitos de acordo com seu papel no funcionamento desse sistema político-econômico.

Dessa forma, atribuição dessas identidades pressupostas se configura em formas de controle da vida, através da qual essas subjetividades são cooptadas pelo sistema e esvaziadas de sentido afim de reproduzir a força de trabalho (FURLAN, 2020; YAZBEK, 2003).

O esvaziamento desses significados que dão sentido a existência pode gerar os processos de reposição das personagens, que tem como principal consequência ocultar as metamorfoses da identidade e cria uma estagnação aparente (FURLAN, 2020). A mesmice, como descrita por Ciampa (1987) é uma ferramenta importante no sistema capitalista pois está diretamente relacionada à manutenção da ordem social de poder e na reprodução da mão-de-obra.

Entretanto, esse esvaziamento, quando confrontado com as condições certas, pode gerar um outro processo que Furlan (2020) define como desidentificação, no qual o sujeito que vive essa ausência de sentidos passa a não mais se reconhecer na identidade pressuposta que lhe foi atribuída. Ao viver nesse estado de exceção, existe uma identificação com a ausência que permite ao sujeito acessar o funcionamento dessas hierarquias sociais e atravessar algumas camadas das estruturas de poder. A experiência dessa ausência é o que os autores identificam como a possibilidade construção de uma subjetividade política que possa atuar em favor da transformação social.

Ao não se identificar com o pressuposto passa a não mais se identificar de forma restrita e retoma suas possibilidades de existência, podendo assim se reconhecer como pertencente a um grupo que vive essa experiência de exclusão e que luta pelo reconhecimento dessa condição (LIMA, 2010).

Esse movimento é marcado por uma tensão entre o reconhecimento e a não determinação. A contradição em se perceber semelhante à um grupo pelas vivências de exceção, são recursos preciosos dentro do regime democrático por favorecer a visibilidade das subjetividades que se criam nessas condições, mas essa organização também pode compor novas políticas restritivas de identidade, nas quais o sujeito fica mais distante do processo de desidentificação que lhe possibilita se reconhecer enquanto projeto, potência não finalizada e, portanto, possibilidade de existência (FURLAN, 2020).

Yazbek (2003) também reconhece que essa falta é o que determina o lugar das classes subalternas, que mais do que uma posição dentro do proletariado, é um lugar simbólico, material e afetivo definido por esquemas complexos de dominação que buscam justamente o enfraquecimento de sujeitos e coletividades a fim de reproduzir a força de trabalho necessária

para manutenção do sistema político econômico. Esse movimento é especialmente percebido na configuração da PNAS.

A autora também trata do surgimento de sujeitos políticos a partir da dialética das relações, nas quais é possível se reconhecer na condição de subalternidade para então buscar formas de organização que confrontem a ordem pré-estabelecida e reelaborar essas determinações em favor de um projeto mais livre de vida.

Todos esses movimentos são identificados na narrativa de Rosa no momento em que ela se vê sem possibilidades depois de um episódio especialmente violento com o seu agressor.

Depois desse momento, Rosa não pode voltar para sua casa por conta do agravamento do comportamento violento de seu ex-esposo. Sem recurso, amparo ou orientação, ela contou com o apoio de vizinhos que a ajudaram durante uma das crises mais violentas do então companheiro.

A falta que Rosa descreve até esse momento é a marca da ausência, o reconhecimento de um buraco que deveria estar preenchido. Mas neste momento, a falta representa a possibilidade porque além do esgotamento de qualquer um dos recursos e estratégias que a autora construiu até então, o último episódio de violência que ela narra vem também com condições externas para transformação e desenvolvimento de alternativas através da ajuda da amiga Marlene.

*De tudo que eu já sofri no [bairro em que morou com o último companheiro] conheci a Marlene, que foi um anjo na minha história e que muitas vezes me socorreu do pai da Rafaela. Eu corria para a casa dela e ficava trancada na casa dela. E através dela eu vim morar pra cá com ele, foi onde ela me concedeu a oportunidade maravilhosa que eu sou gratamente à ela, gratamente por ela ter me colocado no CRAS.*

A narrativa contada por Rosa entra em um novo ciclo quando ela conta a entrada no novo emprego no CRAS.

Até então, Rosa nunca havia tido experiência com trabalho formal. Ela conta que com o ensino médio completo e a responsabilidade dos três filhos, sempre trabalhou informalmente, recebendo a remuneração conforme a quantidade e oportunidade de trabalho.

Enquanto ainda morava com o ex-companheiro, Rosa dispunha apenas dos recursos do Bolsa Família para tentar garantir minimamente as necessidades dos filhos que não eram providenciadas pelo pai da terceira filha. Durante muito tempo o programa de transferência de renda foi o único recurso de que Rosa não dependia do companheiro, mas ele não era suficiente para garantir a independência de si e de sua família.

O trabalho então vem como uma forma de se aproximar de uma forma mais autônoma de vida, a possibilidade de se afastar de uma rede de relações que minavam as alternativas de Rosa, que agora vê no trabalho o caminho para retomar alguns dos seus projetos de vida.

*Trabalhar na Assistência é bom, você conhece muita coisa, você aprende muita coisa e profissional, falando do dinheiro, é através desse dinheiro que eu sustento minha família durante esses três anos que eu estou lá. Melhora, independente do trabalho, melhora a autoestima da mulher, ela evolui, ela cria força, ela cria garra, ela tira força lá de dentro de onde ela fala “Eu não tinha isso”, puff, cresceu, floriu. Aquela sementinha fez pá! Saiu pra fora, é hora de florir.*

Nessa narrativa o trabalho é visto como uma questão de acesso e de reconhecimento para Rosa, sendo que a categoria do trabalho tem uma construção bastante específica dentro da sociedade capitalista.

Ao conseguir um trabalho formalizado, Rosa consegue um reconhecimento que até então lhe foi negado. Quando narra sobre o trabalho, Rosa aponta-o como uma fonte de remuneração e conhecimento, traduzindo essas duas instâncias como a retomada de suas possibilidades de ser e existir.

É apresentada então a terceira personagem da narradora, a Rosa-flor que finalmente se vê em condições de desabrochar.

### **6.3. Rosa-flor e o desabrochar da identidade política**

O trabalho de Rosa no CRAS não apenas favoreceu seu reconhecimento enquanto trabalhadora que agora tem maior poder de consumo, mas também traz experiências nas quais Rosa começa a se ver de fato como usuária da Assistência e entender como essa política esteve (ou não) presente em sua vida desde então.

*Eu cheguei a ser atendida lá no CRAS depois que comecei a trabalhar lá. Antes eu não conhecia. Eu sempre morei na comunidade e não conhecia o CRAS, então assim, desconhecia literalmente dessa parte. Nunca peguei nada de lá, nada, nem Bolsa Família, nada. Soube do Bolsa Família através da televisão do governo, e foi onde fui no Cadastro Único lá fazer. Foi a única ajuda que eu tive. Mas foi do momento que eu comecei a trabalhar que eu conheci o que era o CRAS e foi onde hoje eu sei o que que é. Demorou pra eu entender o que era CRAS, CREAC, CRI [Centro de Referência do Idoso] [risos] [...]Quantas vezes as pessoas não me tiraram dúvidas, eu perguntava “O que que é isso? O que significa isso?”. Então hoje eu não*

*tenho o conhecimento, mas eu conheço alguma coisa. Por mais escasso que seja a parte financeira do nosso trabalho, eu tive conhecimento, hoje eu tenho conhecimento.*

O discurso da narradora se transforma, acompanhando suas metamorfoses. A Rosa que antes não sabia, não tinha nenhuma informação sobre o SUAS, depois compreende que ninguém nunca lhe ensinou sobre ele e agora finalmente detém esse conhecimento e se propõe a passar essas informações a diante sempre que possível.

*Foi onde eu fiquei sabendo o que é isso e hoje eu posso, eu me sinto muito útil, de verdade, para mim é uma felicidade imensa conhecer esses órgãos e informar para as famílias. Porque pelo fato de eu morar aqui, são muitas famílias que sofrem, muita mãe, pai. Infelizmente eu não posso fazer nada, porque quem sou eu na fila do pão? Mas eu posso espalhar para as pessoas os direitos que eles tem. Hoje eu posso falar para uma mulher: vai lá no CRAM. É o Centro de Referência de Assistência da Mulher [ênfatisa bem as palavras e pontua cada uma com as mãos], que lá não pode fazer muito, mas é para mulher que sofre violência. Ah, é um caso de né, estupro, essas coisas. Vai no CREAS! Por mais que o CREAS não faça o trabalho deles, não faz, mas vai no CREAS conversar com eles. Então é legal você trabalhar lá, é legal quando você tem um conhecimento, a pessoa tem direito a um conhecimento. E a gente pode ultrapassar isso para as pessoas.*

A Rosa-flor é a personagem que finalmente pode cumprir os projetos de vida da narradora, mas que quando se expressa, não é alheia a sua história, pois Rosa demonstra uma posição bastante crítica diante da PNAS e o papel que ela assume em sua vida.

*Tirando o Bolsa Família eu nunca tive contato nenhum na Assistência. Eu cheguei a precisar, precisar de verdade dentro do órgão que eu trabalho, nem sei se é órgão que fala, mas sei lá se é órgão [risos] da onde eu trabalho e não tive ajuda nenhuma. Eu tive direito ao Bolsa Família, ao [cesta básica] Emergencial, tive direito à cesta básica, mas quando a pessoa do órgão soube chegou a falar assim “Ela foi pegar cesta básica?”, eu falei porra! Caralho! É fácil você pagar quase R\$1000 de aluguel? É um direito meu, é meu, eu tive direito! Entendeu? Mas assim a única ajuda que eu tive, recurso que eu tive foi o Bolsa Família, não tive outro, nenhum, nada.*

Conforme Rosa conta sua história, fica evidente como as políticas públicas, e principalmente as Políticas de Assistência Social, vão se constituindo em políticas de identidade.

Partindo de Ciampa (2002), as políticas de identidade são práticas e condição que definem as possibilidades identitárias de sujeitos e grupos. Elas são a confluência final das

articulações entre indivíduo e coletividade e expressam a forma como essas duas instâncias se constroem de forma dialética e contínua.

As políticas de identidade podem se direcionar para caminhos que favorecem a ampliação do universo simbólico de sujeitos e grupos, aumentando por consequência sua percepção de possibilidades de existência e fornecendo recursos para que processos de autonomia possam se estabelecer de forma mais concreta. Elas podem também ter um efeito oposto, se estabelecendo como um mecanismo regulatório que reproduz as formas de opressão e colaboram para a homeostase das hierarquias de poder e do sistema de exploração (DANTAS, 2017).

No primeiro caso as políticas de identidade favorecem o surgimento de identidades políticas que tem recursos para desenvolver uma leitura crítica do mundo e compreendendo a dimensão dialética entre a individualidade e a coletividade. No segundo caso vemos políticas regulatórias e/ ou colonizadoras que contribuem para manutenção do sistema de opressão ao possibilitar processos identitários submissos à humilhação e desumanização ao ter seus direitos negados.

A Assistência Social, em sua ausência sistematizada na vida de Rosa, se configura em uma política de identidade regulatória, ao reproduzir um padrão de subalternidade, que ressalta as faltas de recurso e a responsabiliza individualmente por sua condição de exploração (YAZBEK, 2003).

Rosa busca se apropriar desse sistema, questiona e tenta entender seu funcionamento. Parte de sua própria história como um referencial para desenvolver suas percepções e possibilidades dentro do SUAS, tanto como trabalhadora quanto usuária.

*Porque, uma vez eu conversando...lá mesmo no CRAS, eu cheguei a falar, eu fiz a pergunta...Eu sou mãe, eu trabalho como MEI, eu crio meus filhos sozinha e eu comprovo isso. Eu crio meus filhos sozinha. Eu recebo R\$1260, sem mais nada. Sigo minha vida, sigo minha vida. O pai da minha filha é o que paga pensão de R\$300, mas agora ele paga quando quer porque ele está fazendo pirraça comigo. Eu perco meu trabalho, a justiça...ou melhor a prefeitura cancela o contrato, a gente perde, a gente vai ser... mais uma na rua. Que direito eu tenho como mãe, como uma cidadã, como uma munícipe que a gente paga as nossas coisas, que direito eu tenho com meus filhos pra conseguir uma moradia? A resposta que eu tive: nenhuma. Mas por que nenhuma? Se existe programas de habitação. “Mas aí não existe programas da habitação aqui”, foi essa resposta que eu tive. Então assim, pra onde eu iria com meus filhos? A resposta que eu tive foi pra um abrigo, no Centro POP. E aí eu falei, mas pelo que eu entendo, se eu for pra um lugar desse meus filhos vão ser separados de mim. “Sim,*

*seus filhos vão ser separados”, mas eu não quero separar meus filhos de mim. Eu acho que...olha a situação da gravidade. A mãe tem que ser submetida devido à situação, separar dos filhos sem querer. Tudo por que? Por uma situação que ela não quer, não é uma situação que ela quis, que ela está querendo e por falta de programas sociais...eu não sei nem como falar...a gente paga um preço caro por isso...Foi, eu fiquei abismada porque não existe, não existe. Eu falo como mãe, eu falo eu como mãe e como muitas, que direito que a gente tem? O que que a gente pode fazer? A gente simplesmente aceita a situação e deixa vida me levar? Não é assim, não é? Não é e não pode ser assim.*

A Assistência Social percebida por Rosa é uma Assistência que reforça os padrões de abuso, que invisibiliza demandas coletivas e que, em última instância, compõe uma política de morte para usuárias que não conseguem se ver nessa rede de proteção. Desse modo, a percepção que Rosa tem dessas políticas e o lugar simbólico que elas ocupam em sua vida são bastante discrepantes dos propósitos que o SUAS prevê em sua concepção.

A PNAS é um conjunto de políticas que surge como resultado de diversas lutas e de movimentos sociais que reivindicaram o reconhecimento estatal das condições de exploração e da realidade enfrentada pela maior parte da população, além de lutar pela responsabilização do Estado nos encaminhamentos de demandas ligadas a proteção social dessas pessoas e grupos.

Em sua concepção primeira, a Assistência Social surge como mecanismo de combate a diversas formas de opressão e é constituída de recursos diversos que visam promover a autonomia e transformação da realidade de pessoas e comunidades a partir de uma diretriz descentralizada e que engloba a diversidade de formas de existência no território nacional (COUTO, 2009).

Essa contradição que a própria política assistencial carrega é importante quando se pensa na constituição das políticas de identidade.

As lutas pela garantia de direitos e reconhecimento de demandas sociais é pauta dos mais diversos movimentos sociais que se organizam de forma a poder lutar pela criação de políticas públicas que possam garantir o atendimento dessas demandas. Contudo, na mesma medida em que esses movimentos se institucionalizam e garantem uma maior carga de investimento e aumento da capilaridade de atuação, eles também passam a compor um sistema político-produtivo que tem como finalidade a manutenção de uma determinada ordem social, no caso uma ordem baseada na exploração e opressão desses grupos aos quais os movimentos sociais buscaram fortalecer na trajetória histórica de lutas (DAVIS, 2017).

O conflito é fruto do movimento dialético que estrutura a materialidade das vivências nesse contexto sócio-histórico, e a narrativa de Rosa evidencia a forma certa como esses movimentos se concretizam no cotidiano das cidadãs.

*O que dá raiva é que assim, tudo que a gente pergunta pra qualquer lugar é assim: não existe recurso, não existe NADA, absolutamente nada...[...] Eu sempre falo isso, eu sempre bato na mesma tecla, não existe órgão, não existe nada que possa ajudar uma mãe. Existe pessoas legais pra poder ouvir a gente, mas programam essas coisas, eu desconheço por mais que eu trabalhe lá.*

Cabe atentar para a forma como Rosa emprega a palavra conhecimento nesse contexto. Nas outras etapas de sua narrativa, o conhecimento da política carregava o significado do reconhecimento para Rosa. Um reconhecimento por um sistema que a negava desde o início de sua narrativa, mas que agora a inclui, em certa medida, colocando a narradora a posição de retribuir ou não esse reconhecimento pela primeira vez.

Rosa passa a conhecer os mecanismos da política, o lugar que ela mesma deveria ocupar nesse sistema, mas não a reconhece enquanto a ferramenta que ela se propõe a ser.

Depois de ter seu reconhecimento continuamente negado, a narradora denuncia a Política de Assistência Social como essa instituição que desrespeita e humilha. Ela não reconhece que essa seja uma política capaz de proteger usuários e famílias, por isso afirma contundentemente a inexistência de recursos e mecanismos público que sejam capazes de prover e garantir esse direito, sobretudo às mulheres e mães.

Novamente a falta de reconhecimento aparece carregada de sentido, porque ao denunciá-la, Rosa também recusa a identidade conferida à classe subalterna que é imposta pela forma que a política de assistência assume em sua prática. O SUAS vivenciado por Rosa é uma política de identidade destinada à reafirmação de sua subalternidade.

O que Rosa nega, na verdade são justamente os mecanismos que reforçam as relações clientelistas, pontuais, emergenciais, precarizadas e insuficientes para prestar apoio e suporte aos indivíduos que se encontram na condição de vulnerabilidade social. A narradora recusa a existência de uma política que se alinhe ao projeto de garantia de direitos e proteção que de fato o SUAS foi concebido para ser.

Ao fazer isso ela nega a identidade pressuposta de subalternidade reforçada pelas práticas da PNAS em sua vivência e, portanto, reúne as condições necessárias para pensar em uma outra forma de se fazer essa política e de se conceber o desempenho do papel de cidadania.

A Rosa que pode surgir então é uma Rosa muito mais alinhada com as propostas primárias que o SUAS carrega em sua concepção: um sujeito de direitos, que se vê perante uma

estrutura social desigual e que minimamente consegue se apropriar dos espaços físicos e simbólicos proporcionados pelo Estado ou pela sociedade de forma a atuar de forma mais ativa e engajada com seu meio.

Dessa forma, Rosa mostra como é necessário negar a política de identidade de subalternidade para que a Assistência Social passa a se configurar como uma política de identidade mais orientada aos caminhos emancipatórios.

*Eu choro porque essas feridas doem, mas eu também choro porque eu passei por tudo isso. E não foi através de órgão, de nada, de ninguém! Foram de pessoas que simplesmente fizeram como você está fazendo: me ouvindo. Foram histórias que eu ouvi de mulheres lá atrás...e que me fizeram estar onde estou hoje e...hoje eu também estar contando a minha história. Porque muitas vezes eu conto a minha história para alguém e é algo que fortalece as pessoas, sabe? É o não desistir*

Rosa não nomeia a política, mas sujeitos que contribuíram para esse processo de reconhecimento.

Yazbek (2003) reforça como a personificação da Assistência Social é um resquício da origem assistencialista da política, pois transfere para as relações pessoais todo conjuntura histórica e social que determina as condições de vulnerabilidade e risco social. A autora alerta que esse movimento acaba favorecendo as relações de clientelismo e favorecem o discurso do mérito pessoal para acesso aos direitos.

Essa experiência não está ausente na história de Rosa, mas o que sua narrativa mostra é que esses encontros promoveram relações de reconhecimento, nas quais a narradora vê sua existência legitimada, suas dores nomeadas e, a partir disso, pode articular os recursos adquiridos e construídos ao longo de sua vida para transitar por esse sistema e, inclusive, colaborar promovendo esse espaço de reconhecimento para outras usuárias.

*Então assim, na área da Assistência, é difícil estar lá, difícil pra trabalhar, mas é bom que a gente também pega muito conhecimento referente a muitas coisas. Eu não sabia o que era CREAS, não sabia o que era CRAM, talvez se eu conhecesse, por mais que não funcione hoje, mas se no tempo que eu sofri tudo o que eu sofri, eu conhecesse esses órgãos, talvez tivesse aliviado um pouco a minha barra. Foi por falta de conhecimento, talvez por falta de divulgação, não sei, pessoas, não sei, porque eu passei por locais como na delegacia, onde eles não me orientaram, só falaram CRAM e mais nada, entendeu? [...]É legal, conhecimento, repito, se eu tivesse conhecido esses locais antes, talvez teria me ajudado um pouco, mas eu não conhecia, eu sofri[...].*

Essa fala mostra uma apropriação da narradora do sistema e uma compreensão tanto de seu funcionamento quanto de suas falhas. Rosa contribui para a concretização do projeto do SUAS quando nega o SUAS que foi apropriado pelo sistema capitalista e que sofreu todos os ataques e desmontes até se manifestar de forma precária para a população.

Rosa faz mais uso do SUAS depois que ela começa a trabalhar no CRAS. Sua filha mais velha participa de programas de empregabilidade promovidos pela prefeitura, ela participa de mais programas integrados ao CAD-Único e inclusive participou como representante da Sociedade Civil na última Conferência Municipal de Assistência Social, além de recorrer ao atendimento emergencial do CRAS quando necessário.

E mesmo persistindo na narrativa da negação da existência de um SUAS eficaz, ela reconhece as mudanças que sofreu depois de começar a trabalhar no CRAS e fazer um uso mais constante dos recursos dessa política. As mudanças são motivadas tanto pela sua condição de trabalhadora, mas principalmente do quanto ela pôde se apropriar da política e o quanto se vê nela no momento em que compartilha sua história.

*Depois que eu comecei a trabalhar no CRAS...foi uma mudança de otimismo, de força. Foi eu poder olhar pra trás, onde não tinha nada, só tinha eu e minhas crianças e eu conseguir pagar agora meu aluguel com pouco, com pouco, mas é meu. Eu pago, eu me viro...Eu vi minha vida fluir...não fluir da forma que eu queria, porque algumas coisas exigem...cacique né? Mas a minha vida fluiu, foi onde eu dei descanso, paz pra cabeça das minhas crianças. Foi onde eu tive sossego, um sossego espiritual meu sabe? Infelizmente, devido a todos os problemas, mas assim, eu tive sossego, eu tive paz, eu estou tendo conhecimento. Só que como eu sempre falei, infelizmente a gente tem conhecimento, a gente conhecesse, a gente sabe, mas não existe [...]E quando eu entrei no CRAS, assim, foi uma força que me deu, mesmo sendo pouco, mesmo a gente apertando aqui e ali foi pouco. E abriu, abre a cabeça da mulher, ela trabalhar, abre, expande a vida dela, cria autoestima. Ela se levanta, ela pode até cair, mas ela se levanta automaticamente, porque através desse pouco é que ela carrega a família dela, que ela coloca aquela família pesada nas costas dela, pega um carrinha de mão e fala Vamos andar!*

E todas as vivências levam a uma experiência de reconhecimento inédita na vida da narradora.

*Então é legal quando você consegue se tornar útil na vida de alguém. Isso dá força, você cria garra, porque você olha e fala assim ei, para aquela mulher lá atrás, uma mãe solteira. Você se olhar e falar eu fui uma mãe solteira, uma inútil, uma imprestável, uma incapaz, uma merda, uma invisível, um Gasparzinho nesse planeta. E hoje me enxergam, me veem, hoje eu sou capaz, hoje eu posso, hoje eu oriento, hoje eu ajudo. Às vezes fraca a gente*

*ajuda. É legal você sentir isso, te dá força e ânimo. É uma força que você não sabe de onde vem, você simplesmente quer só quer ajudar. Quer dizer, o meu ponto de vista é que eu quero só ajudar. Hoje eu estou mais forte, com mais firmeza, sabe? Sou uma pessoa mais forte, mais firme, conseguindo segurar o rojão, porque todo dia explode uma bomba. Mas eu me sinto mais forte.*

Seus projetos se veem no caminho de concretização. Ela percebe um movimento que a direciona a caminhos de maior autonomia e consciência, percebendo sua vivência enquanto mãe e mulher de uma forma que indica a contextualização e o conhecimento de uma ordem sistêmica importante.

*Mas como trabalhadora é forte né, a gente se torna forte né Clara. É como eu falei para você, é uma rosa, eu me sinto uma rosa. Cai as pétalas, mas está ali. Você plantar, deixar ela bonitinha, aquela raiz nunca vai morrer. E eu falo que a raiz nunca vai morrer se a gente tiver ajuda, se a gente vê a orientação, vê pelo menos uma oportunidade. É difícil, é difícil você saber que hoje a prefeitura tirou um monte de programa que ajudava o pessoal com trabalho, é difícil. Você trabalhar na comunidade, você vê o dia-a-dia das pessoas e você vê a necessidade de um adolescente, de uma mãe, de um pai que não estudou, de uma criança por falta de oportunidade...não tem nada! E você querer abraçar o mundo e você não conseguir fazer nada. Você pegar uma caneta sem tinta, você vai escrever mas ela não tem tinta. Você não consegue fazer nada*

Depois do processo de esvaziamento que viveu durante a relação com seu agressor, observa-se uma nova metamorfose que se dá a partir retomada de sentidos e projetos de vida que mostra mais dos processos identitários da narradora.

O trabalho tem esse lugar de privilégio na história de Rosa e nos movimentos de metamorfose que vive pois, em sua trajetória como mãe e como mulher, existiu uma barreira imposta pela dificuldade de acesso à renda que se traduzia na precarização de trabalho que ela traz.

A revolução que Rosa descreve em sua vida depois que tem um trabalho com mais garantias que os trabalhos informais que tinha experimentado até então diz muito sobre o trabalho invisível das mulheres e da conseqüente feminização da pobreza.

Duque-Arrazola (2008) faz uma sumarização a respeito das interlocuções entre o desmonte da PNAS e a precarização do trabalho feminino que é bastante pertinente neste momento.

A flexibilização do trabalho e a conseqüente precarização das condições laborais e das relações de trabalho são uma estratégia dentro do sistema neoliberal que busca o aumento dos

lucros pela diminuição dos custos de produção. Resultados disso são a fragilização das condições laborais que visam a proteção do trabalhador, a adoção de jornadas de atividade menos estruturadas e a apartação do trabalhador e empregador na forma da condição de prestação de serviços (DUQUE-ARRAZOLA, 2008)

Essas condições são endereçadas a um público bastante específico que se encontra em posição mais precária e, portanto, mais fraca na balança de poder junto ao empregador. Duque-Arrazola (2008) ainda completa que nesse cenário de precarização surge uma figura salarial feminina oposta à figura da profissional qualificada: uma figura identificada com a crise e a instabilidade.

Rosa compartilha desses processos e nomeia as barreiras que integram sua experiência como mãe e mulher, sobretudo como esses papéis estão implicados nessa precariedade de condições e como isso afeta seus desejos e projetos de futuro.

*Nessa área é meio difícil, mas...não sei, eu só sei que eu quero me sentir melhor, eu quero trabalhar mais, eu quero estudar mais. Falta tempo, falta recurso, sempre assim né, ser mãe solteira é muito difícil em algumas coisas.*

Simultaneamente observa-se que as políticas sociais diante de um Estado neoliberal também assumem um caráter de adequação. Especificamente as políticas e recursos de Assistência Social, em seu contexto precarizado de execução, acabam se direcionando para uma proteção da mão-de-obra e não do cidadão ao se enfocarem intervenções que direcionem o entendimento da proteção social como um desdobramento da garantia de renda e, portanto, de consumo (SPOSATI, 2009).

Tal direcionamento resulta em um SUAS socorrista que atua de forma pontual e direcional às necessidades materiais imediatas, ou quando prevê ações de médio e longo prazo, se voltam principalmente à capacitação produtiva dos usuários.

Duque-Arrazola (2008) completa que as ações socorristas, temporárias e compensatórias acabam abrangendo apenas as camadas mais prejudicadas da sociedade, os mais pobres entre os pobres, e fogem do escopo de construção de direitos mais abrangentes ao restante da população que, em tese, seria público da política.

Dessa forma o Estado capitalista que se desenvolve a partir da base patriarcal, busca atender principalmente às necessidades de reprodução, alocando o SUAS como o meio para aquisição concreta de bens por parte da população mais pauperizada. As reivindicações da população acabam sendo cooptadas pela política que por sua vez redesigna o lugar da população pobre à subalternização.

O caráter socorrista da política acaba se manifestando na história de Rosa como uma falta de oportunidades. Nesse momento da narrativa, a narradora constrói um raciocínio no qual os recursos do Estado precisam ser traduzidos em oportunidades para que as mulheres possam de fato alcançar mudanças e melhoras significativas em suas vidas.

Um ponto relevante em algumas das perspectivas de Rosa a respeito do SUAS é que a narradora traz em sua história um pouco dessa perspectiva de que a ineficiência desse sistema também se encontra em sua insuficiência em garantir o acesso ao recurso financeiro para as famílias atendidas, por vezes tomando essa como uma das finalidades da PNAS e não um meio para fundamentar outras formas de intervenção. Entretanto, percebemos ao longo da narrativa a construção de uma noção que indica que as ações no âmbito da assistência social devem garantir seu caráter protetivo e, portanto, envolvem ações em curto, médio e longo prazo.

Rosa desenvolve um olhar sobre a realidade que engloba não apenas o reconhecimento das limitações das condições sociais e políticas, mas busca também a possibilidade. A construção dessa perspectiva é consequência direta das metamorfoses que viveu em sua história e que levaram ao desenvolvimento de uma consciência de classe e como a estrutura social se organiza e institucionaliza de forma a negar os direitos, e portanto negar o reconhecimento, principalmente da parcela subalternizada da população (FURLAN, 2020).

*Essa Rosa quer voar, quer sair da gaiola. Eu não sei bem se é essa a palavra, mas eu preciso de recurso. Porque para eu sair da minha casa e estudar ainda, porque eu tenho uma filha pequena, porque eu tenho esses problemas com a minha filha mais velha né. O outro tem 14 anos e não posso também jogar a bomba nas costas dele. Algumas coisas ainda me impedem, até o financeiro, porque eu não quero sair da minha casa e chegar o fim mês e falar “Eu não posso pagar minha faculdade hoje” ou “Eu não consigo comprar os livros”. Porque acho que todo mundo passa por isso, fato, mas acho que se eu passar por isso eu vou me sentir muito deprimida. Eu acho que um pedacinho daquela Rosa volta. Sabe aquela Rosa triste? Eu acho que volta. É só ter oportunidade, só oportunidades. Eu acredito que no dia em que...não que isso seja um motivo, não é motivo, mas no dia que eu conseguir pelo menos o meu canto para estabilizar a minha vida, eu acho que daqui de dentro...até uma colega minha riu de mim...daqui de dentro não vai sair uma Rosa, vai sair o Incrível Hulk destruindo tudo! Porque é onde eu vou criar mais força.[...] Eu não sei porque eu acostumei a dizer isso, mas quando você tem incentivo, você tem oportunidade, você consegue algo, vai te dando mais força ainda.*

A Rosa-flor é uma personagem que é orientada pelo potencial e o projeto do que se deve ser e de como essa perspectiva deve contemplar as dificuldades e necessidades diversas e próprias de sujeitos que compartilham muitas das vivências de Rosa.

A consciência das barreiras que ela demonstra vem de sua história e da releitura que faz dessa história no presente. Tais experiências trazem um grau de compreensão desse sistema que mostra indícios de uma identidade política se constituindo.

A constituição dessa leitura de mundo é pontuada em diversos momentos da narrativa, que vai se mostrando cada vez mais implicada no processo dialético da produção da realidade, ou seja, existe um grau de consciência na fala de Rosa que mostra como ela é definida por uma estrutura social maior que suas relações pessoais na medida em que também influencia e impacta essa estrutura com a sua história. Ciampa (2002, p. 139) destaca que uma identidade política é aquela envolvida em “lutas pela emancipação de diferentes grupos sociais, que em sua ação coletiva revelam velhas ou novas opressões.”, e aqui tomamos como as estratégias de sobrevivência de Rosa tem se configurado em formas de luta que contribuem com a leitura de uma realidade que afeta uma classe e um dos mais proeminentes recortes populacionais do Brasil que são as mães pobres e chefes de família.

Essas estratégias são as formas mais primárias de luta que, segundo Barbosa (2019) são fundamentais para a construção de pautas e organização dos movimentos que contemplem as histórias invisibilizadas, sobretudo, pela lógica capitalista que não integra a vivência dessas mulheres como uma engrenagem fundamental para a manutenção desse sistema político-econômico.

Quando a Rosa-flor consegue contar sua experiência como uma experiência compartilhada por outras mães e mulheres, ela também se coloca em um lugar de relação direta e identificação com esses grupos que é, como colocado por Ciampa (2002), um passo fundamental para o fortalecimento de identidades políticas e a construção de um projeto de sociedade mais pautados nos valores dos processos emancipatórios. Habermas (1983) descreve esse projeto como um avanço para a transformação das relações de heteronomia em relações de autonomia.

A Rosa-flor demonstra um ganho de autonomia que Souza Filho e Santos (2017) associam aos processos emancipatórios, uma vez que ela não só demonstra uma capacidade um pouco mais fortalecida de autogoverno como também um nível importante de consciência a respeito das forças e potencialidades envolvidas nas construções sociais e consegue perceber possibilidades de posicionamento ativo para impactar e transformar a realidade em favor de um projeto coletivo.

E essa perspectiva aparece com bastante força nos projetos de vida da narradora. Nesse momento da narrativa, Rosa conta que quer buscar formas de aumentar seu conhecimento através do estudo.

*Quando eu conseguir estudar...isso é importante para mim por causa do conhecimento. Conhecimento é uma coisa que te favorece tanto hoje, né? Conhecimento é uma coisa que te leva assim [faz movimento ascendente com as mãos], você sobe as escadinhas de escada rolante, você vai subindo. Conhecimento te deixa fluir, te faz conhecer pessoas, cabeças diferentes, conversas diferentes. Porque quando eu entrei no CRAS eu era um tipo de conversa, hoje é uma conversa totalmente diferente. Para mim conhecimento favorece muito, tanto para o conhecimento em si, para o lado profissional, né? Eu não quero mais ser uma inútil invisível, eu quero ser uma pessoa visível onde olha e fala assim “ela conseguiu, ela se esforçou, ela lutou para isso”. Eu quero chegar ao foco da minha vida, a minha casinha.*

A narradora expressa, mais uma vez, o sentido de reconhecimento que atribui à aquisição de conhecimento, na medida que o considera importante para expandir as possibilidades de ser. A metamorfose que implica nos saltos qualitativos e a ampliação do universo relacional se dá através desse reconhecimento e é o que a faz se tornar “visível” ao mundo, pois garante que Rosa possa ter sua trajetória ao possibilitar ações de modo mais ativo e autônomo em sua realidade.

E é importante notar como muito do projeto de vida de Rosa carrega a Rosa-semente, que ainda se culpa e responsabiliza pela distância para concretização desse projeto de reconhecimento.

*E o que eu planejo agora? Puta, estudar! [risos], eu quero fazer minha faculdade! Mas infelizmente...acho que algumas coisas...que nem eu falo, eu acho que sofri tanto mentalmente que algumas coisas eu acho que minha mente não guarda, ou eu não quero guardar, não sei. Alguma coisa na minha cabeça parece que não entra, parece que algo ficou perturbador, sabe? Não sei, talvez foi o acidente que eu sofri que eu bati a cabeça, eu não sei. Sei que alguma coisa hoje é diferente comigo.*

Essa presença da Rosa-semente, mesmo mediante o desenvolvimento das demais personagens e das aquisições que elas implicaram na trajetória da narradora, pode ser entendida como uma das expressões da ideia de meritocracia, que marca fortemente seu contexto. Os processos de tomada de consciência dos direitos convivem com concepções construídas e fortalecidas pelo sistema capitalista e, portanto, a superação dessas se dá através de um movimento constante próprio da dinâmica de identidade.

Sob essa ótica, a emancipação não é uma inevitabilidade quando se trata dos processos identitários, ela é uma possibilidade que requer a reunião de condições materiais, simbólicas, históricas e sociais que permitam o sujeito percorrer os caminhos de autonomia.

Rosa precisa confrontar essas contradições constantemente para poder vivenciar esses fragmentos emancipatórios. A cada confronto, as condições são expandidas, a concepção de mundo se transforma e a narradora consegue reunir esses recursos em uma dinâmica que sempre se renova.

O estudo e o conhecimento aparecem na narrativa como meios que possam garantir as ferramentas necessárias para lidar com esses confrontos, uma vez que é através deles que ela espera concretizar os projetos da Rosa-flor, que é reconhecida e que pode cumprir seus propósitos enquanto mulher e mãe. E é muito relevante perceber como ao mesmo tempo em que se responsabiliza, a narradora novamente reconhece barreiras importantes para esse desenvolvimento que pertencem a uma ordem que extrapola seu comprometimento pessoal.

*Eu quero estudar, quero me olhar no espelho, quero apontar o dedo na frente do espelho para aquela Rosa, sabe? “Você conseguiu, você vai conseguir e vai estudar” [voz embargada] é o meu sonho, ter uma oportunidade de poder estar estudando. Só que eu não quero estar estudando na frente de uma tela, eu quero me sentir útil, sair da minha casa, pegar meus livros, pegar meu caderno...sair para estudar, chegar e voltar do trabalho. Você tem que ser mãe, estudante, trabalhadora, responsável, é isso que eu gosto de sentir na minha vida, porque o sentimento de ser útil, para mim, e eu acredito que para muitas mulheres, é uma coisa sem palavras, Clara. Eu quero muito estudar, muito.*

Quando fala da necessidade de articular seus papéis de mãe, trabalhadora e estudante, Rosa mostra um projeto de vida no qual pode realizar sua utilidade, que diz muito sobre a forma como ela acaba enxergando as suas possibilidades de realização pessoal. A possibilidade na narrativa de Rosa aparece como seu projeto de emancipação e esse muitas vezes se expressa pelo desejo de se tornar reconhecida, ou visível, perante o mundo.

O projeto de vida, que aos olhos da narradora é bastante ambicioso, implica o confronto de um passado para realização de um futuro. Além de ser reconhecida pelo Estado, Rosa quer ser reconhecida pelo mundo e principalmente por ela mesma ao provar que as potencialidades pelas quais sempre se orientou foram passíveis de todo investimento que se observou ao longo de sua trajetória identitária.

*Me inscrevi no ENEM três vezes e recuei para trás porque eu estava com me-do, olha a minha incapacidade! Medo! Se inscrever no ENEM e você não ir para fazer por me-do. Por medo, por insegurança, então eu quero isso, eu quero, eu preciso! Eu quero me sentir útil, eu quero ter uma profissão, eu quero ser alguém na vida. Eu quero um dia poder dar o melhor para meus filhos. Eu quero que meus filhos me olhem e falem “Porra, minha mãe, tudo que ela passou, tudo que ela passa e olha hoje onde ela está! Minha mãe estudou! Minha mãe estudou!”*

*Minha mãe conseguiu! Minha mãe está formada!” Eu quero que meus filhos me olhem como espelho, mas não do lado sofrido, do lado bom! Que tudo o que a gente passou junto, eles olharem e falem “Porra, minha mãe conseguiu, ela conseguiu e chegou lá!”*

A fala de Rosa a respeito da inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – exemplifica muitos desses movimentos. Rosa conta sobre um projeto de crescimento e expansão, tal qual a flor que depois de desabrochar começa a se expandir para diferentes direções até poder se tornar roseira, com caule forte o suficiente para sustentar outras flores. Esse processo de crescimento abarca muito da responsabilização individual que é bastante forte na personagem Rosa-semente, que se vê na necessidade de centralizar todos os recursos para embasar tal crescimento.

Contudo, ela traz uma outra perspectiva importante para essa leitura ao afirmar “*eu quero, eu preciso!*”. A narradora se reconhece enquanto um ser não apenas de necessidades, mas também de desejos.

Para Yazbek (2003) o reconhecimento de que a classe trabalhadora, principalmente aquela mais pauperizada, é dotada de desejos e projetos de futuro é uma das maiores potenciais de transformação que devem ser consideradas dentro das Políticas de Assistência Social, pois são capazes de transformar as relações que esses sujeitos estabelecem com os serviços e com o mundo.

Entretanto, a Rosa que fala desses projetos de futuro é a Rosa descrente no SUAS e que por isso, não inclui seu papel como beneficiária direta dos projetos e programas sociais nesses planos. Ainda assim esses projetos também contemplam a visão crítica sobre a dificuldade dela e de suas semelhantes em conseguir alcançar objetivos como esse e de como esses processos se desenrolam com muito mais dificuldade do que o que seria justo.

*Eu tenho dois sonhos, sabe Clara? Estudar e ter minha casa. Tão difícil, tão difícil, tão, tão tão mesmo. Tão difícil, você chegar ao ponto ali, tão difícil, é muito difícil, mas também nada na vida é fácil né? Nada na vida é fácil, mas hoje, é como eu sempre falo, eu choro de felicidade. Eu sei que na minha vida nada vai ser fácil, eu sei que eu ainda vou sofrer muito, mas eu quero sofrer forte, sempre assim, de cabeça erguida. E eu quero ter oportunidades Eu não quero ser a invisível, eu quero que me enxerguem, só isso. Que é onde te enxergam que você cria força. Às vezes basta uma mão estendida para um mulher criar força, para qualquer pessoa criar força. Só basta uma mão, um dedo. Um contratinho de ET, de um ser humano para o outro, que a pessoa evolui. Ela dá um sopro de vida. Talvez para a pessoa que esteja fazendo não significa nada, mas para quem está recebendo, é um jardim de rosa*

O contato e o reconhecimento são humanizantes. Eles diferenciam as experiências da Rosa-erva-daninha para a Rosa-flor e é o equivalente da distância entre a sobrevivência e a vida.

A Rosa-flor se vê digna da vida além da sobrevivência e ao promover esse auto-reconhecimento ela mais uma vez fala sobre a ausência tão presente desse suporte que deveria vir da comunidade, da família e do Estado, fator que contribui com a construção da identidade política de Rosa.

Dantas (2017, p. 6) coloca que

Uma identidade política é aquela que conjuga a igualdade e a diferença. Requer que o indivíduo em seu processo de socialização busque associação a grupos, ideias, causas que lhe deem sustentação, que o ajudem a desenvolver alguma forma de identificação política, sem aprisioná-lo a eventuais políticas de identidade impostas ao/pelo grupo. Dessa forma, o indivíduo encontra espaço para o exercício de sua autonomia, por meio do seu processo de individuação.

O processo de se reconhecer como sujeito inclui o reconhecimento daqueles que estão próximos de si nas experiências e trajetória de vida, ou seja, reconhecer a semelhança que une grupos para assim poder perceber suas especificidades como indivíduo. O confronto das diferenças promove tanto os processos de socialização como favorecem a construção de identidades políticas que conseguem ler e contextualizar essas vivências nesse lugar perante a estrutura de um sistema baseado na desigualdade e exploração.

Percebe-se que indícios desse processos se fazem presentes na história narrada de Rosa quando ela coloca que a sua necessidade de ser “útil” inclui a relação com o grupo de sujeitos com experiências semelhantes as suas e seu papel na transformação dessas vidas.

Rosa conta como gostaria de concluir parte desse projeto através de seu trabalho no CRAS, podendo colaborar com as histórias que passam pelo serviço:

*Eu estou no caminho, agora eu estou. Eu coloquei mais Deus na minha vida, porque ele é o suporte de tudo. Coloquei mais a minha família, mais os meus filhos, mais os meus pais, mais o meu trabalho, mais as pessoas que estão sofrendo. Porque infelizmente eu nunca imaginei na vida sentir a dor de outra pessoa, e hoje eu sinto. Dói, chegar uma mãe falando que não tem comida, dói chegar um pai e falar que quer sustentar sua família e não consegue, me tortura, me tortura ver criança sofrendo, me tortura ver idoso sofrendo. Eu estou no caminho certo, eu quero estar no caminho certo para ajudar. Sei lá, a gente não pode abraçar o mundo, mas a gente pode abraçar 180° [risos]. O 360 não dá, mas o 180 a gente consegue.*

É necessário entender essa colocação com cuidado. Por um lado, o recurso da “ajuda” deve ser visto com bastante cuidado no contexto da Política de Assistência Social e o SUAS, justamente por reforçar as relações assimétricas de poder que marcam essa conjuntura. Por

outro, também é interessante e importante reconhecer que a “ajuda” que Rosa pretende despende vem no sentido contrário das relações clientelistas, pois parte na premissa da equalização dessas relações, do reconhecimento de uma experiência semelhante e do manejo de algumas dessas barreiras para então impactar estruturalmente a vida dessa semelhante.

A visão de “ajuda” de Rosa vai muito mais de encontro a garantia de acessos e oportunidades, além de prever a necessidade de suporte imediato para que essas se concretizem. De forma bastante insipiente é possível ver a formação de uma identidade política que é alinhada a proposta fundamental do SUAS e que é atingida através da vivência como trabalhadora, mas também do confronto dessas experiências com suas vivências singulares.

*Como eu falei para você, o conhecimento te leva a lugares, te leva à oportunidade. Eu via muito as técnicas do CRAS falando isso. Uma delas uma vez estava contando que ela começou e tal e através do conhecimento dela hoje ela conhece pessoas diferentes, então assim, é legal! Foi através do meu conhecimento no CRAS que eu a conheci com experiência, que muitas vezes ela me passou o conhecimento dela. É legal. Por isso que eu falo que o conhecimento te leva a lugares, entendeu?*

O projeto de vida de Rosa é uma contradição gigantesca com o período de esvaziamento de sentidos e mesmice que ela experimenta na expressão da Rosa-erva-daninha. Como colocado por Lima (2010) são os processos de reconhecimento que permitem a quebra dos ciclos de mesmice e os colocam em alinhamento à mesmidade.

Parece que a narradora encontra o reconhecimento em seu projeto de vida, embasando o que Dantas (2017) defende quando coloca a identidade como o resultado de uma história que contempla um ou mais projetos de vida, abrangendo a experiência vivida e a não vivida de forma que a concretização desses projetos pode aproximar o sujeito da construção das identidades políticas.

*Ainda acho pouco, quero mais. Quero mais, é fome, é sede. É fome, sede de ser pessoa boa, ser pessoa melhor. Foi muita humilhação. Não que eu quero mostrar para as pessoas, mas quero mostrar para mim mesma que hoje cada palavra que fixou dentro de mim, que hoje é gravada dentro de mim, eu quero mostrar para mim mesma.*

A Rosa que fala de si nesse presente é um sujeito de potencialidade e potência, que pela primeira vez na sua história narrada pode se construir em um desabrochar. Quando chega nesse ponto ela pode então compartilhar de ferramentas, estratégias e possibilidades de se construir formas diferentes de relação, principalmente na garantia da proteção de mulheres e suas famílias.

#### **6.4. O SUAS como ferramenta de reconhecimento e a identidade que se constrói em jardim**

A narrativa de Rosa transborda sentido nesse ponto e é muito coerente com sua trajetória. O processo de esvaziamento que acompanhamos anteriormente acontecia na interlocução de Rosa com um mundo determinante, que lhe imputava as possibilidades diante de seu papel de mãe, mulher e pobre. Rosa nomeia o estigma que determina a confluência desses três papéis como “*mãe solteira*”.

Antes, Rosa descreve a experiência da “*mãe solteira*” como um bicho jogado, não visto, impossibilitado de ter sua dignidade notada apesar das experiências que lhe são imputadas pelo status de mulher, mãe, solteira e pobre. É o estigma que Rosa carrega, a identidade que se apresenta antes dela mesma e que determina o ritmo, a qualidade e as suas possibilidades de relação.

A “*mãe solteira*” é a expressão de uma identidade que é responsabilizada pela condição socioeconômica e por conduzir o rumo de sua vida individual e familiar em direção à superação dessas limitações e é ela que geralmente constitui o público-alvo das Políticas de Assistência Social, que em sua materialização partem das estruturas determinantes desse estigma e trabalham a partir dele em uma lógica que se constitui em uma política de identidade alienante.

O SUAS que é rejeitado por Rosa é o SUAS que limita a mulher a esse papel, que não consegue atuar no sentido de lhe abrir as possibilidades e oferecer suporte para uma estruturação de identidades autônomas, mais independentes dos estigmas socialmente construídos.

Esse SUAS não é equalizado, não está pronto para acolher as demandas dessas mulheres e muitas vezes reproduz os ciclos de violência presentes na experiência social da mulher no contexto capitalista.

Rosa não se reconhece no estigma de “*mãe solteira*”, mas se enxerga no papel social de mãe, sendo que suas metamorfoses estão fortemente relacionadas ao desempenho desse papel.

Ciampa (1987), quando discorre sobre a formação de personagens e o desempenho de papéis sociais, relaciona esses pontos também com movimentos que direcionam o sujeito às formas mais autênticas de ser ou para aquelas que aprisionam esses movimentos e limitam o autor.

A fixação em uma personagem e a restrição do desempenho de um ou poucos papéis sociais geralmente é um processo que limita a possibilidade do sujeito e também regula as formas de atuação sob aquela determinada realidade. Isso porque a limitação em si visa

mascarar as metamorfoses, tirando a qualidade dinâmica das relações sociais e por isso aprisiona o sujeito a uma realidade dada (ALMEIDA, 2017).

No caso de Rosa, entretanto, seu constante referenciamento ao papel de mãe, não parece se configurar em um fetichismo de personagem, como descrito por Ciampa (1987). Ao invés de se limitar por esse papel e reduzir a expressão da identidade a ele, Rosa mostra como o desempenho do papel de mãe foi o recurso pelo qual ela conseguiu moldar novos caminhos e ampliar suas possibilidades de existência, chegando a acessar, inclusive, outros papéis sociais e desempenhar novas personagens que representassem as metamorfoses de sua identidade.

Lima (2010) aponta em seus estudos que existe a possibilidade de que a fixação em um determinado papel ou personagem não necessariamente acarreta na má-infinitude da reposição. Em algumas circunstâncias, esse movimento pode favorecer as aquisições simbólicas e a ampliação do universo relacional dos sujeitos. O estudo da identidade ganha importância quando traz elementos que colaborem com o fortalecimento das formas contra-hegemônicas de existência (FURLAN, 2020).

No caso de Rosa, é através do desempenho do papel de mãe que ela consegue confrontar as contradições de sua vida e por isso passa a atuar de formas diferentes e se construir nesse processo. Seu projeto de vida também está bastante orientado pelo papel de mãe e em como sua visão de futuro contempla sua família.

A realização presente da Rosa-flor leva em conta sua perspectiva de mãe e determina seu potencial futuro, além de incluir traços da identidade política mencionada anteriormente.

*Hoje meus filhos podem se espelhar em mim. Com toda clareza, com toda firmeza eu posso dizer que sim. Hoje eu sou mãe, hoje eu sou mãe. Hoje eu sou responsável, hoje eu sou dedicada, hoje eu penso mais, hoje eu cuido mais, eu me preocupo mais. E não é só com a minha família, mas também com as pessoas de fora. Me conecto mais com as coisas e com as pessoas. Eu falo que alguma coisa mudou dentro de mim, mas eu não sei explicar o que é, mas é coisa boa, é algo bom. É um sentimento bom que veio depois que eu pude me ver e me sentir capaz de alguma coisa. Aquela incapaz se sentir capaz, aquela inútil ser útil. Aquela invisível, ser uma pessoa visível, porque eu era invisível. No meio de tanta gente eu era uma invisível, eu era uma gorda invisível. Eu era assim. Ninguém me enxergava, ninguém me ouvia. E daqui para frente eu quero ser uma mulher mais forte do que eu sou hoje. Uma mulher formada, estudada, inteligente. Só quero ser isso, sem muitas exigências, eu só quero estudar, ter a oportunidade disso*

O desempenho de seu papel de mulher também tem grande importância nesse momento.

A condição de sobrevivência de Rosa perpassou tanto a dimensão de mãe, quanto de mulher. As dificuldades, os processos de reconhecimento (ou não) e as inúmeras situações de opressão e violência que culminam na transformação das suas condições de vida quando se separa do ex-marido, estão relacionadas ao desempenho de seu papel de mulher e de mãe.

Já quando tratamos o papel de Rosa enquanto usuária do SUAS, observa-se metamorfoses mais orientadas aos movimentos de mesmice, que aprisionam Rosa nas predeterminações sociais de incompletude, invalidez e incapacidade.

Para melhor compreender como essas dimensões se confluem nos processos identitários da narradora cabe retomar especificamente alguns conceitos ligados aos processos de reconhecimento.

Para Honneth (2003) o reconhecimento humano se dá nas esferas do amor, da solidariedade e do direito. O primeiro deles é o amor, que está vinculado às relações humanas primárias durante o processo de socialização, relações essas que evidenciam a carência mútua dos indivíduos e demonstram a necessidade de interação para prover as condições básicas de desenvolvimento e inserção social. Já a solidariedade amplia os níveis de interação e se refere a estima social desenvolvida nas relações sociais assimétricas entre sujeitos, ou seja, é o tipo de reconhecimento que requer que o sujeito incorpore as normativas coletivas de relação, situando-o em um determinado contexto sócio-histórico. Por fim, o direito corresponde ao reconhecimento nas relações jurídicas e institucionais do sujeito com a sociedade, sendo as instituições a consolidação e expressão das estruturas fundamentais que regem as relações em uma sociedade.

O autor coloca que as três formas de reconhecimento não se desenvolvem de forma independente ou progressiva, elas se inter-relacionam para formação do tecido social e ajudam na compreensão do complexo processo de individuação, socialização e formação de subjetividades sob uma ótica materialista e dialética.

Nas formas de reconhecimento citadas por Honneth (2003), é possível distinguir Rosa no desempenho de seu papel de mãe, mulher e usuária do SUAS.

O amor vem de encontro as suas relações de interdependência com os filhos. Sua sobrevivência sempre esteve atrelada a sobrevivência deles. É nessa relação que Rosa encontra-se reconhecida em sua capacidade de contradizer as predeterminações de sua identidade que colocam um julgamento moral a respeito de suas capacidades e competências pessoais sempre relacionadas ao desempenho desses papéis.

Reconhecer-se no papel de mãe também tem um impacto no reconhecimento do papel de Rosa enquanto filha e coloca a sua família como um local de garantia de proteção.

*[...] eu vejo essa força através dos três rostinhos que eu carrego. Mesmo com muita raiva de algumas coisas, eu olho pro rosto dos três dormindo na cama é de onde eu tiro. É onde eu não tenho força, mas eu tiro, entendeu? É onde eu vejo meus pais. Eu quero estar bem para poder ajudar meus pais. Eles estão idosos e sei lá. Eu tiro força da minha família que eu tenho hoje e que hoje eu reconheço que é minha famílias.*

Já o papel social de mulher proporciona à narradora o reconhecimento na forma de solidariedade. O desempenho desse papel a faz consciente, em certo grau, das normativas e estruturas sociais que regulam as formas de relação. Quando descreve sua experiência como mulher, Rosa se refere a uma estrutura maior que seus relacionamentos amorosos ou a relação direta com outros indivíduos. Ela narra uma experiência social que a localiza em uma lógica assimétrica de organização das relações.

*Eu choro porque essas feridas doem, mas eu também choro porque eu passei por tudo isso. E não foi através de órgão, de nada, de ninguém! Foram de pessoas que simplesmente fizeram como você está fazendo: me ouvindo. Foram histórias que eu ouvi de mulheres lá atrás...e que me fizeram estar onde estou hoje, e hoje eu também estar contando a minha história. Porque muitas vezes eu conto a minha história para alguém e é algo que fortalece as pessoas, sabe? É o não desistir [...]*

Enquanto usuária do SUAS, o reconhecimento de Rosa se dá pelo desrespeito aos direitos, pela denúncia de uma falta contundente de um sistema que se faz presente ao fortalecer condições violentas de existência e ao impedir que os devidos suportes e recursos sejam acessados por aqueles que necessitam.

*Mas também eu acredito, por trabalhar lá, não existe, não existe, infelizmente a gente mãe...é...mãe solteira, mãe sozinha que tem que criar seu filho, que passa por abandono, fome, sabe? Desprezo, humilhação, a gente não tem recurso. Não existe, não existe e se falar que existe...não existe, a gente está em um país que não existe, de verdade. Eu sou a prova de muitas, né...que muito, muito, muito a gente vê que a gente é escassa, jogada. A mulher é um bicho jogado. A criança é um bicho jogado [...]Eu sempre falo isso, eu sempre bato na mesma tecla, não existe órgão, não existe nada que possa ajudar uma mãe. Existe pessoas legais pra poder ouvir a gente, mas programas essas coisas, eu desconheço por mais que eu trabalhe lá.*

A Rosa-flor nomeia a política pública através da “falta de condições”. Ela atrela a presença do Estado e de um sistema de garantia da proteção social à viabilidade de oportunidades e condições para concretização de seus projetos de vida e de outras mulheres como ela. As condições e os recursos são bastante importantes em sua narrativa pois

simbolizam justamente esse lugar de falta que afeta não apenas a situação pontual e circunstada de mulheres e famílias pobres, mas acabam por definir as possibilidades de vida dessas pessoas.

O reconhecimento é o fator que marca toda a trajetória da narradora. A busca, a falta e a concretização do reconhecimento é o processo que perpassa as metamorfoses de Rosa.

Voltamos a nos valer da metáfora do jardim para buscar ilustrar os processos de identidade da narradora.

A Rosa-semente é uma personagem voltada para a garantia das condições necessárias para sua germinação. Ela precisa concentrar em si as capacidades e competências que lhe garantam o solo e o clima necessário à germinação. Assim, ao expressar a Rosa-semente, a narradora busca dar conta de todas as suas necessidades e as de sua família através dos recursos que tem à mão e acaba se vendo insuficiente para tanto, pois percebe que seu esforço individual, por maior e mais significativo que seja, não é suficiente para a concretização de seus projetos de vida.

É então que a narradora passa a considerar mais seus arredores, as relações que podem e deveriam lhe fornecer parte desses recursos. Ela entra na relação com o pai de Rafaela buscando esse suporte para atingir um patamar de autorealização, contudo, depois de não encontrar em si os recursos necessários para tanto, ela também deixa de encontrá-los no mundo.

A Rosa-erva-daninha é uma personagem muito mais atenta ao jardim. Ela compreende que existe uma certa organização entre plantas e flores, que a distribuição de recursos não se dá de acordo com as necessidades de cada planta e que as flores não são todas trabalhadas para atingir seu potencial. Por isso a Rosa-erva-daninha é focada na elaboração e execução de estratégias de sobrevivência.

Nesse ponto de sua narrativa, a Rosa mostra um grau importante de consciência a respeito do tratamento desigual que a sociedade despende às mulheres e mães, sendo essas diferenças grandes influenciadoras, quando não as grandes responsáveis, pela perpetuação das condições de violência que esse público vive. Rosa descreve a violência doméstica, chegando a citar outras vivências de violência que ela experienciou em sua trajetória.

*Isso que eu ainda não falei para você, eu sofri violência de estupro quando eu trabalhava em um clube. Foi muita coisa que eu passei, muita, muita, muita. Muitas histórias...muito sofrimento, então assim, eu quero me conhecer mais, talvez eu ainda nem me conheça.*

Vendo então a impossibilidade de dar conta das demandas da vida sozinha e das barreiras para encontrar esse suporte no mundo, a narradora mostra a necessidade da existência de um elemento agente “externo” que possa mediar as demandas do jardim.

O Estado na metáfora de Rosa é como se fosse um jardineiro que teria como função se atentar para as necessidades de cada uma das plantas e garantir que elas recebessem os recursos necessários para o crescimento pleno e saudável. Contudo, o que ela observa é um jardineiro ausente, ou que não se atenta o suficiente nas partes mais debilitadas do jardim.

O Estado, manifestado na história de Rosa pelas políticas de proteção social, tem seu espaço e função reconhecidas pela narradora, mas que não se cumprem na atenção e contato com a população.

A Rosa-flor é a personagem que busca projetar um futuro, apesar dos limites impostos pela dinâmica social de vulnerabilidade. Ela busca construir essa perspectiva de futuro mesmo na ausência desse jardineiro.

Um ponto muito importante da Rosa-flor é que ela parece perceber como esses mecanismos de reconhecimento são manifestados na vida da população em condição de vulnerabilidade social, por isso ela busca tentar promover o máximo dessas formas de reconhecimento enquanto integra o sistema que a invisibilizou por toda uma vida.

E é aqui que fica bastante expressiva a noção que a narradora demonstra das contradições que se implicam na materialidade da vida e das construções identitárias que se dão no movimento dialético.

A percepção dessas contradições são passos importantes para compreender os processos que geram as identidades políticas. Para Rosa, a compreensão das contradições se dá tanto no âmbito das políticas públicas como na sua própria percepção a respeito da construção de sua identidade. A narradora se vê enquanto a confluência dessas contradições e confrontos de diferenças, bem como é capaz de enunciar as falhas do SUAS ao mesmo tempo que enxerga suas potencialidades.

Na última etapa de sua narrativa, Rosa se dedica a explicar suas metamorfoses e mostrar como as mudanças em sua vida aconteceram por suas escolhas, mas também pelas oportunidades que ela encontrou pelo seu caminho.

*Como eu falei, aquela inútil virou útil. Aquela porcaria foi reciclada. Aquele lixo foi reciclado, sabe? Aquela inútil é útil, aquela invisível e visível. Aquela moça que não era mãe hoje é mãe, aquela moça que usou droga é ex-drogada, aquela moça que era alcóolatra é ex-alcóolatra. Aquela moça fraca hoje é forte, aquela moça que não tem raiz hoje ela tem, aquela moça que não tinha sonho hoje ela sonha! Aquela moça que não queria nada com a vida hoje ela quer, ela deseja, ela almeja, ela tem vontade. Mas falta oportunidade às vezes, entendeu? Eu acho que a gente devia ter mais oportunidade, deveria ter mais locais para estudo das pessoas. Favorecer um pouco mais uma mãe solteira, sei lá. Algum recurso que tivesse que*

*ajude. Às vezes nem financeiramente, um local, uma passagem que o governo desse, que uma prefeitura desse para poder ajudar ela, incentivar ela a sair de casa*

Ela não se limita em uma descrição de si, porque para falar de sua individualidade a Rosa-flor precisa trazer o jardim completo com ela. Aqui a narradora mostra como a identidade da flor está ligada a seu contexto e sua história, já que só é possível compreender a flor quando se entende o solo, o clima, as outras flores e plantas que dividem o espaço com ela. As condições desse jardim, entretanto dependem de uma rede de recursos e mecanismos que possam garantir a sobrevivência e crescimento das flores e plantas.

As falhas dessa rede colocaram em risco a existência de Rosa várias vezes. A finalidade do sistema de produção capitalista de usar e descartar as existências como bens de consumo se faz real na consolidação dessas violências que desgastam os processos de construção de uma identidade voltada para as formas autênticas e autônomas de ser (FURLAN, 2020).

A relação de Rosa com as PNAS é um material rico para também entendermos como o SUAS se concretiza na vida de usuárias, famílias e comunidades.

De uma forma geral suas falas podem parecer, em primeira análise, como evidência de um vínculo frágil ou quase inexistência de relação efetiva com o SUAS. Contudo, ao se deter nos sentidos que a narradora traz em sua história, percebemos que as falas ganham status de denúncia, nas quais ela nos mostra concretamente a não efetivação de uma política interventiva.

Sua narrativa mostra uma compreensão a respeito da existência de um sistema integrado de garantia de proteção social, mas que não consegue fornecer os meios e recursos para efetivação dessa política, principalmente quando se especifica o atendimento de mulheres chefes de família. Sempre que possível é importante frisar que esse recorte populacional representam a expressiva maioria do público diretamente referenciado nos diversos serviços, programas e benefícios vinculados à política de assistência.

Rosa também mostra um ponto bastante importante para essa discussão: a discrepância entre aquilo que é formal e institucionalmente esperado da política e aquilo que se observa na prática diária da mesma. Essa diferença, como já apontado, compõe um projeto de desmonte que está diretamente relacionado a fatores estruturais do sistema capitalista, mas que também adquirem uma função dentro do projeto de cidadania e subjetividade que são possíveis nesse contexto.

Os traços que indicam a construção de uma identidade política nesse caso estão diretamente ligados com a percepção das contradições. Perceber a distância entre o projeto do SUAS e a realidade vivida parte de um conhecimento que vem da experiência de reconhecimento.

Rosa consegue perceber as contradições e, em certo ponto, transitar por elas, recobrando sua capacidade de atuar ativamente pelo mundo. Sua narrativa mostra isso através do seu projeto de poder colaborar com pessoas em condição semelhante a sua e na realização dos papéis sociais que são estruturantes em seu processo identitário.

*Como eu falei, aquela inútil virou útil. Aquela porcaria foi reciclada. Aquele lixo foi reciclado, sabe? Aquela inútil é útil, aquela invisível e visível. Aquela moça que não era mãe hoje é mãe, aquela moça que usou droga é ex-drogada, aquela moça que era alcóolatra é ex-alcóolatra. Aquela moça fraca hoje é forte, aquela moça que não tem raiz hoje ela tem, aquela moça que não tinha sonho hoje ela sonha! Aquela moça que não queria nada com a vida hoje ela quer, ela deseja, ela almeja, ela tem vontade. Mas falta oportunidade às vezes, entendeu? Eu acho que a gente devia ter mais oportunidade, deveria ter mais locais para estudo das pessoas. Favorecer um pouco mais uma mãe solteira, sei lá. Algum recurso que tivesse que ajude. Às vezes nem financeiramente, um local, uma passagem que o governo desse, que uma prefeitura desse para poder ajudar ela, incentivar ela a sair de casa.*

A Rosa-flor é a personagem da contradição, aquela que se vê mãe e mulher a partir das suas experiências anteriores de “falha” nesses papéis. É a personagem que marca a presença constante de uma política através de sua ausência, mas que ao mesmo tempo é capaz de enunciar recursos existentes e aqueles ainda necessários para efetivação desse projeto político. É pela Rosa-flor que o SUAS chega mais perto de se efetivar quando nega sua versão precarizada e sistematicamente sabotada.

Partimos da história de Rosa por compreender que ela tem um aspecto representativo, no qual o universal se manifesta no singular (ALVES, 2017). A experiência de Rosa é emblemática pois mostra quais são os projetos identitários previstos para as classes subalternas, quais os recursos e lugares determinados a esses sujeitos através dos processos sistêmicos que se desenrolam na materialidade da vida.

A narradora também contribui muito com a discussão por mostrar qual e como se manifesta distância entre um projeto de política e sua efetivação em um contexto estruturalmente formado para reproduzir e fortalecer as desigualdades sociais e de gênero. A história que Rosa compartilha é um exemplo importante a respeito das formas de acesso as políticas públicas e de como a ausência e presença das políticas de direito são importantes na construção do processo identitário.

Essa ausência diz muito sobre as possibilidades de formação das identidades. No caso da PNAS esses processos são intimamente relacionados aos padrões de subalternidade dos estratos mais baixos da sociedade, pois a falta, ausência e ineficiência dessas políticas condiz

com um projeto de reforço das ordens de exploração necessárias para o sustento da sociedade capitalista.

Rosa ainda colabora para a percepção de como as histórias de vida de tantas mulheres são formadas a partir desse olhar da falta e como toda uma estrutura de opressão trabalha para definir uma política de identidade alienante e que contribui para a criação e manutenção de identidades pressupostas que limitam as possibilidades de existência desse grupo que representa um dos maiores recortes populacionais do Brasil.

Mas, sobretudo, a narradora colabora principalmente ao mostrar as formas de subversão dessa lógica através de pequenas conquistas de fragmentos emancipatórios. A história de vida de Rosa permitiu o desenvolvimento e a articulação de determinados recursos que possibilitaram vislumbrar esses processos de emancipação, recursos esses que foram construídos em uma constante interlocução com as políticas públicas, seja pela presença ou a tão comentada ausência que foi enfatizada pela narradora.

A aquisição de fragmentos emancipatórios e a estruturação de uma identidade política em potencial é um processo possível de se perceber na trajetória de Rosa, e que, embora possamos perceber como as interlocuções com o SUAS vão se dando ao longo de sua narrativa, fica inegável como parte importante desses recursos se estruturaram de um lugar diferente das políticas, muitas vezes de articulações que a própria narradora coloca como sendo próprias de seu desenvolvimento subjetivo.

Mesmo assim, a Rosa que chega ao final dessa narrativa é uma Rosa bastante interessada nos processos coletivos de criação da realidade, que busca entender qual é o tipo de impacto que ela pode ter sobre o mundo e em que medida esse mundo também a constrói. É uma identidade minimamente apropriada dos seus processos de direito, integrada com uma dimensão de demandas coletivas que buscam se adensar através do reconhecimento de experiências semelhantes.

*Eu quero ser útil. Eu me senti tão inútil na minha vida que eu quero ser útil na vida de todo mundo, independentemente de qualquer forma. Seja de uma palavra, uma mão, uma limpeza, qualquer coisa! Eu quero ser útil. Eu quero ser um espelho pros meus filhos, eu quero ser o orgulho do meu pai e da minha mãe. Eu quero ser útil na vida de alguém, eu preciso disso, isso me fortalece, entendeu?*

Rosa se vê mais reconhecida e por isso consegue expressar mais como se deram seus processos identitários para estruturar projetos de vida que lhe diferenciassse do *mulher-mãe-bicho* para se reconhecer como a *mulher-mãe-gente*. A humanidade de Rosa vem de sua história

e a força que ela descreve vem do reconhecimento de sua fragilidade e da importância de não apagar a trajetória que construiu a Rosa-flor.

*Hoje eu me vejo fraca e forte, eu me sinto uma rosa na terra. Eu falei esses dias isso porque me fizeram essa pergunta, “Como você se vê hoje?”, um homem me fez essa pergunta. Eu me vejo como uma rosa. Com uma raiz querendo florescer, querendo mostrar a minha beleza. Às vezes falta oportunidade, eu quero mostrar a minha beleza, existe uma raiz ali, lutando. O caule eu me considero uma mulher sofrida, né? Aquela sofrida que sofreu, mas forte, aquele caule para mim é uma mulher que sofreu, ela tem raiz, mas sofreu. Mas ela é forte, com os espinhos dela ela é forte. Onde ela criou um porto-seguro para ninguém me machucar mais. E aquelas pétalas é aquela mulher que é mulher, eu sou uma mulher, eu sou sensível! Eu sou um ser humano, eu sou uma mãe, eu sou uma mulher, resumindo, eu sou uma mulher, eu sou fraca. Então hoje eu me considero como uma rosa né? De raiz, à caule, até aquelas pétalas sensíveis. Tem força, só que também não pode sofrer muito sacolejo senão desmorona. É mulher né? Já diz o nome, mulher. Eu sou mulher [sorri].*

A importância de perceber que as políticas de direito são parte integrativa da vida das e dos cidadãos brasileiros é considerar que sempre haverá um tipo de influência sobre as identidades e, portanto, os processos políticos que acontecem no nível das subjetividades e das coletividades. Conhecer como se constroem as identidades das classes subalternizadas é de suma importância para colaborar como essas estruturas de poder são reformuladas com o passar do tempo e como se manifestam na materialidade da vida.

Trazer a perspectiva de mães, mulheres e pessoas em condição de vulnerabilidade para a construção dessa discussão é contribuir para o fortalecimento dos espaços de reconhecimento e legitimação das demandas e vivências dessas pessoas.

Como Rosa nos fala repetidamente, são as ações de escuta, reconhecimento e fortalecimento que podem mudar a lógica de relações de poder, para assim auxiliar na construção de recursos que possam trabalhar em favor da dignidade humana e promoção de direitos.

A Rosa-flor mostra a importância do fortalecimento de todos os espaços e relações de reconhecimento e principalmente alerta para as consequências da falta dos mesmos.

Os projetos de futuro que Rosa coloca para si, englobam essas premissas e mostram como a identidade é metamorfose pois é a partir da abertura para a possibilidade de transformação que se pode ver a efetivação de um projeto civilizatório de humanidade e, como a construção do sujeito de direitos se dá nas interlocuções desses processos.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar a conclusão de um trabalho como este sem dúvida é um desafio, principalmente porque não se trata de uma história que chegou ao seu fim, mas cuja narrativa foi interrompida. Portanto, o que segue são considerações finais acerca do que foi narrado pela própria autora da história. Releva-se ainda que este encerramento se deve a proposição de uma análise que colabore com a construção de lutas e resistências, ao invés de uma conclusão para, apenas, cumprir com as exigências acadêmicas de uma dissertação.

A narrativa de Rosa é rica em ilustrar como a identidade é um projeto em constante construção. Os movimentos e os processos implicados em cada metamorfose articulam configurações sociais e construções históricas, representadas pela narradora na particularidade de sua história de tal modo que na dinâmica da narrativa, Rosa para se definir, não utiliza

[...] atributos ou características, mas relata atividades, representações, relações com os outros, assim como revela sentimentos, angústias, alegrias etc., mergulhados e eclodidos nas relações no mundo, no desempenho da atividade (Alves, 2017, p. 35).

O que se percebe através da história da narradora é que os processos de metamorfose da identidade podem ser fortemente atrelados à experiências de violência quando se trata de sujeitos subalternizados. Rosa ainda traz uma especificidade própria das mulheres em condição de vulnerabilidade social e narra como essa experiência pode ser estruturalmente violenta em boa parte dos aspectos subjetivos e objetivos da vida desses indivíduos.

A experiência enquanto mulher e mãe pobre define o ponto de partida de Rosa e estabelece uma referência para o desenrolar de seus processos identitários. É no desempenho desses dois papéis e na condição de pobreza que se estrutura a vulnerabilidade (e em determinados momentos o risco) social que marca a sua história.

As mudanças de personagem que percebemos ao nos debruçar sobre a narrativa mostram que Rosa expressa as metamorfoses em sua identidade na medida em que busca recursos de sobrevivência tanto material quanto simbólica de si e de seus filhos ao longo da sua vida.

A Rosa-semente busca situar-se em um mundo que a abandona, enquanto a Rosa-ervadinha sobrevive às mais duras condições de violência que são diretamente relacionadas a seu gênero e, por fim, a Rosa-flor se vê na possibilidade de ser minimamente visibilizada pelo mesmo sistema que a exclui e mal trata. É nessa trajetória que a narradora vai reunindo os recursos necessários para estruturar uma postura mais crítica sobre a estrutura de desigualdade e exploração que embasa esse sistema.

A narradora mostra como os processos de construção da identidade são constantemente confrontados com essas estruturas sociais que determinam as possibilidades de existência dos sujeitos em favor da manutenção de hierarquias de poder econômico, de gênero, social e todo o aparato sistêmico que as acompanha.

É nos processos de confronto dessas estruturas, quando Rosa se depara com as identidades pressupostas que determinam o que é possível em seu trajeto identitário, que ela começa a perceber como essas instâncias se organizam em políticas de identidade que reconhecem ou não sua existência.

O reconhecimento para Rosa é o mecanismo pelo qual ela consegue reunir os recursos necessários para se posicionar enquanto ser humano diante do sistema que a trata como “bicho”.

Enquanto se vê e é vista como “bicho”, Rosa passa pelo processo da *mesmice*, na qual tem dificuldade de superar as identidades pressupostas que acompanham os papéis sociais de mãe, mulher e pobre e é constantemente restringida na construção de suas metamorfoses ao que é esperado das classes subalternizadas no esquema de reposição da mão-de-obra.

A narradora retoma sua humanidade quando passa a experimentar processos de reconhecimento após sair da relação de abuso com o ex-companheiro e conseguir um posto de trabalho na política de assistência social de seu município. O reconhecimento aqui vem tanto pela ascensão socioeconômica quanto pela apropriação sobre o funcionamento da política socioassistencial.

O reconhecimento aparece como um recursos de humanização que possibilita que o indivíduo se veja como identidade em construção e como sujeito de direitos. Quando começa a tomar consciência dessas dimensões, começa a se estruturar uma identidade política que é capaz de se apropriar, transitar e atuar de forma mais autônoma nesse sistema (LIMA, 2010).

Esse movimento é percebido na história de Rosa quando ela passa a assumir o papel de trabalhadora da assistência e precisou confrontar as contradições enquanto cidadã das classes subalternizadas e integrante da mesma política que não a reconheceu por tanto tempo. É no confronto de contradições como essa que Rosa pode expandir seu universo relacional, desenvolver novos olhares para o mundo e criar projetos de vida que contemplam essas metamorfoses.

Conforme acompanhamos a história de Rosa, percebemos que existe uma relação entre a construção de identidades políticas e as políticas de identidade pautadas no reconhecimento. A narradora também colabora para o entendimento de como as políticas públicas, em sua concepção e execução, são espaços de regulação de corpos e podem se estruturar na direção de favorecer os processos de emancipação ou alienação.

As contribuições da narradora, que aqui se constituiu enquanto coautora desta dissertação, vem de encontro aos questionamentos acerca das interlocuções entre essas instâncias subjetivas e as estruturas sociais que também as compõe, especificamente em como a construção da identidade de mulheres em condição de vulnerabilidade social é atravessada por políticas públicas como a PNAS.

Realizar uma análise das políticas de assistência no Brasil é invariavelmente chegar à resultados contraditórios e sempre em aberto. A grande maioria das análises a respeito das políticas públicas de proteção social são contundentes em afirmar a falta de cobertura e a pouca eficiência em confrontar as desigualdades sociais e a condição de pobreza que marca fortemente os usuários dessa política (YAZBEK, 2003). Rosa mostra um panorama semelhante a esse, apresentando uma política que tem dificuldade de se efetivar e que aparece na vida das mulheres em um lugar muito mais de culpabilização que de suporte.

Em um primeiro momento buscamos entender qual era o papel dessa política na vida e na construção identitária de mulheres em condição de vulnerabilidade, quais eram as representações que essas instituições assumem na história de vida dessas pessoas e quais são os mecanismos que se traduzem na materialidade da vida das cidadãs para regular ou propiciar a aproximação de fragmentos emancipatórios desses sujeitos.

A narrativa de Rosa evidência que as políticas de assistência ocupam lugar de importância na produção e reprodução do sistema social vigente, colocando-se como um mecanismo de manutenção das ordens de poder com políticas identitárias regulatórias, sobretudo da população que ocupa lugares de subalternidade. Deste modo, podemos afirmar que estas políticas impingem à população usuária uma personagem pressuposta de subalterno. Essa percepção vai de encontro com o que Yazbek (2003) discute em sua obra e que revela um aparato estatal fragmentado, disperso e direcionado para a ação pontual e setorizada no que tange o trato das classes subalternizadas.

Podemos perceber, com a história que Rosa narra, que as formas de regulação não só aparecem como relação clientelista e alinhadas com as práticas assistencialistas, que marcam a trajetória das políticas de assistência, mas também, marcam o lugar que essas políticas acabam ocupando na vida dessas pessoas de modo coercitivo.

Como já discorrido, a ausência das políticas de assistência aparece na história de Rosa como uma presença marcante, uma vez que a falta de reconhecimento é carregada de um sentido específico que denota qual é o lugar e quais são as possibilidades de reconhecimento que mulheres em condições de vulnerabilidade tem nesse sistema.

Furlan (2020) é contundente ao afirmar que a ausência programada do Estado é uma estratégia de regulação dos corpos que se traduz nas políticas de identidade alienantes, sendo que essas tem um papel fundamental e estrutural para cooptar as formas mais emancipatórias de relação em favor de uma ordem social apropriada pelo sistema capitalista.

A política de assistência definitivamente aparece nesse lugar na fala de Rosa, mas a autora não a coloca como sendo a única política ou ferramenta estatal que se enquadra nessa lógica de apropriação.

Sposati (2009) afirma que a política de assistência não é mecanismo exclusivo de combate à desigualdade de que a nossa organização social dispõe. Por isso as dificuldades de se confrontar essa realidade não devem ser direta e unicamente associadas a ela. O que Yazbek (2003) também coloca é que o afastamento entre o ideário das políticas públicas e sua execução é mais um indício de como esses mecanismos de apropriação tem se comportado nas nossas lógicas de relação atuais.

Em termos de identidade, esse é um fator importante que se expressa na narrativa de Rosa, pois sua história é significativa ao ressaltar os diversos mecanismos de opressão, violência e de possibilidade de construção de uma consciência política quando se encontra sobretudo no desempenho dos papéis sociais de mãe, mulher e pobre.

A narradora também mostra como essas estruturas políticas se configuram nas políticas de identidade na medida em que definem esses lugares, as expectativas e as possibilidades no desempenho desses papéis. E nesse processo, a ausência se torna tão importante quanto a presença efetiva do Estado, pois a falta de reconhecimento na história de Rosa é apresentada como um mecanismo regulatório de sua identidade.

A narradora vem mostrando em toda sua história que existem diversas instâncias em sua vivência que colaboraram para seu apagamento enquanto sujeito. Tal esgotamento de reconhecimento se deu tanto em nível afetivo, social, material e institucional e o que Rosa vem narrando é que esse é um processo que se desenrola a partir de seu lugar enquanto mulher, mãe e pobre, fazendo dessa uma experiência social e não puramente individual.

Ela conta como essas instâncias se entrelaçam para determinar supostas identidades que levam esses sujeitos a cumprirem seu papel de subalternidade na lógica sistêmica.

Contudo, também se percebe como, ao assumir posições diferentes nesse sistema, Rosa pode reunir condições para se apropriar de espaços simbólicos na política de Assistência Social que contribuiriam para fortalecer uma concepção crítica de sua realidade.

Dessa forma, atentar-se para as formas como as identidades desse recorte da população se constroem nas interlocuções com as políticas públicas de proteção social, também, diz muito

a respeito sobre o tipo de identidade que essas políticas têm favorecido. No caso das políticas de Assistência Social, cabe notar que como estão tão próximas dos mecanismos de manutenção da desigualdade social, as identidades em processo neste contexto estarão invariavelmente atravessadas por essa condição e os determinantes sociais historicamente construídos.

Sendo essa uma política que se vincula diretamente à pilares estruturantes da sociedade capitalista, ela possui, em igual medida, tanto a potência de gerar identidades que estejam direcionadas a provocar mudanças nessa estrutura, quanto identidades que possam colaborar com a manutenção delas.

O que a narrativa de Rosa mostra é que um fator que merece atenção para entender esses movimentos fica nos processos de reconhecimento dos sujeitos. Conforme percebemos em seu relato a efetivação do SUAS depende da promoção das formas e meios de reconhecimento de seus usuários.

O SUAS que nos é apresentado pela narradora é um sistema carente na promoção do reconhecimento de mulheres e mães em vulnerabilidade social e que não consegue garantir a proteção desse público pois lhe nega o reconhecimento necessário para manutenção primordial de sua vida.

Nesse contexto, o Reconhecimento se estabelece como um fator importante que possibilita as metamorfoses da identidade de Rosa na formação de uma identidade política, pois é através do reconhecimento que consegue retomar as relações simbólicas, permitindo assim, superar aspectos das personagens pressupostas que lhe eram impostas de forma violenta.

A história compartilhada pela narradora mostra como no contexto de violência específico de mulheres, em condição de vulnerabilidade, o reconhecimento tem um papel importante na reumanização e na garantia da vivência de dignidade pois dá visibilidade para a experiência de mulheres que são sistematicamente apagadas em seu papel fundamental para manutenção do Capitalismo.

O reconhecimento é uma das condições primárias para o desenvolvimento de identidades políticas que estejam mais conscientes dos mecanismos de poder, das formas de organização desigual da sociedade e como é possível se apropriar de espaços que possam favorecer o fortalecimento de movimentos e lutas coletivas para promoção de pautas vindas dos grupos que sofrem a pior faceta da exploração (LIMA, 2010).

Essa é a identidade que o SUAS se propõe a favorecer: processos de identidade que estejam mais alinhados a esta perspectiva crítica e voltados para a transformação da realidade social em direção de formas mais justas de relação. O SUAS e a PNAS tem em seu escopo a proposta de fomentar as possibilidades identitárias de seus usuários para que esses possam

reconhecer os mecanismos de opressão e transitar por esse sistema em nível institucional, material e simbólico a fim de concretizar projetos de vida que impactem estruturalmente essa organização social.

O desmonte da PNAS e do SUAS são estratégias neoliberais que contrapõe a proposta de transformação política previstas na Assistência Social, baseada na concepção do fortalecimento de sujeitos e comunidades subalternizadas, e na construção de ações continuadas para promoção de direitos.

Os processos identitários que favorecem a superação das identidades pressupostas que restringem os sujeitos às condições alienadas são parte dos recursos necessários para que essa concepção de Assistência Social possa ser mais presente na execução cotidiana da política.

A distância entre as prerrogativas da assistência e a forma como ela se manifesta na vida das usuárias é o espaço em que cabe compreender como se dão as formas de cooptação e regulação das identidades e quais os papéis desses processos no avanço das desigualdades sociais.

Para lidar então com a contradição entre a proposta dessa política e a forma como ela se apresenta de fato para a população brasileira, Sposati (2009, p. 16) ressalta como é importante lembrar que a PNAS é uma proposta de um novo modelo de política e que nesse interim:

Desconstruir/reconstruir o modelo social público brasileiro de proteção social não contributiva, em bases crítico-conceituais, supõe introduzir múltiplos recortes em seus elementos constitutivos, mas, também, alertar quanto à perspectiva histórica contida na concepção de modelo. Refiro-me ao fato de que um modelo indica sempre uma relação do presente com o futuro. Como conceito, ele é um vir a ser. A sua aplicação real é que vai lhe dar a forma para além do conceito.

A autora dá segmento à argumentação e coloca que:

Aplicar um modelo na realidade exige a capacidade estratégica de enfrentar condicionantes, determinantes e impactos nos elementos do presente e do passado, que não condizem com o modelo que se deseja concretizar para o futuro. Portanto, a aplicação do modelo supõe a alteração do que já vinha ocorrendo e, ainda, um novo modo de realizar a leitura dos fatos e elementos em mutação. (Sposati, 2009, p. 16).

Considerar o SUAS enquanto modelo é quebrar o paradigma de que existe uma formatação política que seja estável, constante e intocável pelos processos histórico-sociais.

A partir desse entendimento é possível pensar em formas de contribuição para a efetivação desse modelo e como as políticas de Assistência Social podem se configurar em políticas de identidade emancipatórias para seus usuários.

Como já colocado, a promoção das formas de reconhecimento é um dos principais elementos trazidos por Rosa para contribuir com a formação de sua identidade política. O que a narradora traz é que a sua vivência de reconhecimento enquanto trabalhadora do SUAS esteve

bastante vinculada com o desenvolvimento de uma compreensão crítica a respeito da PNAS como um todo e de sua experiência como usuária.

Dessa forma, fica evidente a importância do viés socioeducativo da política, uma vez que é a partir dele que são trabalhadas as possibilidades de se romper estigmas e atuar junto a sujeitos e comunidades sob a ótica da garantia de direitos.

Fica aqui destacado como essa abordagem socioeducativa, a fim de se apresentar como uma prática que possibilite a aquisição de fragmentos emancipatórios, precisa partir da equalização das relações entre usuários, serviços e trabalhadores da política. Tanto quanto os mecanismos de acesso à cidadania, a narrativa de Rosa mostra que a experiência de relações equalizadas é o que pode promover e sustentar as experiências de reconhecimento e fortalecer os movimentos de apropriação da população desses mecanismos.

Concomitantemente, trazer elementos para debates que envolvam as relações assimétricas de gênero e sua ligação com o Estado também colabora para o fortalecimento das discussões que considerem essas construções sociais e definem pautas de relevância para as lutar de garantia e conquista de direitos das parcelas mais vulneráveis da população. Entender as interlocuções entre a dinâmica socio-política e a construção das identidades, é atentar-se para a gênese dessas relações de poder e as estratégias que podem ser utilizadas para combater essa lógica de exploração e opressão que produz as desigualdades sociais.

Os estudos sobre identidade vem contribuir no sentido de entender como as metamorfoses compreendidas a partir do olhar de sujeitos trazem elementos representativos da dinâmica social, mostrando também como essa estrutura está sujeita às metamorfoses e transformações próprias da humanidade.

Portanto, entender a identidade como um fenômeno político é também expandir o olhar para as produções sociais de sujeitos e coletividades de forma dinâmica e em constante transformação.

Rosa traz elementos importantes para essas análises que não se esgotam em sua narrativa, mas que trazem novos elementos para entender como as identidades de mulheres são atravessadas pelas políticas públicas e quais são os caminhos e possibilidades que podem ser adotados para favorecer o reconhecimento desse recorte populacional e a realocação de suas demandas nesse contexto social.

O projeto político aqui descrito diz respeito tanto a instituição política da assistência social, quanto ao reconhecimento da importância política que as mulheres dos estratos mais basilares da sociedade tem na configuração das hierarquias de poder.

Assumir a possibilidade de mudança é um ato de resistência que deve ser trabalhado constantemente, direcionando olhares, formas de atuação e possibilidades de relação que possam contribuir para a construção de possibilidades que legitimam essas diferentes formas de ser e estar no mundo.

Rosa mostra como a contribuição para efetivação desse projeto político está na não conformidade, em reconhecer os limites e as possibilidades impostas pelo sistema e encontrar, assim, formas de existência que transcendam a sobrevivência e possibilitem a vivência de um presente sob a perspectiva de um futuro.

Como a própria Rosa conclui:

*E assim, nunca desistir da vida. É difícil, difícil, muito difícil, falta oportunidade, falta um pouco de humanismo, um pouco de amor nas pessoas, um pouco de oportunidade, e eu sempre vou falar isso.*

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J.A.M. Identidade e Emancipação. **Psicologia&Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e170998.pdf> Acesso em 27 fev 2019.
- ALVES, C.P. Narrativas de História de Vida e Projeto de Futuro no Estudo do Processo de Identidade. **Textos e Debates**, n.31, jan-jun 2017a. p.33-41. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/viewFile/4255/pdf> . Acesso em 8 abr 2019.
- ALVES, C.P.; MIRANDA, S.C. A História de Ciampa: uma marca identitária para a Psicologia Social. In: VICENTIN, M.C.G.; GONÇALVES, M.G.M.; MIRANDA, S.C.; XAVIER, K.R. **Construindo uma Psicologia Social ético-política na transversalidade teórica**. São Paulo: Educ, 2019. p. 67-88.
- ANTUNES, M.A.M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. especial. Brasília, 2012. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932012000500005&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500005&lng=pt&tlng=pt) Acesso em 1 jun. 2012.
- ARAÚJO, M.E. **A Atuação dos Psicólogos no CRAS e o Enfrentamento da situação de Vulnerabilidade social**. 2014. 285f. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Biblioteca Digital da USP. Teses e Dissertações. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20102014-115827/pt-br.php> Acesso em 12 jan 2021.
- BARBOSA, E. E. **Negras Lideranças: mulheres ativistas da periferia de São Paulo**. São Paulo: Dandara, 2019.
- BEAUVOIR, S. Primeira Parte: Destino. In:\_\_\_\_\_. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 30-76.
- BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Capitalismo, Liberalismo e Origens da Política Social. In:\_\_\_\_\_. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008. p.47-81.
- BERGER, P.L. LUCKMANN, T. **A Construção social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRAIDOTTI, R. Diferença, Diversidade e Subjetividade Nômade. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1-2. 2002. Disponível em [http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Diferenca\\_Diversidade\\_e\\_Subjetividade\\_Nomade.pdf](http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Diferenca_Diversidade_e_Subjetividade_Nomade.pdf) Acesso em 10 ago 2019.
- BRAIDOTTI, R. **Sujeitos Nômades**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos.** Brasília, 7 nov. 2019. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos> Acesso em 27 dez. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. **Agência IBGE Notícias.** Brasília, 12 nov. 2020. Disponível em [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao#:~:text=Pr%C3%B3ximas%20divulga%C3%A7%C3%B5es,%C3%ADntese%20de%20Indicadores%20Sociais%3A%20em%202019%2C%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20pobres%20cai,em%206%2C5%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o&text=J%C3%A1%20a%20extrema%20pobreza%20\(US,das%20mulheres%20pretas%20ou%20pardas](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29431-sintese-de-indicadores-sociais-em-2019-proporcao-de-pobres-cai-para-24-7-e-extrema-pobreza-se-mantem-em-6-5-da-populacao#:~:text=Pr%C3%B3ximas%20divulga%C3%A7%C3%B5es,%C3%ADntese%20de%20Indicadores%20Sociais%3A%20em%202019%2C%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de%20pobres%20cai,em%206%2C5%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o&text=J%C3%A1%20a%20extrema%20pobreza%20(US,das%20mulheres%20pretas%20ou%20pardas). Acesso em 13 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Trabalho e Rendimento – Resultado da Amostra. **Censo 2010**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> . Acesso em 27 fev 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório de Informações Sociais.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=153#> Acesso em 12 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal – 2013.** Brasília, 2013. Disponível em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro\\_unico/perfil\\_cadastrounico2013.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/perfil_cadastrounico2013.pdf) Acesso em 04 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica/SUAS – NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS.** Brasília, 2004.

BUTLER, J. Linguagem, Poder e Estratégias de Deslocamento. In: \_\_\_\_\_, **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p. 49-60.

CAMPOS, M.S. O Casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In: MIOTO, R.C.T. (Orgs.) ; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C.M. **Familismo Direitos e Cidadania: contradições da política social.** São Paulo: Cortez, 2015. p. 21-44.

CAMPOS, N.L.; FERRAZ, J. Assistência Social, Crise e Contrarreformas: Inflexões Entre o Novo e o Velho. **Temporalis**, Brasília, ano 20, n. 39, p. 11-26, jan./jun. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/28653> Acesso em 14 jun. 2021.

CARLOTO, C.M. Programa Bolsa Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, R.C.T. (Orgs.) ; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C.M. **Familismo Direitos e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 179-210.

CARMO, M.E.; GUIZARD, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 34, n. 3, Rio de Janeiro, mar 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n3/1678-4464-csp-34-03-e00101417.pdf> . Acesso em 6 abr. 2019.

CARVALHO, G. F. **A assistência social no brasil: da caridade ao direito**. 2008. 57f. Monografia (Graduação – Curso de Bacharel em Direito) – Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11992/11992.PDF> Acesso em 1 jun 2020.

CASCÁIS, A.F. Performatividade de gênero, performatividade queer e o queering como método: Uma introdução. **Faces de Eva: estudo sobre a mulher**, n. Extra. Lisboa out. 2019. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-68852019000200004](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852019000200004) Acesso em 02 out. 2020.

CASTRO, E.M.A; LISBÃO, Y.M. Forma-Personagem e Fetichismo: uma contribuição à teoria de Ciampa. **Psicologia&Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822017000100402&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100402&lng=pt&tlng=pt) Acesso em 29 set. 2020.

CIAMPA, A.C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio sobre psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIAMPA, A.C. Identidade. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense. 1984.

CIAMPA, A.C. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In: DUNKER, C.I.L.; PASSOS, M.C. **Uma Psicologia que se Interroga – Ensaio**. São Paulo: Edicon, 2002, p. 133-144.

CIAMPA, A.C.; ALVES, C.P.; ALMEIDA, J.A.M. O sintagma identidade-metamorfose-emancipação. **Psicologia&Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em: [https://www.google.com/url?q=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fscielo.php%3Fscript%3Dsci\\_arttext%26pid%3DS0102-71822017000100416%26lng%3Dpt%26nrm%3Diso%26tlng%3Dpt&sa=D&sntz=1&usg=AFQjCNG0GwCJpHJaxWMY5Y2iotjpNpbamw](https://www.google.com/url?q=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fscielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0102-71822017000100416%26lng%3Dpt%26nrm%3Diso%26tlng%3Dpt&sa=D&sntz=1&usg=AFQjCNG0GwCJpHJaxWMY5Y2iotjpNpbamw) Acesso em 17 nov. 2020.

COSTA, F.A.O.; MARRA, M.M. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo , v. 21, n. 1, p. 141-153, 2013 . Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 21 out. 2019.

COUTO, B.R. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social In.: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO. **Concepção e Gestão da Proteção Social no Brasil**. Brasília, 2009. p. 13-56. Disponível em

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_gestao\\_protocaosocial.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protocaosocial.pdf) Acesso em 15 mai. 2021.

DANTAS, S.S. Identidade Política e Projetos de Vida: uma contribuição à teoria de Ciampa. **Psicologia&Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em <http://www.google.com/url?q=http%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.1590%2F1807-0310%2F2017v29i172030&sa=D&sntz=1&usg=AFQjCNHTolO5kS7JpIQcQOGtC0poyBdtL> Acesso em 26 set. 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. Analysing narratives as practices. **Qualitative Research**, vol. 8(3), 2008, p. 379–387.

DEBERT, G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. (org.), **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DUQUE-ARRAZOLA, L.S. O sujeito feminino nas Políticas de Assistência Social. In.: MOTA, A.E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 225-255.

FAGNANI, E. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, n. 8, Campinas, jun. 1997, p. 183- 238. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/459/n.%208%2006-Fagnani.pdf> Acesso em 29 jun. 2020.

FLORENTINO, B.R.B; MELO, W. A inserção da psicologia no sistema único de assistência social: notas introdutórias. **Gerais: Revista interinstitucional de Psicologia**, n. 10 (1), jan-jun, São João del-Rey, 2017, p. 3-12. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n1/02.pdf> Acesso em 29 jun 2020.

FURLAN, V. **(Bio)políticas de Reconhecimento e Modulação de Personagens**. 2020. 159f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.

FURLIN, N. A Diferença Sexual em Rosi Braidotti: uma ferramenta útil para compreender a construção de sujeitos femininos de saber e estruturas acadêmicas masculinas. In: SIMPÓSIO DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3, 2014, Londrina. **Anais do III Simpósio de Gênero e Políticas Públicas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014, p. 1-14.

Disponível em [http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10\\_Neiva%20Furlin.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Neiva%20Furlin.pdf) acesso em 1 set 2019.

FURLIN, N.; TEMANINI, M. A Diferença como Política de Resistência e de Ressignificação da Subjetividade Feminina em Campos de Saberes Masculinos. **Ciências Sociais Unisinos**. n. 53(2), mai-ago, 2017. p. 325-338. Disponível em [http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/viewFile/csu.2017.53.2.17/6235](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2017.53.2.17/6235) Acesso em 1 set 2019.

GASPAROTTO, G.P.; GROSSI, P.K. A perspectiva de gênero na Política de Assistência Social: um debate necessário. **O Social em Questão**, ano XX, n 38, mai-ago, 2017. p. 207-226. Disponível em: <http://twixar.me/b17n> . Acesso em 28 mai 2019.

GÓIS, C.W.L. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Hucitec, 2008. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42540> Acesso em 26 set. 2020

GONÇALVES FILHO., J.M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre humilhação política e o pesquisador participante. In, BOCK, A.M.B (org.). **Psicologia e Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 193-239.

GONÇALVES, M.G.M.; BOCK, A.M.B. A Importância da Ruptura Epistemológica – nosso caminho com Silvia Lane. In: SAWAIA, B.B.; PURIN, G.T. (Orgs.). **Silvia Lane: uma obra em movimento**. São Paulo: Educ, 2018.

GRIEBELER, D. **Sujeitos emblemáticos à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação**: produções acadêmicas do NEPIM. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – PUC-SP, São Paulo, 2015. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17110/1/Deborah%20Griebeler.pdf> Acesso em 09 set. 2020.

GUARESCHI, N.M.F.; REIS, C.D.; HUNING, S.M.; BERTUZZI, L.D. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, vol. 7, n. 1. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812007000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100003) Acesso em 12 jan. 2021.

HABERMAS, J. **Para Reconstrução do Materialismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HIRATA, H. Gênero, Raça e Classe: intersecssionalidade e cossustancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1. 2014. p. 61-73. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em 11 set 2019.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**. São Paulo: 34, 2003.

JACCOUD, L. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In.: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; UNESCO. **Concepção e Gestão**

**da Proteção Social no Brasil.** Brasília, 2009. p. 57-86. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_gestao\\_protectaosocial.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protectaosocial.pdf) Acesso em 15 mai. 2021

JACOMÉ, P.M.G.; SILVA, F.G.; RAMALHO, R.K.; CALIXTO, E.K.; SANTOS, M.E.A. A Focalização da Política de Assistência Social nas Mulheres: reflexões críticas. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16. 2018, Vitória. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.** Vitória, 2018.

LANE, S.T.M **O Que É Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LANE, S.T.M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense. 1984.

LANE, S.T.M. Prefácio. In: CIAMPA, A.C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio sobre psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

LARA JUNIOR, N.; LARA, A.P.S. Identidade: colonização do mundo da vida e os desafios para emancipação. **Psicologia&Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em <http://www.google.com/url?q=http%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.1590%2F1807-0310%2F2017v29i171283&sa=D&sntz=1&usq=AFQjCNFW0mDnxdvjmMQzoph7UbCMrrZctQ> Acesso em 26 set. 2020.

LEAL, V.N. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LIMA, A.F. História Oral e Narrativa de História de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. In: LIMA, A.F.; LARA JR, N. (Orgs.). **Metodologias de Pesquisa em Psicologia Social Crítica.** Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 13-34.

LIMA, A.F. **Metamorfose, Anamorfose e Reconhecimento Perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica.** São Paulo: Educ, 2010.

LIMA, A.F.; CIAMPA, A.C. “Sem Pedras o Arco Não Existe”: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. **Psicologia&Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e171330.pdf> . Acesso em 8 abr de 2019.

LIMA, A.F.; CIAMPA, A.C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: A. F. Lima (Org.). **Psicologia Social Crítica: paraxes do contemporâneo.** Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 11-29.

LIMA, R.L.A.; PONTUAL, P.C. A reação conservadora à democracia participativa. **Participação em Foco.** Brasília, 2014. Disponível em <https://ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/1143-a-reacao-conservadora-a-democracia-participativa> Acesso em 01 jun. 2021.

LOPES, M.H.C. O Tempo do SUAS. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXVI, n. 87, set 2006.

MALVEZZI, M. Identidade e sustentabilidade: os caminhos do homem-fronteira na atualidade. **Psicologia&Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em [http://www.google.com/url?q=http%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.1590%2F1807-0310%2F2017v29i17i1993&sa=D&sntz=1&usg=AFQjCNHHXLggb3\\_gkWeTGAJDFLx2BSwHqg](http://www.google.com/url?q=http%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.1590%2F1807-0310%2F2017v29i17i1993&sa=D&sntz=1&usg=AFQjCNHHXLggb3_gkWeTGAJDFLx2BSwHqg) Acesso em 26 set. 2020.

MARIANO, S.A.; CARLOTO, C.M. Gênero e Combate à Pobreza: programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, n. 17, ano 3. set-dez 2009. p. 901-908. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/8MqwKGBKhNYpn4C4gss5Rkm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 jul. 2021.

MARTINO, M. Programas de transferências condicionadas, família e gênero: aproximações a alguns dilemas e desencontros. In: MIOTO, R.C.T. (Orgs.) ; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C.M. **Familismo Direitos e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 95-124.

MARX, K. O Fetichismo da Mercadoria: seu Segredo. In: \_\_\_\_\_. **O Capital: Livro I – o processo de produção do Capital**. São Paulo: Difel. 1984.

MIGUEL, L.F. Democracia e Sociedade de Classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 93-117. Disponível em [https://pucsp.sharepoint.com/sites/374437\\_2446\\_1/Documentos%20Compartilhados/General/democracia%20e%20sociedade%20de%20classes%20-%20Luis%20Felipe%20Miguel.pdf](https://pucsp.sharepoint.com/sites/374437_2446_1/Documentos%20Compartilhados/General/democracia%20e%20sociedade%20de%20classes%20-%20Luis%20Felipe%20Miguel.pdf) Acesso em 01 jun. 2021.

MIOTO, R.C.T.; DAL PRÁ, K.R. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R.C.T. (Orgs.) ; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C.M. **Familismo Direitos e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 147-178.

MIRANDA, S. Políticas de identidade no contexto da discussão racial: a academia negra no Brasil. **Psicologia&Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em: <http://www.google.com/url?q=http%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.1590%2F1807-0310%2F2017v29i17i1201&sa=D&sntz=1&usg=AFQjCNFxFv90dl85FyUAU884j7RUVpfzXw> Acesso em 17 nov. 2020.

MIRANDA, S.F. Políticas de identidade no Contexto da Discussão Racial: a academia negra no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em: <http://www.google.com/url?q=http%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.1590%2F1807-0310%2F2017v29i17i1201&sa=D&sntz=1&usg=AFQjCNFxFv90dl85FyUAU884j7RUVpfzXw> Acesso em 26 set. 2020.

MOTA, A.E. Significado dos direitos e da política social na atual conjuntura brasileira. In: BOCHETTI, I.; SALVADOR, E.S.; STEIN, R.H.; TEIXEIRA, S.O (Orgs.). **Que Política Social para qual Emancipação?** Brasília – DF: Abaré, 2018.

MOURA JR., J.F.; XIMENES, V.M. A Identidade Social Estigmatizada de Pobre: uma construção opressora. **Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 28, n. 1. Rio de Janeiro. Jan-Abr 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922016000100076&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922016000100076&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em 26 set. 2020

MOURA JR.; J.F. XIMENES, V.M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n.1. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5099> Acesso em 17 nov. 2020.

NETO, J.C.M. **Morte e Vida Severina**: auto de natal pernambucano. Rio de Janeiro:Alfaguara, 2016 [1955]

NETTO, J.P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista em Pauta**, n. 17. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190> Acesso em 01 jun. 2021.

O'DONNELL, G. Anotações para uma Teoria do Estado. **Revista de Cultura Política**, Cedec, n. 3 ed.4, 1981. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/347307916/O-DONNELL-Guillermo-Anotac-o-es-para-uma-teoria-do-estado> Acesso em 26 set. 2020

OLIVEIRA, I.F.; COSTA, A.L.F. Psicologia e Política Social: história em debate. In: CORDEIRO, M.P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L.V. **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: instituto de Psicologia, 2018. p. 32-44.

OLIVEIRA, P.A. KAHHALE, E.M.S.P. Uma história do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a participação do psicólogo e possibilidades de atuação. **Revista de Psicologia Política**, v. 20, n. 47, São Paulo, 2020, p. 119-131. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434309> Acesso em 29 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Turning Promises Into Action: gender equality in the 2030 agenda for sustainable development**. Nova Iorque, 2018. Disponível em: <http://twixar.me/G17n> . Acesso em: 27 fev 2019.

PINTO, R.M.F.; MICHELETTI, F.A.B.O.; BERNARDE, LM.; FERNANDES, J.M.P.A.; MONTEIRO, G.V.; SILVA, M.L.N.; BARREIRA, T.M.H.M; MAKHOUL, A.F.; COHN,A. Condição Feminina de Mulheres Chefes de Família em Situação de Vulnerabilidade Social. **Serviço Social&Sociedade**, n. 105, São Paulo, jan-mar 2011. Disponível em: <http://twixar.me/917n> . Acesso em 07 de abr de 2019.

PONTUAL, P.C. Notas sobre desafios ao exercício da representação nos conselhos no Brasil. **Diálogos Online Participação Política e Controle Social**. São Paulo, ago. 2012. Disponível em [http://epsm.nescon.medicina.ufmg.br/dialogo04/Painelistas/Pedro\\_Pontual.htm](http://epsm.nescon.medicina.ufmg.br/dialogo04/Painelistas/Pedro_Pontual.htm) Acesso em 01 jun. 2021.

ROCHA, C.B.A. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. **Caderno Pagu**, n. 43. Campinas, jul-dez 2014. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000200507](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200507) Acesso em 02 out. 2020.

SANTOS, K.L.; HECKERT, A.L.C.; CARVALHO, S.V. Família e Mulher como Instrumento de Governança na Assistência Social. **Psicologia&Sociedade**, vol. 29. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822017000100225&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100225&lng=pt&tlng=pt) . Acesso em 28 mai 2019.

SAWAIA, B. B. Conferência de Abertura. In **Caderno Temático nº17 – Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2016. Disponível em <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/95/t48t0ycwSv01GSQE0fNn1zstlp9k0Cr9.pdf> Acesso em 29 jun 2020.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. **Perguntas Frequentes sobre Dados do Cadastro Único para Programas Sociais**. Brasília, 2018. Disponível em [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/perguntas\\_frequentes\\_dados\\_cadastro\\_unico\\_programas\\_sociais.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/perguntas_frequentes_dados_cadastro_unico_programas_sociais.pdf) Acesso em 27 dez. 2020

SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In.: MOTA, A.E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 147-179.

SOUZA FILHO, J.A.; SANTOS, B.O. O Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação e sua relação com o Constructo do Mundo da Vida. **Psicologia&Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e170491.pdf> Acesso em 15 ser 2019.

SOUZA, D. População escrava do Brasil é detalhada em Censo de 1872. **Fundação Cultural Palmares**, Brasília, 16 jan. 2013. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?p=25817> Acesso em 3 jun. 2020.

SOUZA, R.F. **Psicologia e Políticas Públicas de Assistência Social: práxis emancipatórias ou administração social?**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

SOUZA, R.F.; GONÇALVES, A.L.V. A Mesmice Identitária: a (im)possibilidade de emancipação na Política de Assistência Social. **Psicologia & Sociedade**, n. 29, Belo Horizonte, dez 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100405&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100405&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em 13 mai 2019.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In.: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO. **Concepção e Gestão da Proteção Social no Brasil**. Brasília, 2009. p. 13-56. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_gestao\\_protocaosocial.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protocaosocial.pdf) Acesso em 15 mai. 2021.

SPOSATI, A.O.; BONETTI, D. A.. YAZBEK, MC.; FALCÃO, M.C.B.C. Política Social e o Assistencial: a reconstrução do significado. In:\_\_\_\_\_. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão de análise**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 27-3.

STANISLAVISKI, C. **A Construção da Personagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

STANISLAVISKI, C. **A Criação de um Papel**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

VEIGA, A.C.; ALVES, C.P. O Relato de História de Vida à Luz do Pensamento de Walter Benjamin: contribuições aos estudos de identidade. **Psicologia USP**, vol. 31, 2020.

Disponível em

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/k9XNptx6JJNQNYNyWM6TF7R/?lang=pt&format=pdf>

Acesso em 02 jun. 2021.

VON WRIGHT, G.H. Two Traditions. In: BYNNER, J.M.; STRIBLEY, K.M. (orgs.). **Social Research: Principles and procedures**. New York: Longman/Open University Press, 1979 p.11-16. (Texto traduzido)

YAZBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2003.

ZOLA, M.B. Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes estados/países. In: MIOTO, R.C.T. (Orgs.) ; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C.M. **Familismo Direitos e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 45-94.

**ANEXOS**

## ANEXO 1 – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Clara Scaldelai do Nascimento, mestranda em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de SP, portadora do CPF 431.274.328-28 e RG 41.317.707-5, locada profissionalmente na Rua Ministro de Godói, 969, Bloco A, sala 4E-10, CEP 05015-901, São Paulo, cujo telefone de contato é (11) 98121-0946 e e-mail [clara.scaldelai@hotmail.com](mailto:clara.scaldelai@hotmail.com), orientada pela dra. Cecília Pescatore Alves, estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada “O PROCESSO DE IDENTIDADE DE MULHERES FRENTE A VULNERABILIDADE SOCIALE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUAS” sob a orientação da professora Cecília Pescatore Alves.

Você está sendo convidada para participar como voluntária deste trabalho que tem como objetivo compreender o processo de identidade de mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social e são atendidas por Políticas de Assistência Social brasileiras entendendo as possíveis relações entre as mulheres e essas políticas e se o Sistema Único de Assistência Social ajuda na aquisição de fragmentos emancipatórios.

Caso concorde, sua participação nesta pesquisa consiste em uma ou mais entrevistas na qual você poderá relatar sua história de vida e poderá contar a respeito dos acontecimentos que considere importantes para te conhecer. Sua participação é voluntária e escolheremos o local de entrevista segundo sua conveniência. Caso permita, as entrevistas serão gravadas e depois serão transcritas integralmente para facilitar a análise dos dados. Você terá acesso, e qualquer etapa do estudo, a qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas ou reposicionamentos quanto a sua narrativa. Além disso, poderá ter acesso aos resultados parciais da pesquisa e sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa ou apresentar reclamações ou sugestões por meio dos contatos descritos acima.

Não haverá despesas ou compensações pessoais pela participação, que deve ser livre e voluntária e nenhum tratamento específico será oferecido neste estudo Este estudo se respalda na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que tem por fim te proteger. Assim, fica garantido seu anonimato todas as etapas desta pesquisa e em qualquer uso futuro da mesma.

Caso concorde em participar, por favor assine as duas vias do termo abaixo. Uma ficará com você e outra comigo.

### TERMOS DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

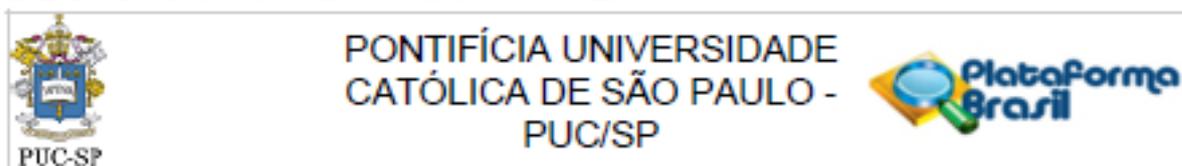
Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar deste estudo, como participante. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela aluna Clara Scaldelai do Nascimento sobre o trabalho, os procedimentos nele envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento sem que eu sofra qualquer prejuízo.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

## ANEXO 2 – Parecer Consubstanciado do CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O PROCESSO DE IDENTIDADE DE MULHERES FRENTE A VULNERABILIDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUAS

**Pesquisador:** Clara Scaldelai do Nascimento

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 29422620.6.0000.5482

**Instituição Proponente:** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP

**Patrocinador Principal:** FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.943.422

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Dissertação de Mestrado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social (PEPG em PSO), vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FCHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Projeto de pesquisa de autoria de Clara Scaldelai do Nascimento, sob a orientação da Profa. Dra. Cecília Pescatore Alves.

A proposta de pesquisa em tela apresenta resumidamente que "(...) Este tema busca expressar a relevância teórica e prática da execução da Política de Assistência Social brasileira na vida e nos processos de identidade de um recorte altamente significativo da população nacional, que são as mulheres em condição de vulnerabilidade social.

No desenvolvimento deste projeto espera-se contribuir para a identificação do impacto da Política de Assistência Social na vida de cidadãos brasileiras, bem como levantar especulações de como se dão as possibilidades identitárias e emancipatórias em um contexto de vulnerabilidade social que impõe restrições ao desenvolvimento da dimensão cultural e relacional destas pessoas."

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

<b>Endereço:</b> Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C			
<b>Bairro:</b> Perdizes		<b>CEP:</b> 05.015-001	
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> SAO PAULO		
<b>Telefone:</b> (11)3670-8466	<b>Fax:</b> (11)3670-8466	<b>E-mail:</b> cometica@pucsp.br	



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO -  
PUC/SP



Continuação do Parecer: 3.943.422

Compreender o processo de identidade de mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social e são atendidas por políticas de Assistência Social brasileiras.

#### Objetivos Específicos

Avaliar os possíveis papéis da Política Nacional de Assistência Social no processo de identidade de mulheres que vivem em condição de vulnerabilidade social;

Observar a relação que usuários da Assistência Social estabelecem com o Sistema Único de Assistência Social e suas percepções sobre a Política de Assistência Social.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A proposta não prevê riscos aos sujeitos participantes.

Quanto aos benefícios, menciona que há expectativa de benefícios diretos e indiretos, considerando a relevância acadêmica e social deste estudo.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Acompanhamos integralmente o parecer de mérito acadêmico exarado pela Profa. Dra. Elisa Zaneratto Rosa.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A lista de documentos obrigatórios necessários a análise e revisão ética de seu projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre (CEP-PUC/SP) é a seguinte:

1. Folha de Rosto - OK;
2. TCLE - OK;
3. Ofício de Apresentação - OK;
4. Projeto de Pesquisa - OK;
5. Autorização para realização da Pesquisa - OK;
6. Parecer de mérito acadêmico - OK;

Esta lista está disponível no site: [www.pucsp.br/cometica/documentos-obrigatorios](http://www.pucsp.br/cometica/documentos-obrigatorios)

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C

Bairro: Perdizes

CEP: 05.015-001

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)3670-8466

Fax: (11)3670-8466

E-mail: [cometica@pucsp.br](mailto:cometica@pucsp.br)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO -  
PUC/SP



Continuação do Parecer: 3.943.422

**Observação:** aconselhamos que antes de qualquer procedimento de submissão na Plataforma Brasil, seja consultado o referido sítio, onde há vídeos tutoriais indicando o correto processo de submissão do projeto de pesquisa de acordo com as orientações do CEP-PUC/SP.

**Recomendações:**

Recomendamos que o desenvolvimento da pesquisa siga os fundamentos, metodologia, proposições, pressupostos em tela, do modo em que foram apresentados e avaliados por este Comitê de Ética em Pesquisa. Qualquer alteração deve ser imediatamente informada ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa modificada, acompanhada das justificativas.

Também, a pesquisadora deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme indicado pela Res. 466/12:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar o relatório final;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
- d) manter em arquivo, sob sua guarda, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, os seus dados, em arquivo físico ou digital;
- e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
- f) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

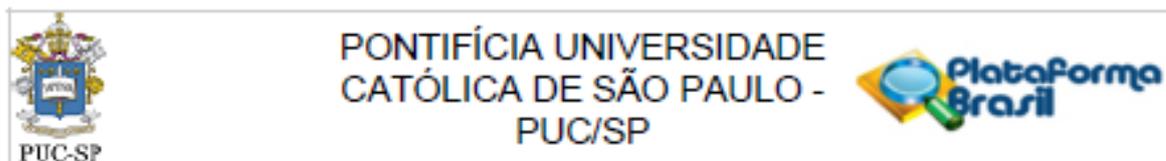
Não há, portanto, recomendamos à aprovação da pesquisa ao Colegiado do CEP-PUC/SP.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP, aprova integralmente o parecer oferecido pelo(a) relator(a).

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C			
Bairro: Perdizes		CEP: 05.015-001	
UF: SP	Município: SAO PAULO		
Telefone: (11)3670-8466	Fax: (11)3670-8466	E-mail: cometica@pucsp.br	



Continuação do Parecer: 3.943.422

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1455862.pdf	01/01/2020 23:19:00		Aceito
Outros	parecer.pdf	01/01/2020 23:16:28	Clara Scaldelai do Nascimento	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_clara_scaldelai_comite.pdf	01/01/2020 23:12:25	Clara Scaldelai do Nascimento	Aceito
Outros	oficio_de_apresentacao.docx	01/01/2020 23:10:06	Clara Scaldelai do Nascimento	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	01/01/2020 22:46:39	Clara Scaldelai do Nascimento	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	01/01/2020 22:43:15	Clara Scaldelai do Nascimento	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO PAULO, 30 de Março de 2020

---

**Assinado por:**  
Antonio Carlos Alves dos Santos  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C  
 Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001  
 UF: SP Município: SAO PAULO  
 Telefone: (11)3670-8466 Fax: (11)3670-8466 E-mail: cometica@pucsp.br